

TEXTOS UNIVERSITÁRIOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

INTELECTUAIS, UTOPIA E COMUNISMO A INSCRIÇÃO DO MARXISMO NA CULTURA PORTUGUESA



LUÍS ANDRADE

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

S|hi

A série bibliográfica "Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas" propõe-se publicar obras importantes num domínio do conhecimento crítico moderno em que cabem também estudos valiosos de cultura clássica. Muitas dessas investigações vão ao arrepio das tendências tecnocráticas contemporâneas, só voltadas para os problemas, tidos como maiores, do quantitativo. O regresso às fontes clássicas de um saber universal tem de ser o signo característico de um novo Humanismo.

Esta filosofia inspira e anima o programa doutrinal desta série de edições, cuja responsabilidade coube ao extinto Instituto Nacional de Investigação Científica e que a Fundação para a Ciência e a Tecnologia deseja prosseguir, de parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian.

IN PALERMO 1945. UTOPIA E COMUNISMO
SINCRONISMO E SPERANZA NA CINTURA PORTUGUESE

A cura dell'editore, l'opera è stata
ripubblicata in una nuova edizione
con un nuovo titolo, una nuova
copertina e un nuovo prezzo. La
nuova edizione è stata pubblicata
in un volume unico, con un
nuovo titolo, una nuova copertina
e un nuovo prezzo. La nuova
edizione è stata pubblicata in un
volume unico, con un nuovo titolo,
una nuova copertina e un nuovo
prezzo. La nuova edizione è stata
pubblicata in un volume unico,
con un nuovo titolo, una nuova
copertina e un nuovo prezzo.

La nuova edizione è stata pubblicata
in un volume unico, con un nuovo
titolo, una nuova copertina e un
nuovo prezzo. La nuova edizione
è stata pubblicata in un volume
unico, con un nuovo titolo, una
nuova copertina e un nuovo prezzo.
La nuova edizione è stata pubblicata
in un volume unico, con un nuovo
titolo, una nuova copertina e un
nuovo prezzo. La nuova edizione
è stata pubblicata in un volume
unico, con un nuovo titolo, una
nuova copertina e un nuovo prezzo.

TEXTOS UNIVERSITÁRIOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

INTELECTUAIS, UTOPIA E COMUNISMO
A INSCRIÇÃO DO MARXISMO NA CULTURA PORTUGUESA

INTELECTUAIS, UTOPIA E COMUNISMO
A INSCRIÇÃO DO MARXISMO NA CULTURA PORTUGUESA

de António

FUNDAÇÃO CALOUSTE G. BUNYAN
FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A CULTURA
Mesa nº 10 da Câmara Municipal de Lisboa

INTELLECTUALS, UTOPIA E COMUNISMO
A INSCRIÇÃO DO MARXISMO NA CULTURA PORTUGUESA

TEXTOS UNIVERSITÁRIOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

INTELECTUAIS, UTOPIA E COMUNISMO A INSCRIÇÃO DO MARXISMO NA CULTURA PORTUGUESA

Luís Andrade

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

INTELLECTUAIS, UTOPIA E COMUNISMO
A INSCRIÇÃO DO MARXISMO NA CULTURA PORTUGUESA

Título – INTELLECTUAIS, UTOPIA E COMUNISMO
A INSCRIÇÃO DO MARXISMO NA CULTURA PORTUGUESA

Autor – Luís Andrade

Revisão e índice onomástico: António José Massano

Imagem da capa – Sem título (óleo sobre madeira – pormenor) – Álvaro Cunhal

Edição – FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

Tiragem – 500 exemplares

Paginação, impressão e acabamento – António Coelho Dias, S. A.

© FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

Dezembro de 2010

Depósito Legal n.º 312 742/10

ISBN: 978-972-31-1357-0

*À memória de Isaura Crespo Dias Coelho
e de Luis Teodoro Freire de Andrade, meus avós*

Il volume di Irene Cristofari
e di Luigi Ferrero, Poeta di
Cultura, è un libro di
Cultura.

Titolo: **IL POETA DI CULTURA**
di Irene Cristofari e Luigi Ferrero

Autore: Irene Cristofari

Traduzione: Irene Cristofari e Luigi Ferrero

Integrità di testi - Scrittura di testi - Poeta di Cultura - Poeta di Cultura - Poeta di Cultura

Edizione: **IL POETA DI CULTURA**
PUBBLICAZIONE E DISTRIBUZIONE

Trattato: **IL POETA DI CULTURA**

Direzione, impaginazione e grafica: **Academia Cristofari**, S. A.

PUBBLICAZIONE CALLE 224, 10121 ROMA
PUBBLICAZIONE CALLE 224, 10121 ROMA

Definizione: **IL POETA DI CULTURA**

Definizione: **IL POETA DI CULTURA**

ISBN: **978-88-11-11111-1**

Agradeço, no limiar deste trabalho, o estímulo, a confiança e a atenção crítica da Professora Doutora Zília Osório de Castro, as sugestões e a disponibilidade constante de João Luís Lisboa, a generosidade de Alberto Vilaça, Alfredo Ribeiro dos Santos, Georgina Azevedo, Luís Amaro e Manuela de Azevedo que facultaram informações e documentos relevantes para a investigação, a ajuda competente de Pedro Lisboa e António José Massano, o incentivo contínuo e companheiro de Lurdes Penim.

Nota

Este trabalho foi realizado com recursos institucionais, e a dissertação apresentada para obtenção do Grau de Doutor em Filosofia e Teoria das Letras, especialidade História das Ideias Políticas, pela Universidade Nova de Lisboa.

Nota

O presente estudo reproduz, com pequenas modificações, a dissertação apresentada para obtenção do Grau de Doutor em História e Teoria das Ideias, especialidade História das Ideias Políticas, pela Universidade Nova de Lisboa.

Bitte für die weitere Bearbeitung
für den 1. Juni 2014
Büro für die weitere Bearbeitung

*A ideia é só uma:
alumiar os amanhãs que se aproximam.*

Vladimir Maiakovski

*Nunca, talvez, desde o tempo da 1.ª Cruzada,
se acreditou tanto no advento de uma nova era.*

António José Saraiva

*O homem ainda não existe. O homem não é
uma estátua na tempestade: é a própria tempestade.*

Norbert Guterman e Henri Lefebvre

ÍNDICE DE ESPERANÇA POLÍTICA

Alegria e esperança política	1
<i>Sol Nascente</i> e a imprensa marxista	43
A manhã seguinte	61
O intelectual comunista	127
A responsabilidade dos escritores e dos artistas	185
Entre a pré-história e a história	225
Do triunfo da razão à vida segundo a cultura	267
Quinze teses, cinco questões e uma canção	327
Autores	337
Bibliografia	431
Anexo I	455
Anexo II	463
Anexo III	551
Índice onomástico	557

1	1. Introduction
43	2. Theoretical background
48	3. Methodology
120	4. Results and discussion
180	5. Conclusions and future research
200	6. Appendix
205	7. References
220	8. Author's biography
225	9. Acknowledgements
230	10. Correspondence
235	11. Contact information
240	12. Declaration of interest
245	13. Funding
250	14. Data availability
255	15. Ethics approval
260	16. Consent to publish
265	17. Copyright
270	18. Reprints and permissions
275	19. Publisher's note
280	20. References

ALEGRIA E ESPERANÇA POLÍTICA

Os tempos contemporâneos, ao iniciarem-se com um acontecimento revolucionário, de acordo com a periodização convencional, colocaram-se sob o signo. A crença na possibilidade de romper, através de um acto colectivo, esclarecido e voluntário, com o passado e, no mesmo rasgo, instituir uma nova era social e política passou a constituir, ao longo dos séculos XIX e XX, uma das manifestações mais rutilantes do imaginário humano.

As novas doutrinas políticas contemporâneas – republicanas, socialistas, anarquistas, sociais-democratas, comunistas e, noutro sentido, nacionalistas – e as suas expressões e codificações ideológicas não só anunciaram uma nova sociedade, como também conferiram alma e brilho aos movimentos sociais e políticos que em seu nome se bateram, designadamente às organizações partidárias, que se tornaram, com o volver das décadas, os actores colectivos do combate político.

Através da acção revolucionária, os homens colocar-se-iam, finalmente, à altura dos desígnios assinalados à sua natureza e ao seu destino.

A situação, aparentemente paradoxal, de os seres humanos se terem revelado, desde sempre, incapazes de ordenar a vida colectiva em conformidade com as finalidades que imputavam à condição humana passou a conhecer a promessa da sua superação.

A ideia revolucionária colocaria os contemporâneos perante o desafio de vencerem o estatuto de súbditos de si mesmos e de criarem, em consequência, uma sociedade condizente com os propósitos, tidos por primordiais, de todos e de cada um.

Numa palavra, deslumbrou com a esperança da emancipação do passado de sofrimento, ao anunciar a era em que o destino comum passaria a ser obra de uma vontade compartilhada e esclarecida.

A expectativa de um mundo radicalmente novo, tangível por um gesto simultaneamente decisivo e geral, tocou, então, o espírito e a vontade de muitos homens e de numerosas mulheres, crentes na implantação próxima de uma ordem social conforme à esperança auspiciosa e íntegra, embora nos limites temporais e naturais da condição mortal humana, que os animava.

Deste modo, o anelo do ímpeto revolucionário não se confinou, senão de forma circunstancial, à simples substituição de um regime político por um outro, tido por preferível, nem mesmo ao consolo enlevado de uma vida comunitária em que as carências que tinham, desde sempre, atormentado o quotidiano humano estivessem supridas. Visou muito mais longe. Apresentou a criação de uma ordem social conforme aos fins humanos como iminente.

O tempo da ignorância, da exploração, da humilhação, da desfiguração individual e do sofrimento comuns estaria prestes a caducar. Seguir-se-ia a era da cultura, da emancipação, da cooperação livre, do bem-estar, da autenticidade, da plenitude pessoal e do júbilo colectivo.

Pensava-se e sentia-se o porvir como uma estação de aprazimento irrevogável, em que o percurso humano, entrado na maioridade, passaria a facultar a cada homem as condições necessárias para que os seus atributos vingassem inteiramente.

As representações do futuro converteram-se, assim, nos pontos de fuga que permitiram conferir perspectiva à realidade vivida no conjunto das suas dimensões humanamente relevantes.

Neste estado de espírito tomado pelo entusiasmo, a fonte de sentido inerente à compreensão da disposição temporal do mundo deslocou-se da representação matricial das origens, inerente às configurações clássicas, para a representação da ordem futura que integraria e superaria o passado e o presente.

Esta deslocação para o domínio dos tempos vindouros como fonte primordial de sentido esteve presente na leitura filosófica da história, em que o passado foi interpretado, de forma retrospectiva, como uma sequência de momentos de aproximação aos fins trans-históricos antevistos; na teoria política, em que o repúdio do Antigo Regime foi concomitante com a afirmação de projectos e programas idealizados; nos imaginários sociais, verdadeiras encenações dos planetários da liberdade, da igualdade, da justiça e do bem-estar; nos sentimentos, nos argumentos e na acção daqueles que acreditaram que a energia colectiva esclarecida viria confluir na edificação de um mundo desenhado segundo a métrica da harmonia racional e da satisfação ditosa.

Acreditava-se que a disposição intrínseca à vida entre concidadãos não poderia resumir-se a um suplício eterno e absurdo, infligido pelos homens uns aos outros, mas que consistiria, pelo contrário, num processo que haveria de redimir a condição humana de todos os avatares que a tinham, ao longo dos séculos, ensombrado.

O presente surgia, neste quadro, como aresta que une duas grandes eras e a revolução como o gesto que consumaria a linha de fractura da história humana.

Se a esperança consiste em confiar no desígnio de um futuro ditoso, a contemporaneidade caracterizou-se exactamente pela marca da sua presença, patente na expectativa desmesurada que moveu entusiasticamente os homens, as classes e as nações no propósito político de refazer a sociedade e de recriar a vida.

Para muitos, esta expectativa foi uma espera, na medida em que a conceberam como previsão racional e necessária. Porém, mesmo para estes, o apelo do porvir representou muito mais do que uma certeza racional. A sua consumação nunca deixou de pressupor a adesão geral da existência de cada um, simultaneamente confiante e inquieta, pois a antevisão da concretização inevitável dos desígnios históricos não substituiria o papel decisivo da vontade dos homens, do seu discernimento, da sua perseverança e da sua coragem, no tecer do evoluir dos tempos, já que seria através destes atributos, e só destes atributos, que a promessa contida no presente se poderia converter em ventura próxima.

O tempo da esperança é naturalmente um tempo de alegria¹. A satisfação inerente à promessa da efectivação dos grandes desejos ínsitos e substantivos tende a sobrelevar sobre a agrura e o sofrimento quotidianos e imediatos. E fá-lo num duplo sentido: por um lado, a acção que visa o bem futuro, ansiosa e árdua, participa da alacridade que antecipa, mesmo que esta venha a ser vivida pelos próprios como abnegação dura e áspera e somente pelos vindouros nas modalidades de apazimento entrevistas; por outro lado, há uma satisfação inerente à própria festa revolucionária, à desassomburada guerra civil de espíritos, interesses e forças que pressupõe, própria de quem sente que os tempos lhe reservaram a missão e o poder épicos e magnânimos de reordenar o mundo, de tornar possível e concreto o que até então tinha sido simples devaneio sublime e desejo intenso.

A república do futuro estaria, assim, antecipadamente, entre os homens, na medida em que estes confiavam que a comiserção que tinha impedido, desde sempre, que a felicidade pudesse ganhar contornos individuais idóneos se havia

¹ Como René Descartes assinalou, “a esperança é uma disposição da alma para se persuadir que acontecerá o que deseja, causada por um movimento particular dos espíritos, a saber, pela alegria e o desejo conjuntamente misturados” (René Descartes, *Les passions de l'âme*, III, 165).

convertido na sociabilidade solidária, entusiástica, libertadora e auspiciosa de que resultaria a nova e definitiva disposição das coisas humanas².

A esperança política revolucionária, alheia a qualquer revelação sobrenatural e, como tal, intramundana, apontou para uma ordem de fins últimos do homem e da sua história muito distinta daquela que caracterizou a expectativa e dos novíssimos tempos de matriz religiosa. Ao ter-se confinado à representação da natureza e da temporalidade humanas, nas suas disposições imanentes, distanciou-se da visão soteriológica cristã e tradicional, exposta nomeadamente nas epístolas em que S. Paulo assegurava bens tão absolutos quanto a redenção do corpo, a vida eterna e o gozo da companhia divina³.

Circunscritas às perspectivas da *virtus propria* e do *homo homini deus*, as antevistas revolucionárias apontaram para duas modalidades principais do sentido teleológico da história da humanidade. A primeira indicou mais a continuação, em ritmo célere, do sentido de um percurso do que o seu resultado último, ao apontar, de forma geral, para as consequências futuras do processo de aperfeiçoamento humano, simultaneamente intelectual, ético-político e técnico, mas literalmente indefinido nos seus contornos futuros precisos⁴. A segunda modalidade distinguiu-se pelo desenho, ainda que por vezes em esboço de filigrana, de alguns traços concretos do mundo situado para além do horizonte da realidade imediata, mas supostamente presentes no seu desdobrar próximo, com que deixou antever aspectos precisos e relevantes quer da vida individual futura, quer da administração adequada dos interesses comuns⁵.

Nestas duas modalidades de representação do futuro desejado e esperado, o bem pelo qual se ansiava consistiu na plena efectivação próxima, vivida e corrente dos atributos, simultaneamente fundamentais e virtuais, de cada homem.

Foi esta a promessa que o ímpeto revolucionário trouxe consigo: a passagem para uma sociedade cuja disposição e vivência colectivas fossem a expressão ininterrupta dos desígnios pelos quais os homens encontrariam e efectivariam a sua humanidade plena.

² Agostinho de Hipona realçou-o. "Há - escreveu - os que são felizes em esperança. Estes têm-na [a vida feliz] de forma inferior àqueles que já são felizes com a própria coisa. Mas são melhores do que aqueles que não são felizes nem com a coisa, nem com a esperança. Os que são felizes com a esperança, se, de algum modo, não tivessem uma vida feliz, não quereriam ser felizes desta forma: e não há dúvida nenhuma de que eles o querem" (Agostinho de Hipona, *Confissões*, XX, 29).

³ Cf., v.g., *Rom.*, VIII, 11 e 32; *Rom.*, II, 7; *1 Tesal.*, IV, 16.

⁴ *Vide infra*, p. 9.

⁵ *Vide infra*, pp. 27 e 234.

Embora se tenha presente que este traço da contemporaneidade foi encarado frequentemente como um sucedâneo secular da esperança de tradição judaico-cristã, numa leitura que concebeu a esperança profana, a partir de diferentes analogias e isomorfismos, como símile atenuado e menor da segunda das virtudes teológicas⁶, considera-se que o propósito e a expectativa revolucionários só à luz do percurso da literatura utópica, modalidade de reflexão política tipicamente moderna, ganham adequado esclarecimento, pois foi no quadro específico do pensamento utópico, a partir da representação idealizada da cidade dos homens e à margem da cristologia, que o pensamento e a acção revolucionários se inscreveram na história das ideias políticas contemporâneas.

Está-se igualmente ciente de que autores com abordagens muito distintas, firmadas em pressupostos filosóficos e religiosos entre si muitos díspares, convergiram para a representação da esperança como atributo antropológico primordial, subsumindo as diferentes manifestações das expectativas num futuro benevolente numa mesma disposição humana fundamental e perene⁷. Porém, a perspectiva que orienta a presente investigação não é a de submeter as diferentes crenças na concretização da sociedade desejável ao padrão de uma qualquer versão da concepção segundo a qual os humanos seriam constituídos da mesma massa de que os sonhos são feitos, mas a de considerar os termos próprios da esperança política revolucionária, na sua

⁶ A perspectiva de que a modernidade se deixa definir pela transposição de elementos da tradição cristã para a esfera profana, nos domínios da filosofia da história (cf. Karl Löwith, *O Sentido da História*, Lisboa, Edições 70, 1990, p. 16), da esperança (cf. Pedro Laín Entralgo, *La espera y la esperanza*, Madrid, Alianza Editorial, 1984, p. 188 e ss.) e da própria revolução mundial (cf. Norman Cohn, *Na Senda do Milénio*, Lisboa Presença, s.d., pp. 234 e 235), num processo dito de secularização, tende a postergar, sob um manto difuso, a legitimação racional decorrente da interpretação da ordem imanente nas sociedades e na natureza, bem como a especificidade e o alcance dos percursos abertos, por sua via, à acção humana, como Hans Blumenberg assinalou com pormenor (cf. Hans Blumenberg, *Die Legitimität der Neuzeit*, Frankfurt, Suhrkamp Verlag, 1966).

⁷ Entre os ontólogos da esperança adeptos da revolução, o pensador alemão Ernst Bloch, autor de *Von Geist der Utopie* (1918) e de *Das Prinzip Hoffnung* (1954-1959), foi, no século XX, certamente, o autor mais exaustivo e radical. A realidade não existiria como ser mas como espera do que vai ser, como potencialmente dirigida para o fim que a totalizaria. Os anseios, devaneios, figurações da eternidade que desde sempre teriam acompanhado os homens, com registo cultural numeroso, variado e constante, tornariam patente a pulsão de recusa de encerramento no existente, o apego à consciência utópica e o porfirar antecipador do futuro. A utopia seria a “essência” do mundo natural e humano, o marxismo ter-se-ia revelado a “utopia concreta”, o futuro traria o estado final e a plenitude do *summum bonum*.

longa duração contemporânea e na sua expressão final, a partir de alguns dos seus traços simultaneamente fundamentais e específicos.

O discurso e a acção revolucionários contemporâneos prolongaram e renovaram a reflexão e o imaginário utópicos, modernos por excelência, ao transferirem o teor, estritamente racional⁸, do *Optimo Reipublicae Statu deque nova insula Utopia*⁹ – em que a organização institucional se subordinava inteiramente à finalidade humana e concreta de ganhar o máximo de horas ao tempo dedicado às exigências do corpo, “de modo a permitir a todos os cidadãos consagrá-las à liberdade da alma e à cultura do espírito”, já que “seria nestas actividades, segundo estes, que residia a felicidade da existência”¹⁰ – do domínio dos itinerários e dos territórios da ficção literária e social para o âmbito da luta política, em nome da cidade nova e próxima que noticiavam e que visaram implantar.

⁸ A *Utopia* representa uma das grandes expressões da racionalidade política moderna, mesmo, “sem sombra de dúvida, a maior contribuição da Renascença do Norte à teoria política” (Quentin Skinner, *As Fundações do Pensamento Político Moderno*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 274), a par de outras obras consagradas, desde logo *O Príncipe*, de Maquiavel, cuja redacção teve lugar na mesma época. Uma vez que Thomas More não concebeu a sociedade desejável como suficientemente perfeita para depender tão-só da rectidão de homens movidos unicamente pela instrução e pela virtude, sentiu necessidade de conceber instituições políticas sábias que organizassem e comandassem a vida social. Deu, deste modo, sequência à *República*, de Platão, e à *Constituição de Esparta*, de Licurgo, como deixou assinalado na sua narrativa. Assim, a *Utopia* é tanto um exercício de reflexão e de ficção puramente racional, alheio a qualquer verdade revelada, quanto os utopianos se governavam unicamente pela *luz natural* e desconheciam a *boa-nova* cristã.

⁹ A redução do título da obra de Thomas More mais afamada ao vocábulo “Utopia” representa uma deturpação e um sobreprecimento. O título original é longo, mas não excede o indispensável à síntese do teor da obra. *De optimo Reipublicae Statu deque nova insula Utopia, libellus vere aureus, nec minus salutaris quam festivus* revela a combinação da reflexão política, assente na idealização da comunidade política desejável, com a sua ficção literária, no quadro do imaginário das descobertas marítimas e das viagens fantasiadas. A obra, publicada em 1516, iniciou um novo género político, difícil de classificar entre as modalidades disciplinares tradicionais e destinado a ramificar-se num conjunto muito diversificado de variantes políticas e literárias.

¹⁰ Thomas More, *Utopia*, Basileia, 1518, p. 86. Estas breves indicações deixam entrever que Thomas More elevou as convicções que compartilhava com os humanistas da chamada República das Letras à condição de princípios fundamentais da ordem comunitária desejável. A dedicação pelos utopianos das horas matinais à assistência de conferências e ao estudo (cf. *idem, ibidem*, p. 81) confirma o papel essencial que conferiam ao cultivo da erudição e aos prazeres do espírito. Dois aspectos merecem, a este propósito, ser assinalados: por um lado, o discurso utópico, ao estipular a efectivação individual das finalidades humanas como fundamento do conjunto das disposições institucionais, representa a hipótese política e social de uma concepção antropológica concreta; por outro lado, a representação da plenitude humana, embora seja concebida como perene, limita-se a dar a conhecer a idealização da condição humana própria de uma época determinada.

O intento revolucionário desfez, com deslumbamento e alento, a aporia da literatura utópica, em que a sociedade racional, onde todo o desejo legítimo encontraria satisfação, aparecia remetida para o foro da ficção, divorciado, por natureza, do mundo tangível.

O pensamento e a demanda insurgentes passaram a unir as construções simultaneamente conceptuais e simbólicas das narrativas utópicas aos projectos e à acção políticos, vencendo, assim, o vão, tido por intransponível, que separava a liberdade literária e reflexiva da crueza inexorável das vidas concretas.

A perspectiva de antevisão política que Thomas More tinha recusado na obra que deu nome ao género literário e à modalidade reflexiva¹¹ conferiram-lha os autores setecentistas.

No trajecto do regresso das ilhas misteriosas do *nenhures* utópico ao algures mundano e revolucionário europeu, que então se encetou, sobrelevaram quatro momentos sequenciais e confluentes.

A primeira mudança significativa ocorreu com a publicação de *Code de la Nature*, em 1755, no qual Morelly, o seu autor, suficientemente enigmático para esta obra ter sido atribuída a Diderot até meados do século XIX, justificou, sob a forma de tratado político, o teor da narrativa utópica *Basilade ou le naufrage des îles flottantes*, que tinha publicado, igualmente sob forma anónima, dois anos antes. Com a fundamentação desenvolvida, o discurso utópico encetou a passagem do domínio literário e ensaístico para o âmbito da doutrina e do projecto políticos (concretizados na quarta e última parte da obra, através da especificação sistemática das disposições próprias do “modelo de legislação conforme às intenções da natureza”)¹².

A segunda transformação relevante deu-se com a publicação de *L'An deux mille quatre cent quarante. Rêve s'il en fut jamais*, de Louis-Sébastien Mercier, editado em 1771, que transferiu a situação virtual da sociedade imaginada do espaço remoto

¹¹ Ao encerrar a *Utopia* com a afirmação de que as instituições utopianas são mais objecto de desejo do que de esperança (“*quae in nostris civitatibus optarim verius, quam sperarim*”), More resumiu a natureza literária e reflexiva que conferiu à narrativa (Thomas More, *op. cit.*, p. 162).

¹² Morelly, *Code de la nature ou le véritable esprit des loix de tout le temps négligé ou méconnu*, Partout chez le vrai sage, 1755. Sobre o carácter inovador deste tratado político utópico, vejam-se Julien Freund, *Utopie et violence*, Paris, Éditions Marcel Rivière, 1978, p. 69, e Max Horkheimer, *Origens da Filosofia Burguesa da História*, Lisboa, Editorial Presença, 1984, p. 76.

para o porvir, conferindo à utopia a forma de ucrônia. As representações do futuro começaram, então, a ocupar, nos imaginários, o papel anteriormente desempenhado pela doçura dos homens e da natureza dos mares meridionais, como a epígrafe retirada de obra de Leibniz, segundo a qual *Le temps présent est gros de l'avenir*, com que Mercier encimou a narrativa assinala oportunamente.

A terceira alteração ocorreu com a veemente afirmação do conceito de progresso e com a sua fundamentação histórica, de que o *Esquisse des progrès de l'esprit humain*, que o Marquês de Condorcet concluiu pouco antes de morrer, em Março de 1794, constituiu expressão paradigmática¹³. Assente no pressuposto antropológico de que o homem é um ser indefinidamente aperfeiçoável e na visão do seu percurso histórico como encadeamento cumulativo dos avanços alcançados nos diferentes domínios da vida social, Condorcet não só caracterizou as sucessivas etapas do evoluir da humanidade, como foi levado a prever, convicto de que a história apresentava leis constantes e necessárias, “os progressos futuros do espírito humano”, título conferido ao décimo, e último, capítulo da sua versão da história universal. O progresso da igualdade entre as nações, da igualdade no seio de uma mesma nação e o aperfeiçoamento real, e acelerado, do homem, que só reconheceria, em breve, a razão como soberana, constituíram o essencial das previsões e expectativas¹⁴. Como fruto político e revolucionário dos progressos do espírito, as

¹³ O reconhecimento do valor da obra foi praticamente imediato, tendo a Convenção decretado, logo a 13 de Germinal do ano III (3 de Abril de 1795), isto é, pouco após a publicação, a compra de três mil exemplares deste “livro clássico oferecido às vossas escolas republicanas por um filósofo desafortunado” (Condorcet, *Esquisse d'un tableau des progrès de l'esprit humain*, Paris, Flammarion, 1988, p. 11). Louis Bonald destacou-o igualmente, numa perspectiva crítica e reaccionária, como “a última produção da filosofia no processo que instaurou à sociedade” (Louis Bonald, *Oeuvres complètes*, Paris, Migne, 1859, p. 721). Com pressupostos inversos, Auguste Comte encontrou no *Esquisse...* um contributo fundamental para a Sociologia, pois tinha por incontestável que, nas suas páginas, “pela primeira vez, a noção científica, verdadeiramente primordial, da progressão social da humanidade foi enfim clara e directamente introduzida com toda a preponderância universal que deve exercer em tal ciência” (Auguste Comte, *Cours de philosophie positive*, Paris, Schleicher Frères Éditeurs, 1908, pp. 132-133). Em poucas palavras, Condorcet representaria a “personificação do progressismo iluminista” (Pedro Laín Entralgo, *La espera y la esperanza*, Madrid, Alianza Editorial, 1984, p. 211), e o *Esquisse...* constituiria “a obra-prima da ciência infinita no progresso” (Jacques Le Goff, “Antigo/moderno”, in *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, vol. I, p. 378).

¹⁴ Cf. Condorcet, *op. cit.*, pp. 265, 266 e 271.

“luzes” trariam ainda consigo a afirmação iminente da república e da cidadania racionais e humanas. Esta república próxima, democrática e justa, assente na apropriação colectiva do saber e na industriosa proficiência individual, resultantes da instrução laica e pública¹⁵, foi esboçada, por Condorcet, segundo contornos abertos e gerais, inerentes ao pressuposto da indeterminada e incessante perfectibilidade e alheios ao estabelecimento de qualquer quadro definitivo dos resultados últimos do percurso da humanidade.

A quarta metamorfose do teor da perspectiva utópica consistiu na sua conversão em acção política revolucionária. Gracchus Babeuf e a *Conjuration des Égaux*, concertada para 22 de Floreal do ano IV (11 de Maio de 1796), testemunharam convenientemente o combate político pela proclamada conquista do “futuro próximo da felicidade comum”¹⁶. Por um lado, o *tribuno do povo* e aqueles que o acompanharam tinham eleito o já citado *Code de la Nature* como fundamento do seu programa, como, aliás, confessaram repetidamente¹⁷, o que significou ter existido uma relação directa entre a expressão inaugural de um texto utópico programático e a iniciativa política mais radical do final do século XVIII. Por outro lado, esta conjuração, apesar de abortada na véspera de eclodir, em virtude de uma infiltração policial, estava destinada a ocupar lugar relevante na história revolucionária, na medida em que partiu da denúncia de que “a igualdade não tem

¹⁵ Condorcet foi um pensador relevante do projecto revolucionário republicano, nomeadamente pelo papel que atribuiu à instrução laica e universal na constituição da comunidade política e na superação do conflito entre a legitimidade democrática e a legitimidade racional. Jules Ferry, legislador da escola laica francesa, reconheceu-o com clareza: “foi Condorcet o primeiro a formular, com grande precisão teórica e de pormenores, o sistema de educação que convém à sociedade moderna” (Jules Ferry, *La république des citoyens*, Paris, Imprimerie Nationale, 1996, t. I, p. 67).

¹⁶ *Manifesto dos Iguais*, in Dominique Desanti, *Les socialistes de l'utopie*, Paris, Payot, 1970, p. 46. É de notar que este manifesto abre com uma citação de Condorcet: “igualdade efectiva, último objectivo da arte social” (*ibid.*, p. 42), evocação, aliás, natural para quem acreditava, como passou a acontecer com a generalidade dos revolucionários contemporâneos, que “a Revolução Francesa não é senão a vanguarda de outra revolução maior, mais imponente: a última revolução” (*ibid.*, p. 43).

¹⁷ Vide Charles Rihs, *Les philosophes utopistes. Le mythe de la cité communautaire en France au XVIII siècle*, Paris, Éditions Marcel Rivière, 1970, pp. 183 e 184, e Jean-Jacques Chevalier, *Histoire de la pensée politique*, Paris, Payot, 1993, p. 825 e ss.

sido mais do que uma bela ficção na lei”¹⁸, e constituiu, em consequência, o pressuposto utópico de Thomas More e de Morelly, segundo o qual “havia para a sociedade uma só via de salvação: impor a igualdade de bens”¹⁹, através da eliminação da propriedade privada, em objectivo revolucionário. O programa, os procedimentos conspirativos e o projecto político concebidos por Gracchus Babeuf e os restantes *iguais* iniciaram um dos principais movimentos revolucionários contemporâneos, prolongado e renovado não só pelos *neo-babouvistas* da década de 1840, que consagraram o vocábulo “comunismo” como designação de corrente política²⁰, mas também, ainda que a título diverso, por Auguste Blanqui, Mikhail Bakunine, Karl Marx, Jean Jaurès, entre muitos outros socialistas e anarquistas dos séculos XIX e XX²¹.

O encontro da imaginação e do pensamento utópicos com a acção política radical foi favorecido por algumas características que a modalidade peculiar de reflexão política desenvolvida pelo infortunado Thomas More apresentou em comum com as crenças e o ânimo revolucionários.

Apresentaram, desde logo, o mesmo ponto de partida. A imaginação utópica e o projecto revolucionário compartilharam a perspectiva de pensar a cidade através da representação da sua alteridade radical. Num e noutro caso, conceberam-se

¹⁸ *Ibid.*, p. 52.

¹⁹ Thomas More, *op. cit.*, p. 65. A primeira das “leis fundamentais e sagradas” da legislação ideal do *Code de la nature*, de Morelly, aponta no mesmo sentido: “nada na sociedade pertencerá singularmente ou em propriedade a alguém, para além das coisas de que faça uso no momento, seja para as suas necessidades, os seus prazeres ou o seu trabalho diário” (Morelly, *op. cit.*, p. 190). É de notar que a supressão da propriedade privada não representa um traço necessário do discurso utópico, que se apresentou múltiplo. Condorcet, por exemplo, considerava o direito à propriedade como um direito natural e, como tal, a respeitar, o qual não impediria a futura igualdade efectiva entre os homens.

²⁰ Vide Alain Maillard, *La communauté des égaux. Le communisme néo-babouviste dans la France des années 1840*, Paris, Éditions Kimé, 1999, p. 21 e ss.

²¹ George Lichtheim, em estudo sobre as origens do socialismo, viu na *Conjuration des Égaux* a “linha divisória entre a democracia rousseauiana e o comunismo” (George Lichtheim, *Las origenes del socialismo*, Barcelona, Editorial Anagrama, 1970, p. 279), enquanto Albert Soboul, em história colectiva do movimento socialista, atribuiu a Babeuf e aos seus companheiros “a primeira tentativa para fazer entrar o comunismo na realidade social e política” (Albert Soboul, “Utopia e Revolução Francesa, in Jacques Droz (dir.), *História Geral do Socialismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1976, vol. I, p. 330.

imagens de sociedades desejáveis que se opunham à ordem social existente. Em nome da vida comum idealizada e do mundo novo, fizeram tábua rasa do passado, ao mesmo tempo que recusavam o compromisso oblíquo com a realidade próxima, rejeitando liminarmente a possibilidade de a reformar.

Simultaneamente, o discurso utópico e o discurso revolucionário representaram o mundo à escala que conceberam como a escala humana. Responderam, no fundo, a uma questão elementar: como se pode dispor a sociedade de modo a garantir não só a justiça entre os homens, mas também a possibilitar que cada um encontre a plenitude como horizonte? Não se tinha por inevitável que o homem fosse o lobo do homem, nem que a falta de rectidão no passado obrigasse a atribuir aos humanos uma natureza tão incorrigível quanto a de um madeiro torcido, pois pressupunha-se, ao invés, que seria possível conceber o homem como salvação e consolo seguros do seu semelhante. Desde que as instituições da cidade, conjecturadas numa perspectiva global, se viessem alicerçar nas qualidades e nas aspirações humanas, o vínculo entre os homens passaria a ser o de compartilharem a alegria de viver.

Num e noutro caso, tratou-se, ainda, de um discurso nos limites da razão. Atributo importante, na medida em que distinguiu a utopia e os projectos revolucionários dos movimentos milenaristas e das experiências sociais de matriz confessional. Utopia e revolução surgiram, mesmo, como construções eminentemente racionais, já que não seria razoável supor que a política e a vida pública estivessem inexoravelmente constringidas aos termos do seu ser imediato, expressos nos intentos dos príncipes e nas regras dos jogos de poder, abdicando necessariamente das finalidades da cidade racional e desejável, do horizonte imperativo do dever-ser²².

Congeminado de acordo com este postulado prometeico e, como tal, antagónico das divindades, o discurso revolucionário aditou o sentido da esperança efectiva ao discurso utópico, pois ultrapassou o domínio ambíguo e paradoxal da

²² Ao deslocarem a reflexão do plano do existente para o âmbito do possível e ao fazerem-no em nome da síntese última entre razão e desejo, utopia, revolução, ideia de futuro e dever-ser apresentam claras afinidades. Vladimir Jankélévitch, entre muitos outros, assinalou-o: "o ideal moral, independentemente do nome que lhe dermos, é intemporal e super-histórico, intervém no termo da história; mas o homem, ser finito e imperfeito, representa esse ideal no futuro"; pelo que "os profetas exprimem-se sempre no futuro; a atemporalidade do reino dos fins aparece como um futuro para o homem que vive um tempo disforme; igualmente, os filósofos utopistas, que falam sem cessar no 'porvir', são naturalmente futuristas" (Vladimir Jankélévitch, *Cours de philosophie morale. Notes recueillies à l'Université libre de Bruxelles 1962-1963*, Paris, Éditions du Seuil, 2006, p. 128).

fantasia política, inconformada ou resignada, para passar a anunciar, a voz alta, a crença na edificação próxima da sociedade idealizada.

A dimensão do combate social e político foi, assim, acrescentada à literatura utópica, que deixou de se circunscrever necessariamente aos âmbitos inventivo e reflexivo, para passar a atender, de igual modo, à definição dos pressupostos e das orientações estratégicas que permitiriam conceber o assalto à cidade antevista e ambicionada.

O vislumbre de abrir, “como grandes portas de oiro, as imensas auroras do Futuro”²³ tornou-se empolgante, tendo incendiado, ao longo da época contemporânea, vagas sucessivas de movimentos revolucionários, congregados pela expectativa de franquear, conjuntamente com os seus concidadãos e após combate abnegado e altruísta, o novíssimo e prometido pórtico da era áurea da justiça e do bem-estar.

Este estado de espírito, e respectivo percurso histórico, conheceu o seu epílogo, pelo menos o seu epílogo visível, exactamente no ano do bicentenário da Revolução Francesa, numa ocasião em que a celebração da tomada da Bastilha foi acompanhada pela demolição, igualmente convulsa e anónima, do Muro de Berlim.

O episódio que encerrou simbolicamente uma época da história política mundial e retirou uma década ao século XX, de acordo com Eric Hobsbawm²⁴, fechou, pelo menos a título provisório, o ciclo contemporâneo dos projectos revolucionários e das suas concretizações efectivas.

Como se sabe, entre a demolição do Muro de Berlim e o desmoronamento do chamado campo socialista, o tempo correu depressa, chegando, rapidamente, à própria Praça Vermelha, onde, em austero obelisco, erguido após a Revolução de Outubro, se encontravam inscritos os nomes de Thomas More e de Gracchus Babeuf, numa homenagem bolchevista aos precursores do socialismo.

Com o ocaso do Estado Soviético, então consumado, extinguiu-se o mais poderoso movimento revolucionário do século XX que não só arrebatou a vontade

²³ Antero de Quental, *Odes Modernas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1865, p. 65.

²⁴ Ao interpretar o século XX, que reduziu ao período compreendido entre 1914 e 1991, Eric Hobsbawm escreveu, como justificação da segunda destas balizas cronológicas: “não se pode duvidar seriamente de que, em finais dos anos 80 e início dos anos 90, se encerrou uma era da história mundial e se começou outra nova” (Eric Hobsbawm, *Age of extremes. The short twentieth century*, Londres, Abaco, 1994, p. 5).

de muitos homens, como também deu lugar, praticamente em todos os países, a partidos comunistas, legais ou clandestinos, além de ter conquistado e exercido o poder político em estados cujos habitantes representaram, no seu conjunto, mais de um terço da população mundial.

Derrubado o Muro e feitas as despedidas a Lenine e ao seu legado, o mais relevante projecto revolucionário do século XX, que foi também aquele que levou mais longe, na época contemporânea, a concretização de uma revolução em nome da aproximação progressiva à plena actualização da virtualidade latente na realidade humana e à plena posse colectiva dos frutos que delas resultem, tendeu a desvanecer-se.

Na sua origem, e à imagem do que ocorreu com a generalidade dos movimentos revolucionários, tinham estado movimentos de natureza simultaneamente cultural e política.

Cada projecto revolucionário conheceu obras inaugurais, elevou autores à condição de autoridades, definiu teses e argumentos com que elucidou a interpretação própria das grandes questões do pensamento político e congeminou o plano de voo que conduziria à vida nova.

As auroras revolucionárias, ao apresentarem-se, por regra, como o dealbar subsequente ao da época das “luzes”, fizeram assentar as suas concepções, bem como as expectativas delas decorrentes, no mérito emancipador imputado ao esclarecimento racional.

A esperança política revolucionária, cujo brilho e ardor as alvas anunciadas, rubras depois dos acontecimentos de 1848, simbolizaram, radicou, quase sempre, em representações que se concebiam a si próprias como consciência científica, universal e definitiva, não só alheia a qualquer profecia inspirada, mas também dissolvente do mistério bisonho e da superstição sombria, pérfida e despótica.

Deste modo, os homens de cultura assumiram, na definição, no desencaqueamento e no desenrolar dos projectos revolucionários, papéis fundamentais. Ocuparam, desde logo, a condição de criadores do pensamento que dirigiu cada uma das orientações revolucionárias. Tornaram-se, de seguida, divulgadores, seja como fautores das expressões literárias, artísticas e simbólicas em que desdobraram a difusão dos ideários que os tocaram, seja como devotados prosélitos. Comprometeram-se, por último, em missões que tiveram como adequadas ao triunfo revolucionário, levados, pelo tropel da transformação do mundo, para fora da esfera específica da actividade cultural, ao empenharem-se directamente em combates políticos e sociais que os conduziram, em muitos casos, ao exílio, à prisão e, mesmo, à luta armada e à morte.

Cultura actuante e acção revolucionária surgiram, para sucessivas gerações de intelectuais, íntima e integralmente intrincadas.

Por regra, o revolucionário letrado, o único que estava em condições de conferir sentido político à energia social espontânea produzida pelo sofrimento colectivo, não foi movido nem pela miséria nem pelo desespero próprios, também não se julgou levado pela simples emotividade do jogo político ou por uma mera exacerbação ética, mas sentiu-se, antes, conduzido pelo alento de certezas alicerçadas em representações do mundo e da vida tidas por irrevogáveis que satisfariam o desejo de justiça e proporcionariam o bem-estar privado e público.

O projecto revolucionário pressupôs, assim, a convicção da autoconsciência, a confiança no esclarecimento que revelaria o homem ao homem, fosse quanto à sua natureza e fins, fosse quanto à relação entre estes e a vida em sociedade, fosse, ainda, quanto às condições e aos meios que facultariam a instauração de uma nova ordem para as coisas humanas.

Independentemente do teor concreto dos diferentes discursos revolucionários, a convicção optimista de que era possível elaborar um saber científico humano e social semelhante ao que o homem moderno tinha criado nos domínios naturais constituiu o pressuposto racionalista corrente e fundamental do saber em que a esperança política encontrou a legitimidade e a necessidade que a abonaram. Os procedimentos requeridos pela revisão da vida social seriam mesmo equiparáveis às técnicas científicas que haviam conferido aos modernos, através da capacidade de agirem eficazmente sobre os mecanismos causais dos fenómenos revelados pela interpretação científica, um poder insuspeito e desmedido sobre o mundo natural.

A determinação da ordem imanente das coisas humanas desenvolveu-se, como se de uma matemática ou de uma física social se tratasse, em dois sentidos fundamentais, distintos, embora com aspectos, entre si, complementares e convergentes.

Por um lado, incidiu sobre a natureza humana – encarada como parte da ordem natural geral – e sobre a sua relação com as disposições institucionais, inquérito que facultaria, supostamente, a definição dos quesitos da legislação positiva que levaria os homens a reencontrarem-se com os atributos autênticos e fundamentais que seriam imputáveis à condição humana. O *Code de la nature*, de

Morelly, escrito numa época em que “natureza” era “palavra-talismã”²⁵, deixou-o assinalado no próprio título²⁶.

Por outro lado, deu lugar à perspectiva que atribuiu à evolução da história universal e, como tal, ao transcurso da humanidade, uma lógica intrínseca, revelada, nas leituras de Voltaire a Condorcet, pelos sucessivos avanços culturais e pelo apuro do seu cúmulo civilizacional, num entendimento que tornou a representação do progresso, passado, presente e futuro, em *idée-force* teórica, social e política da segunda metade do século XVIII e da época contemporânea no seu todo²⁷.

Deste modo, a expectativa revolucionária, como a generalidade das manifestações de esperança, concebeu-se como estando firmada em saber verdadeiro, no caso, em conhecimento dito científico, tido, à luz da representação da ciência na época, como definitivo, mesmo quando o simples discorrer dedutivo sobre uma intuição ou uma hipótese aliciante e regeneradora, ilustrado com considerações sobre exemplos casuais, tidos por sintomáticos, era tomado como demonstração inabalável de certezas indelévels.

²⁵ A expressão é da autoria de Paul Hazard. “Uma palavra exaltava – escreveu o historiador das ideias francês – os audaciosos que se lançavam ao trabalho; uma palavra-talismã a juntar-se àquelas que encontrámos já, a Razão, as Luzes: e essa palavra era Natureza. A ela atribuíam uma virtude ainda mais eficaz, já que a natureza era a fonte das luzes, a garantia da razão. Ela era sabedoria, era bondade; consentisse o homem em escutar a natureza e não mais voltaria a enganar-se; bastar-lhe-ia obedecer à sua lei benfazeja” (Paul Hazard, *O Pensamento Europeu no Século XVIII*, Lisboa, Presença, 1989, p. 111).

²⁶ Este título, à semelhança de outros títulos do mesmo período, realça aspectos fundamentais do espírito da época. Sublinha, por um lado, a restrição ao domínio do imanente. Como escreveu Jean Ehrard, “com a sua complexidade e as suas contradições latentes, a ideia de natureza é uma ideia pagã”, pelo que “a necessidade natural exclui a providência, a bondade da natureza ignora o pecado” (Jean Ehrard, *L'idée de nature en France à l'aube des lumières*, Paris, Flammarion, 1970, p. 12); releva, por outro lado, o primado da abordagem científica, indiciado pela noção de código e de lei naturais. André Delaporte assinalou-o: “como nas suas outras obras teóricas, [Morelly] sustenta a sua tese à maneira de uma demonstração matemática, repousando sobre o postulado de uma natureza com leis imutavelmente fixas, tão aplicáveis ao domínio da Física pura como da moral” (André Delaporte, *L'idée de égalité en France au XVIIIe siècle*, Paris, Presses Universitaires de France, 1987, p. 257).

²⁷ Vide Jean Dagen, *L'histoire de l'esprit humain dans la pensée française de Fontenelle à Condorcet*, Paris, Librairie Klincksieck, 1977, p. 299 e ss.

Razão e revolução tornaram-se, assim, conceitos correlativos. O triunfo da razão facultaria os meios necessários à compreensão e à transformação do mundo social, ao revelar que o mundo desejado estava previsto na ordem imanente dos factos sociais e ao fornecer os instrumentos teóricos necessários à sua efectivação. A revolução seria, por sua vez, o feito maior da razão, na medida em que a acção humana esclarecida viria permitir consumir, de forma irrevogável, os mais relevantes e legítimos anseios individuais através da disposição ordenada e plenamente benévola da vida colectiva.

A teoria da felicidade estendeu-se, deste modo, ao domínio social, ultrapassando o plano da moral individual²⁸, para se inscrever no foro político e passar a fundamentar o direito à felicidade, primeiro, e o dever da felicidade, logo de seguida²⁹.

O saber verdadeiro, a que os tempos se teriam elevado, a memória panorâmica, inerente à síntese retrospectiva da história dita universal, o apelo moral, em que futuro próximo e fins últimos surgiram irmanados, o imperativo ético, inerente a dilemas claros e a escolhas obrigatórias, e a convocação para o combate político imediato, premente e decisivo, simultaneamente histórico e trans-histórico, representaram os aspectos maiores, entre si convergentes e complementares, da consciência revolucionária.

Responderiam às grandes questões do pensamento, dirigir-se-iam ao conjunto das faculdades sensíveis, intelectuais e volitivas humanas, e, principalmente, criariam a confiança necessária à mobilização de todo o ser de cada homem sensível, recto e justo no cumprimento das tarefas que proporcionariam aceder ao futuro prometido.

Em período inferior a um século, compreendido entre a edição do *Code de la nature*, de Morelly, em 1755, e a publicação do *Manifesto do Partido Comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels, em 1848, as teorias e as iniciativas revolucionárias

²⁸ Em estudo informado e extenso sobre a ideia de felicidade no século XVIII, Robert Mauzi escreveu, a este propósito, que “a inovação do século XVIII é a de enriquecer ou a de agravar a confusão tradicional existente desde a antiguidade entre a moral e a teoria da felicidade, acrescentando-lhe um terceiro termo: a ordem social”, de tal modo que “felicidade, moral e sociedade de ora em diante são uma só” (Robert Mauzi, *L'idée de bonheur dans la littérature et la pensée françaises aux XVIIIe siècle*, Genebra-Paris, Slatkine Reprints, 1979, pp. 13 e 14).

²⁹ Vide Paul Hazard, *Crise da Consciência Europeia*, Lisboa, Edições Cosmos, 1948, p. 227 e ss., e *O Pensamento Europeu no Século XVIII*, Editorial Presença, 1989, p. 24.

sucederam-se de uma forma tão extensa e variada que a definição de critérios que permitam tipificá-las de modo inequívoco se mostra tarefa muito vasta e claramente problemática.

A sequência de doutrinas e a coexistência de diferentes perspectivas insurreccionais não minaram, porém, a confiança e o fervor dos adeptos de cada uma das crenças revolucionárias nos fundamentos da tarefa para que se sentiam convocados. Pelo contrário, reforçaram, por regra, a veemência da argumentação doutrinária, bem como a própria combatividade em geral, na medida em que os adeptos de outras orientações passaram a ser encarados como falsos revolucionários, a desmascarar através de argumentação teórica, num movimento crítico que rapidamente se ergueu à condição de *crítica da crítica crítica* (título inicial, e subtítulo, depois, da primeira obra que Karl Marx e Friedrich Engels conceberam e publicaram em conjunto)³⁰.

Embora a exposição programática tenha surgido, nos movimentos revolucionários, combinada com o ardor quotidiano da luta social e política e com a vertigem conspirativa, a importância conferida ao papel que lhe era imputado não ficou ofuscado, ainda que efemeramente, pela rotina de tarefas correntes ou, mesmo, pela premissa da mobilização geral para um combate tido por decisivo.

³⁰ A obra, intitulada *A Sagrada Família ou Crítica da Crítica Crítica. Contra Bruno Bauer e seus consortes*, foi publicada em Francfort no ano de 1845. O título jocoso indica o propósito de refutação da orientação hegeliana de esquerda de *Allgemeine Literatur-Zeitung*, que os irmãos Bruno e Edgar Bauer dirigiam. A importância atribuída à crítica de perspectivas teóricas que podiam parecer próximas encontra-se assinalada logo na frase inicial do prefácio: “o *humanismo real* não tem na Alemanha inimigo mais perigoso do que o *espiritualismo* ou *idealismo especulativo* que, no lugar do *homem individual real*, coloca a ‘consciência de si’ ou o ‘espírito’” (Karl Marx e Friedrich Engels, *La sainte famille*, Paris, Éditions Sociales, 1972, p. 13). Pelo teor e significado, esta crítica conjunta apresenta afinidade com *A Ideologia Alemã. Crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas*, frequentemente apresentada como a primeira exposição de conjunto do materialismo histórico, que os dois revolucionários alemães redigiram na mesma época. Esta última obra, assim como a *Miséria da Filosofia. Resposta à Filosofia da Miséria do sr. Proudhon*, que Marx concluiu no início de 1847, em que inicia a síntese entre um procedimento filosófico metódico e a economia política, e *Anti-Dühring (E. Dühring subverte a ciência)*, súpula da visão materialista e dialéctica da natureza e da sociedade, que Engels redigiu em 1876 e 1877, indicam nos próprios títulos originais que para estes autores – à semelhança do que aconteceu com outros pensadores revolucionários – a reflexão doutrinária, a crítica severa de perspectivas aparentemente próximas e o combate político concreto caminhavam a par.

Mesmo perante a primazia conferida à transformação radical do mundo, a compreensão racional da sociedade e dos termos da sua transformação nunca deixou de constituir fundamento primeiro e omnipresente da luta revolucionária, quer pelos fundamentos que lhe permitiam legitimar a esperança, quer como guia corrente e seguro da acção.

A distinção entre revolta e revolução radicaria exactamente no horizonte teórico da segunda, ausente na primeira, incapaz de perspectivar histórica e politicamente a rebelião contra a miséria e a opressão, em si simples reacção reflexa, desesperada e casual de luta pela vida.

Além de permitir interpretar racionalmente os tempos e de iluminar a erupção de uma nova era, a teoria revolucionária apresentaria ainda o mérito de possibilitar a cada um a compreensão do presente e dos seus dilemas, o que converteu a difusão das novas doutrinas, junto daqueles que eram conhecedores, directa ou indirectamente, da acerbidade da vida, num meio poderoso, tido, em muitos casos, como decisivo para o sucesso das expectativas que legitimavam.

Num momento que se distinguiria pela autoconsciência e pela emancipação, o valor prático das luzes doutrinárias teria na sua efectiva propagação uma das suas manifestações principais, ao permitir transformar sentimentos correntes em saber comum, mágoas compartilhadas em luta colectiva, anseios intensos em esperança legitimada.

A propaganda foi, pois, encarada como uma virtude que permitiria criar vanguardas conscientes e formar partidários determinados, além de originar e expandir correntes de opinião e fluxos de alento compartilhado favoráveis.

Possibilitaria aos construtores do futuro usufruir, ainda, do estatuto social conferido aos representantes dos grandes empreendimentos racionais, bem como fazer sentir a presença calorosa e empenhada dos novos ideários nos meios e na vida culturais.

Como a ideia revolucionária sempre teve pressa, ao invés do seu símile hegeliano, recorreu a todas as vias que pudessem proporcionar a sua difusão, desde a exposição doutrinária à propaganda pelo exemplo e pelo facto.

Ganhou, naturalmente, forma prosélita, ao dirigir-se àqueles que tinha como personagens decisivos do embate histórico anunciado, através de codificações ideológicas que lhes fossem acessíveis, por vezes tão elementares que o pensamento revolucionário se viu reduzido, com frequência, a súmulas de conceitos singelos e a incisivas consignas programáticas.

À propaganda de fundo doutrinário e panfletário, que promoveu, em cômputo geral, mais a adesão crédula e vivida do que a aceitação racional reflectida, estiveram ainda associados poderosos imaginários sociais revolucionários, sucessivamente ampliados e renovados.

A seu modo, cada *Code de la nature* foi acompanhado pela sua *Basilade ou le Naufrage des îles flottantes* e pelo seu *Supplément au voyage de Bougainville*, invariavelmente sedutores, ainda que, por vezes, estranhos e circunspectos, como ocorreu quer com o poema de Morelly, quer com o diálogo atribuído do autor de *Lettre sur les aveugles à l'usage de ceux qui voient*.

A força apelativa do discurso revolucionário resultava, como Thomas More tinha sublinhado ocorrer com a *Utopia*, que, a seu ver, superaria a *República* de Platão³¹, e como veio a acontecer com a generalidade das ideologias políticas contemporâneas, de reunir, numa mesma concepção, ficção e teoria, num trajecto de conceitos-imagens que se deslocaram, ao longo do tempo, da ficção teórica para a teoria ficcionada.

A cultura utópica não se limitou à análise, árida para a maioria dos leitores, dos fundamentos do mundo desejável, mas expô-los, de forma acessível a qualquer pessoa, sob a forma da descrição da vida corrente prazenteira.

A mostra do modo de vida superior, próprio de uma organização social racional, justa e feliz, revestiu-se, na história moderna e contemporânea, de diferentes modalidades.

Começou por consignar a característica original do próprio género literário utópico que, desde a sua obra fundadora, se apresentou como narrativa de viagem imaginária à sociedade desejável, cujas instituições e costumes descreveu com grande pormenor. O que revelou, aliás, que todas as cidades felizes se assemelhavam – do mesmo modo que as famílias felizes se assemelham, como Lev Tolstói, “anarquista

³¹ Em sextilha, publicada entre os textos introdutórios das edições originais da *Utopia*, certamente da autoria de Thomas More, pode ler-se: “Utopia, pelo meu isolamento assim nomeada pelos antigos/ Émula presente da cidade platónica/ Talvez excedendo-a – porque o que esta com as letras/ Delineia só eu o mostrei/ Com homens recursos e excelentes leis –/ Eutopia, com justiça, é o nome que me dão”. Em interpretação avisada do poema, André Prévost salientou: “a superioridade da *Utopia* é ter substituído a linguagem didáctica e abstracta de Platão por uma descrição existencial que mobiliza o imaginário e o futuro, e, através de uma significação esotérica, ter iniciado o homem no domínio do seu destino” (André Prévost, *L'Utopie de Thomas More*, Paris, Éditions Mame, 1978, p. 330).

cristão”, fraternal e irreverente, deixou assinalado na frase inicial de *Ana Karénina*³² – pois as imagens que permitiram descrever a satisfação comum foram, desde o original e paradisíaco vergel em oásis persa, simultaneamente escassas e rígidas, já que a linguagem que deixa dizer o bem-estar é paradoxalmente pobre, e a perfeição, mesmo relativa, ignora a mudança e anula a história.

A configuração concreta da nova sociedade tornou-se, na exposição dos projectos políticos utópicos, menos explícita do que na simples ficção, mas nunca deixou de o acompanhar, de forma mais ou menos latente e sempre muito insinuante, desde logo no âmbito das sugestões inerentes à futura efectivação dos desideratos declarados.

Liberdade, igualdade e felicidade não foram, para os revolucionários contemporâneos, simples conceitos, mas amálgamas inefáveis de ideais acessíveis, susceptíveis de se traduzirem em realidades concretas que confeririam acolhimento seguro às diferentes motivações e expectativas políticas e sociais.

O carácter muito geral destas expressões apresentou mesmo a vantagem candente, face às narrativas utópicas anteriores, de não constringer a representação da sociedade desejada a uma ordem social prescrita. Permitia, ao invés, o desdobramento circunstancial e pessoal do discurso utópico, ao possibilitar que os movimentos revolucionários e todos aqueles que os integravam projectassem aspirações peculiares, envoltas no brilho que emprestavam a cada uma destas palavras simbólicas, nas cidades próximas por si imaginadas, de acordo com as causas públicas e os motivos particulares que tocavam a sua sensibilidade.

³² Escreveu Lev Tolstói: “todas as famílias felizes se parecem umas com as outras, cada família infeliz é infeliz à sua maneira” (Lev Tolstói, *Ana Karénina*, trad. do russo por António Pescada, Lisboa, Relógio de Água Editores, 2006, p. 11). Esta observação resume dois aspectos gerais a reter. Por um lado, a felicidade e a perfeição, mesmo que relativas, apresentam-se uniformes e estáveis, alheias a sobressaltos que as alterem significativamente. Por outro lado, a linguagem, as imagens e a sintaxe da felicidade assemelham-se invariavelmente entre si (como se verifica logo nas primeiras páginas do segundo livro da *Utopia*, quando se fica a saber que a ilha tem a forma de quarto-crescente, possui defesas naturais que a tornam dificilmente acessível e é um território de fertilidade e abundância). A monotonia das descrições da vida feliz contribuiu certamente para que a equiparação, literal ou figurada, entre as suas diferentes versões se tivesse tornado vulgar, num procedimento sincrético que acabou por amalgamar discursos com fundamentos muito diferentes entre si. No limite, é de considerar a impossibilidade de se dizer a perfeição ou a felicidade, como, aliás, algumas tradições filosóficas e religiosas orientais, como o taoísmo, postularam.

Porém, o apelo revolucionário não assentou, ao longo de sucessivas décadas, unicamente na divulgação doutrinária e nas promessas aliciantes do mundo novo.

Conclamou todos os que estiveram disponíveis para o combate, nas mais variadas circunstâncias e segundo estratégias muito variadas, e alcançou feitos, desde logo a Revolução Francesa, que ficou como modelo e exemplo maior da viabilidade da ideia e do projecto revolucionários, ainda que de alcance limitado e cometimento inconcluso, ao mesmo tempo que somou muitas vitórias parciais e frequentes insucessos.

A organização e a luta – locais, regionais, nacionais e internacionais – deram não só expressão histórica aos ideários, convertendo-os em movimentos sociais e políticos significativos, como converteram o próprio combate em instrumento de propaganda, ao fazerem com que cada revolucionário se sentisse participante num movimento global, cujo fundamento e pertinência passaram a estar justificados igualmente pela vitalidade e extensão que revelavam. Em cada nova organização, cada batalha recente, cada iniciativa vitoriosa, ou, mesmo, em muitas derrotas, tornadas gloriosas pela audácia incomum e pela agitação quotidiana, como os combates europeus de 1848 e os parisienses de 1870, viu-se a reafirmação dos imperativos que impeliam ao combate sem desfalecimento, a corroboração do mérito da doutrina e a confirmação da proximidade da cidade áurea anunciada.

A luta política trouxe, ainda, consigo novos símbolos, heróis e mitos, muitos elaborados a partir da memória, como evocação de objectos, personagens e episódios modelares pelos quais a expressão viva e concreta do programa e da acção revolucionários se deixaram representar. Ganharam, com frequência, forma instituída e sentida, ao serem convertidos em insígnias proeminentes, exemplos supremos e celebrações cívicas.

A par da evocação militante dos revolucionários e dos seus feitos, encontrava-se a galeria das criações e das personagens das obras literárias e artísticas, que representaram outros tantos símbolos e heróis, igualmente agitadores do germinal das vontades, quer pela descrição realista e envolvente da vida de sofrimento e de luta dos miseráveis, quer pela exaltação épica dos grandes valores colectivos que proporcionariam o assalto ao céu.

Muitos dos autores mais representativos da literatura e das artes contemporâneas sentiram-se tocados pelas condições de vida das classes populares e pela expectativa contida na ideia de revolução, pelo que reuniram, nas suas obras, em alguns casos grandes monumentos literários e artísticos, lidos e apreciados por

gerações sucessivas, o talento e a dedicação próprios do dever cívico e intelectual de denúncia do intolerável e de incitamento à sua superação.

Deste modo, a tensão revolucionária firmou-se, na maioria dos movimentos colectivos insurgentes, em culturas particulares, com manifestações ricas e complexas, consideradas pelos próprios, mas também por muitos dos seus contemporâneos, com estatuto idêntico ao das restantes obras da cultura universal, ou mesmo superior, em virtude da sua actualidade e pertinência políticas e sociais.

Assim, nas estantes dos intelectuais avançados e nos armários das associações populares, sindicais ou partidárias, os escritos dos tribunos revolucionários consagrados intervalaram com os romances, os poemas, as pautas e as reproduções artísticas de denúncia do sofrimento e da injustiça, convertidos em símbolos da revolta e do seus ideários.

Por muito importante que fosse o papel atribuído ao folheto, ao jornal e à brochura na luta política e por decisiva que cada batalha se afigurasse à vista da realidade imediata, não foi da voragem da acção nem da urgência dos seus propósitos que a esperança retirou proeminência e sentido, pois o seu alcance, embora patente no ânimo inflamado das palavras e dos gestos de agitação e de combate mais singelos, foi-lhe conferido por concepções doutrinárias e imaginários gerais tidos por cultos, esclarecidos e exigentes.

À excepção das iniciativas espontâneas, das conjurações circunstanciais e da acção directa, por natureza efémeras, os movimentos revolucionários conheceram, por norma, o respaldo de visões do mundo e da existência peculiares suficientemente ricas e complexas para definirem domínios extensos de sensibilidade e de entendimento compartilhados, erigirem e unirem organizações amplas e estáveis, criarem modalidades de acção específicas e estabelecerem estilos de vida comuns em comunidades determinadas, coesas e centrípetas.

Esta característica explica, aliás, a longevidade das concepções e das organizações revolucionárias, a tenacidade que as caracterizou, a resiliência perante a adversidade de que deram prova, a própria denegação face ao ocaso manifesto dos seus ciclos históricos.

A cultura revolucionária apresentou-se em alguns casos tão peculiar quanto ecléctica e plural, embora com teor e sentido claramente identificáveis, e, noutros casos, como corpo de representações sistemáticas e rígidas, no pressuposto de que o rigor doutrinário, e a inerente ortodoxia, constituiriam aspecto determinante do sucesso predito.

Deste modo, a apreciação de Ortega y Gasset, segundo a qual “culturalismo, progressismo, futurismo, utopismo são um só e único *ismo*”³³, tem cabimento não só face à gênese da esperança política contemporânea, a que o pensador espanhol se referia, mas também à natureza e ao trajecto dos movimentos revolucionários que lhe deram posterior expressão histórica.

Igualmente, o movimento comunista constituiu, a este respeito, um exemplo culminante e final. Sob o impulso da tomada e da conservação do poder pelos revolucionários russos, da grande depressão económica e social do mundo capitalista iniciada em 1929, da ameaça nacionalista e militarista alemã, italiana e japonesa, que teve na Guerra Civil de Espanha e na invasão da China duas expressões da barbárie que consigo transportava, a presença da componente cultural no combate revolucionário ganhou traços e alcance inusitados.

Embora com contornos distintos nas pátrias socialistas e nos países capitalistas, a *cultura nova*, então criada, que se apresentava a si própria como a expressão actual do legado cultural universal, consistiu numa concepção unitária e sistémica da existência, da política, do conhecimento, da natureza e da história.

Não se concebeu como sendo uma perspectiva geral sobre a realidade e sobre a sua transformação em relação de afinidade com perspectivas diferentes em domínios específicos e variados, como tinha acontecido com a maioria das culturas revolucionárias anteriores, mas distinguiu-se, pelo contrário, pela afirmação intransigente e, em alguns momentos, mesmo acerada, fazendo jus ao nome de guerra do principal dirigente comunista, de uma concepção geral e global do mundo, com incidência no conjunto dos domínios do saber, da filosofia às ciências, bem como das letras e das artes.

Ao viver a evolução da vida colectiva e, em muitos casos, a própria vida pessoal, com grande inquietação e incerteza, a generalidade dos homens de cultura sentiu a obrigação, fortuita ou continuada, de tomar posição face aos dilemas do seu tempo.

No seu seio, encontraram-se muitas das figuras proeminentes do pensamento e das letras, que não só encararam as novas realidades que a pátria do socialismo anunciava com admiração, como também consideraram o país dos soviets

³³ José Ortega y Gasset, “El tema de nuestro tiempo”, in *Obras Completas*, Madrid, Santillana Ediciones Generales e Fundación José Ortega y Gasset, 2005, t. III, p. 600.

como um opositor firme ao fascismo e ao nazismo, quando as democracias se revelavam, a seu respeito, complacentes.

A Internacional e os partidos comunistas corresponderam a estes sentimentos, quer através do incentivo e da organização dos eventos que lhes conferiram expressão pública, quer pela criação de organizações partidárias ou da chamada frente única com que usufruíram do valor simbólico e tutelar das grandes figuras da cultura, ao mesmo tempo que executavam o seu próprio programa cultural.

Muitos dos intelectuais que aderiram ao movimento assim criado, incluindo figuras cimeiras das letras, das artes, do pensamento e das ciências, mantiveram-se, no seu seio, ao longo de décadas, em nome de um compromisso cívico transformado em opção e vínculo, formal ou informal, políticos, dirigindo órgãos de imprensa cultural, publicando literatura socialmente empenhada, redigindo artigos e editando obras teóricas, de divulgação e de crítica ideológica.

Foi neste fundo de esperança política e cultural desmedida e de tensão dramática enérgica, delineado em traços muitos gerais, que o legado político contemporâneo se constituiu, através dos movimentos políticos, sociais e culturais que lhe conferiram realidade histórica, suficientemente relevantes para que a origem da contemporaneidade se identifique com a queda tumultuosa do *Ancien Régime*, o século XIX com o tempo de revoluções, e a segunda metade do século XX com a época em que a vida política internacional girou em torno do confronto entre adeptos e adversários da revolução proletária mundial.

A história cultural e política portuguesa contemporânea não se afastou deste quadro genérico. Sucessivas gerações de intelectuais e de dirigentes políticos ergueram bandeiras revolucionárias, tendo muitas das suas figuras principais corrido os riscos, e sofrido as consequências, inerentes aos combates ardentes em que se envolveram.

Circunscrita a observação ao século anterior à demolição do Muro que separou, em Berlim, o Leste e o Ocidente, verifica-se, com a facilidade própria dos conhecimentos históricos comuns, que a vida cultural e política conheceu a cadência de consecutivas vagas de movimentos socialistas, anarquistas e republicanos, por um lado, e de nacionalistas, por outro, proclamando todos eles intenções revolucionárias, muitas vezes a diferentes vozes, em conformidade com as várias correntes internas que os atravessaram.

Todos estes movimentos políticos e culturais tiveram órgãos doutrinários e de propaganda, em torno dos quais se agruparam mentores, se polarizaram

partidários, se constituíram as correntes de simpatia doutrinária em que o país culto e interessado na definição do destino comum se dividiu.

Após a vitória da Revolução Nacional e da institucionalização do Estado Novo, verificou-se não só o progressivo definimento dos movimentos revolucionários citados, como também a afirmação e a consolidação, nos últimos anos do decénio de trinta e nos primeiros da de quarenta, do ideário e da actividade comunistas.

O empenho e a determinação dos comunistas, constituídos, no seu núcleo fundamental, por militantes que faziam da conspiração revolucionária o seu modo de vida, de acordo com pressupostos que remontam ao *babouvismo*, permitiram-lhes alcançar um papel relevante, determinante em muitos casos, entre os políticos oposicionistas, ao mesmo tempo que os levaram a conquistar, volvidos poucos anos, lugar preponderante nos meios intelectuais.

A conquista impetuosa de hegemonia na vida cultural foi reconhecida por autores que, sendo politicamente oposicionistas, se conservaram marginais ao neo-realismo³⁴, designação que tomou o movimento cultural marxista, tendo conduzido, por vezes, a manifestações de intensidade patética³⁵, além de se encontrar confirmada

³⁴ José-Augusto França testemunhou-o: “em 1945 todos os jovens intelectuais portugueses eram ‘neo-realistas’ – salvo meia dúzia de excepções de quadros mais bem formados por uma educação oficial, (...) excepções sem importância no clamor geral, e sem qualidades” (José-Augusto França, *(In)definições de Cultura*, Lisboa, Editorial Presença, 1997, p. 288).

³⁵ Entre a realidade vivida e o soslaio irónico posterior, as observações de Alexandre O’Neill acerca de Estaline e do momento da sua morte resumem a admiração que a política comunista suscitava, mesmo junto de quem considerava que a poesia servia para “desimportantizar” e “deixar as coisas fora do sítio”. “Estaline era – escreveu O’Neill a propósito do paroxismo dos seus sentimentos revolucionários – realmente infalível, era um herói. Era um sábio, um mestre. Era um guia... e, no dia em que Estaline morreu, estava eu a ouvir as notícias, em casa de uns amigos, no Largo de Santos, e chorávamos como crianças por ele ter morrido. A gente achava que era uma figura admirável. (...) Eu estava convencido de que a pessoa era realmente um génio, que era um pai, que era um sábio, etc. Isso tudo.” (Laurinda Bom, *Alexandre O’Neill: Passo tudo pela refinadora*, Lisboa, Editorial Notícias, 2003, pp. 9, 25, 26 e 31). Embora à margem, é de assinalar que a perturbação relatada não representou um episódio avulso. Foi, pelo contrário, sentimento corrente entre os comunistas e aqueles que lhes estavam próximos, quer no âmbito nacional, como Lino Lima confessou ao revelar ter chorado a morte do dirigente soviético conjuntamente com o seu companheiro de cela na Aljube de Lisboa: Estaline “lembrava-nos os momentos mais grandiosos e dramáticos do nosso tempo e da nossa geração, alguns dos quais perdurarão na memória dos

nas apreciações que os autores do movimento então desencadeado produziram sobre a sua história e os seus sucessos, como Alexandre Pinheiro Torres, que escreveu, no início dos anos sessenta, que “na história cultural portuguesa (...) não é difícil constatar que o panorama contemporâneo é completamente dominado pelo neo-realismo”³⁶.

Sem esquecer que as gerações se deixam representar por aqueles que têm iniciativa e revelam talento, facilmente se reconhece que uma parte muito significativa dos jovens intelectuais portugueses aprendeu a olhar o mundo, no período que vai da época da Guerra Civil de Espanha aos anos seguintes à reposição da democracia em Portugal, através da linguagem, dos conceitos e da pragmática marxistas e leninistas.

O comunismo caracterizou-se, aliás, por radicar num discurso filosófico sistemático, desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels, que conferiu aos desideratos que nele encontraram legitimação uma fundamentação complexa, com exigência crítica, rigor conceptual e arquitectura consistente, que lhe consignaram um fundo teórico muito diferente daqueles que outras concepções revolucionárias, assentes em argumentos menos elaborados e mais vulneráveis, apresentaram.

O estudo que se segue tem por objecto a fundamentação da esperança política do projecto revolucionário comunista, tal como surgiu enunciada, nos meios culturais e políticos portugueses, na segunda metade da década de 1930.

Foi este o período mais relevante da recepção do marxismo em Portugal e, ao mesmo tempo, a época em que uma nova geração procedeu à inscrição efectiva do pensamento comunista, em termos específicos, veementes e profícuos, na vida cultural nacional, dando origem, com a sua acção informada e

homens até à Eternidade” (José Ricardo, *Romanceiro do Povo Miúdo*, Lisboa, Editorial “Avante”, 1991, p. 180); quer no plano internacional, como Pablo Neruda, galardoado com o Prémio Estaline da Paz e da Amizade entre os Povos, por sugestão do próprio Estaline, registou em poema encomiástico e em testemunho autobiográfico: “a morte do ciclope do Kremlin teve uma ressonância cósmica. Estremeceu a selva humana. O meu poema captou a sensação daquele pânico terrestre” (Pablo Neruda, *Confesso que he vivido. Memórias*, Barcelona, Planeta Internacional, 1989, p. 434).

³⁶ Alexandre Pinheiro Torres, “Neo-realismo”, in *As Grandes Correntes da Literatura Contemporânea*, Lisboa, Edição da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, 1964, v. II, p. 43.

determinada, a uma firme e extensa movimentação política, cívica e cultural de intelectuais, destinada a conferir tonalidade própria aos decénios seguintes.

Por outras palavras, pretende-se compreender as razões que assistiram, neste momento a seu modo fundador da cultura marxista portuguesa, à “sã alegria comunista”³⁷, inseparável da esperança de realização humana que trazia consigo³⁸, de que o “homem novo” soviético constituiria prenúncio concreto e propalado³⁹, assim como causa de dedicação pessoal e colectiva intransigente e abnegada⁴⁰.

A atenção dos investigadores tem-se dirigido, neste âmbito, para as teses e para as obras de foro literário e artístico, seja a propósito das considerações sobre a responsabilidade social dos escritores e dos artistas que justificaram a reclamação do seu empenho cívico, seja pela análise das criações que constituíram o legado das letras e das artes com visão do mundo marxista.

³⁷ Álvaro Cunhal, “Saudação ao XVII Congresso do Partido Comunista Português”, *Público*, 27.11.2004. O documento citado constituiu a última intervenção pública de Álvaro Cunhal.

³⁸ Edmundo Pedro, responsável político pela Federação de Lisboa das Juventudes Comunistas, ao recordar “os temas da nossa predilecção”, nas conversas tidas com Álvaro Cunhal, secretário-geral da Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas, no cenário do Jardim Botânico, ao longo dos primeiros meses de 1935, salientou: “especulávamos sobre as previsões de Marx”, que “previra a emergência futura e inevitável de uma sociedade verdadeiramente democrática”, no quadro de “projecto utópico” que “implicava a progressiva abolição do Estado e a assunção, pelos cidadãos livres, das funções que ele desempenhava” (Edmundo Pedro, “Álvaro Cunhal – recordações de um convívio velho de setenta anos”, *Público*, 24.6.2005).

³⁹ A propósito da publicitação do “homem novo” soviético, em meados da década de 1930, Edmundo Pedro, que confessou “o tema do ‘homem novo’ era um dos que mais exaltava a minha imaginação”, lembra: “um dos temas na altura em discussão referia-se ao facto de se terem criado na sociedade soviética as condições para a emergência do ‘homem novo’”, condições que passariam, nomeadamente, “pela ausência de discriminação social e pela possibilidade, dada a todos os jovens, de realizarem integralmente as suas capacidades”. Esta novidade auspiciosa constituía, mesmo, “um dos temas favoritos do nosso discurso apologético junto dos jovens que procurávamos atrair para o nosso combate” (Edmundo Pedro, *Memórias. Um combate pela liberdade*, Lisboa, Âncora Editora, 2007, p. 301).

⁴⁰ Edmundo Pedro testemunhou, a propósito do convívio político, já referido, com Álvaro Cunhal: “assumíramos que valia a pena dedicarmos as nossas vidas – e sacrificá-las por inteiro, se tal fosse necessário – ao empolgante objectivo de ‘transformar o mundo’” (Edmundo Pedro, “Álvaro Cunhal – recordações de um convívio velho de setenta anos”, *Público*, 24.6.2005).

Ao invés, a cultura política, à luz da qual o neo-realismo ganhou sentido e que, a seu modo, reflectiu, não mereceu ainda uma abordagem sistemática, apesar de não poder deixar de ser encarada como encerrando em si o horizonte da actividade cultural de orientação comunista.

Embora cultura política e política cultural fossem verso e reverso de uma mesma realidade, foram entre si distintas. Desde logo, por a segunda ter sido uma emanação da primeira, dela recolhendo fundamento, sentido e propósito⁴¹.

Mesmo na eventualidade de um projecto cultural com intenção política e social só ser reconhecível através da análise de obras literárias e artísticas que lhe tivessem dado expressão, havia que discernir aqueles aspectos que, no seu corpo, revelavam concepções programáticas gerais e desígnios concretos, de modo a esclarecer o teor, o sentido e o significado das concepções representadas⁴².

Porém, a situação em que a cultura política de orientação comunista surgiu e vingou, entre nós, não se caracterizou pela ausência de exposição pormenorizada dos seus fundamentos.

⁴¹ Alexandre Pinheiro Torres, autor neo-realista que publicou vários estudos sobre a história do movimento em que se integrou, realçou não só o carácter geral da cultura em que o neo-realismo firmou os seus fundamentos, ao escrever que, "sendo o Neo-Realismo uma *nova* maneira de ver o Mundo, o Homem e os seus problemas, não podia deixar de reflectir-se em todas as formas de *produzir* 'objectos artísticos' por via da Literatura, do Cinema, das Artes Plásticas, da Música e até através de uma visão *nova* de reescrever a História, a Filosofia, a Sociologia e outros temas das Humanidades, não excluindo as ciências", como também sublinhou inequivocamente que a novidade do novo realismo foi, em primeiro lugar, ideológica e política: "o que é *novo* no Neo-Realismo é a recusa frontal do Socialismo à Proudhon, opondo-lhe aquilo que, mais de urgente, vital ou perene, havia na teorização de Karl Marx (...) o que há, pois, de *novo* no Neo-Realismo é uma clara posição política de esquerda Socialista" (Alexandre Pinheiro Torres, "Introdução muito elementar ao Neo-Realismo português", in *Entre a Realidade e a Utopia. O neo-realismo literário português*, Matosinhos, Casa-Museu Abel Salazar – Câmara Municipal de Matosinhos, 1996, pp. 11 e 13).

⁴² Eduardo Lourenço sublinhou-o: "o neo-realismo é a expressão literária de qualquer coisa muito mais ambiciosa, muito mais importante, que é, pura e simplesmente, o aparecimento em Portugal da galáxia marxista, da galáxia da cultura marxista, pura e simplesmente, com uma organização interna, com uma capacidade de se determinar em relação a praticamente a todos os temas da sociedade portuguesa, e de dar o seu contributo à descrição dessa sociedade e construir outro modelo" (Eduardo Lourenço, "Uma revisitação ao neo-realismo", in *Encontro Neo-Realismo. Reflexões sobre um movimento, perspectivas para um museu*, Vila Franca de Xira, Museu do Neo-Realismo – Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1999, p. 40).

Apesar dos muitos obstáculos colocados pela Censura e pela polícia política do Estado Novo e do recurso a expedientes mais ou menos subtis ou ardilosos, os jovens intelectuais comunistas dos finais dos anos trinta conseguiram dar expressão impressa e legal ao seu ideário, expondo, com liberdade surpreendente, face às circunstâncias, as grandes teses doutrinárias que os motivavam e de que se tornaram divulgadores ardentes.

Sendo o vínculo que entre si estabeleceram resultado da adesão individual ao pensamento político e aos propósitos que compartilharam, a exposição da fundamentação da doutrina que os uniu tornou-se uma necessidade, quer como parte do percurso de esclarecimento e de reflexão pessoais, quer no cumprimento do desejo, tido igualmente por dever, de a dar a conhecer.

O “novo humanismo”, como designaram a recepção que elaboraram do pensamento comunista, não era ainda um corpo de pressupostos adquiridos, como se verifica com os códigos e subentendidos comuns das culturas já constituídas, mas uma tarefa em curso, vivendo do brilho da descoberta e da capacidade individual e colectiva de acolher e assimilar um novo pensamento.

Embora observemos a publicação de textos teóricos marxistas relevantes no jornal *Liberdade* (1928-1935), no período final da sua edição, e a presença de argumentos, de temáticas e de controvérsias afins em várias publicações circunstanciais que lhe foram contemporâneas ou pouco posteriores⁴³, a exposição siste-

⁴³ António Pedro Pita identificou meticulosamente os afloramentos e o percurso das ideias marxistas na vida cultural portuguesa da época (António Pedro Pita, *Conflito e Unidade no Neo-Realismo Português. Arqueologia de uma problemática*, Porto, Campo das Letras, 2002, p. 37 e ss.; e “Revisão do neo-realismo”, in David Santos (org.), *Batalha pelo Conteúdo. Exposição documental. Movimento neo-realista português*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e Museu do Neo-Realismo, 2007, p. 20 e ss.). A nossa reserva face a este levantamento informado e teórico dirige-se à inclusão da conferência *Cultura integral do indivíduo – Problema central do nosso tempo*, de Bento de Jesus Caraça, entre as manifestações de pensamento marxista, pois a compreensão da história a partir do conflito entre o princípio individual e o princípio colectivo e a sua superação por via da cultura integral dos indivíduos foram alheios ao pensamento de Marx e de Engels. Constituíram, aliás, parte fundamental das concepções e do imaginário republicano e libertário, assentes na virtualidade atribuída à cultura, e à sua difusão, como agente da perfectibilidade humana e como factor histórico determinante da constituição próxima de uma ordem social racional e ética. Bento Caraça, como outros intelectuais oposicionistas da década de 1930, partiu de perspectivas revolucionárias radicais e difusas, herdadas de crenças vindas da I República,

mática das teses e dos fundamentos do pensamento marxista, fora do círculo e da orla partidários, desenvolveu-se nos anos derradeiros da década de 1930, em particular no semanário *O Diabo* (1934-1940) e no quinzenário *Sol Nascente* (1937-1940).

Nestes dois periódicos dirigidos, entre 1938 e 1940, por redacções marxistas coesas, encontramos a afirmação da cultura política e a definição da política cultural comunistas com uma extensão e clareza ímpares, que fizeram destas publicações e desta circunstância o momento matricial, impetuoso e decisivo da fixação das principais teses, dos grandes conceitos e das figuras simbólicas cimeiras do universo em que os intelectuais portugueses tocados pela alegria comunista passaram a mover-se.

A constituição simultânea de grupos estáveis e dedicados de articulistas e escritores, polarizados em torno destas publicações, possibilitou não só superar a incerteza e a precariedade que tinham caracterizado iniciativas anteriores de teor similar, como também formar dois núcleos de intelectuais, em Coimbra e em Lisboa, suficientemente capazes e determinados para vencerem as muitas vicissitudes adversas com que vieram a deparar, dando sequência ininterrupta e bem-sucedida ao movimento político e cultural que conjuntamente criaram⁴⁴.

patentes na conferência citada, datada de 1933, para posições de teor marxista, claramente explanadas, por exemplo, nos dois volumes de *Conceitos Fundamentais da Matemática*, publicados no início da década seguinte (vide Luís Crespo de Andrade, *Planetário Utopico e Cultura Integral. Aspectos do discurso utópico português contemporâneo*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1996, p. 85 e ss.).

⁴⁴ Lino Lima, colaborador de *Sol Nascente* e de *O Diabo*, que se dizia um homem da "geração de 1940-41", a qual teria "trazido não só para as artes uma concepção social, que bebia as suas origens no marxismo, como um sério empenhamento na acção política, particularmente na acção clandestina", recordou-o, ao assinalar que em "páginas literárias de grande número de jornais semanários de província (...) e nas revistas *Sol Nascente*, oficialmente editada no Porto mas, de certa altura em diante, preparada e expedida de Coimbra, *Pensamento*, do Porto, e *Diabo*, de Lisboa, e outras, até foram publicados textos de Marx, Engels, Lenine, Staline com nomes supostos", como consequência de "trabalho empenhado de quem não andava à procura de satisfazer vaidades", o qual conduziu à "situação insólita de quase se cobrir um país, onde dominava um regime fascista, de escritos que divulgavam e ensinavam o marxismo!" (José Ricardo, *Romanço do Povo Miúdo. Memórias e confissões*, Lisboa, Editorial "Avante!", 1991, pp. 13 e 82).

Quando *Sol Nascente* passou a ser redigido em Coimbra, a partir de meados de 1938, tendo ficado entregue a uma nova redacção composta unicamente por adeptos da causa comunista, tornou-se, pelas suas próprias características, nomeadamente se comparado com *O Diabo*, com periodicidade mais curta e temática mais variada, um órgão destinado claramente à elaboração e exposição doutrinária, no qual se encontra concentrado, em número muito limitado de edições, o conjunto da cultura política comunista tal como os intelectuais comunistas portugueses da época a receberam, a conceberam, a codificaram e a passaram a divulgar⁴⁵.

Provavelmente, nenhuma outra fonte histórica apresenta um repositório tão completo e, ao mesmo tempo, tão conciso e maduro das convicções comparilhadas pelos jovens marxistas como esta revista. Por um lado, não houve questões centrais ou temáticas relevantes, abordáveis na imprensa legal, que não tivessem encontrado tratamento nas suas páginas; por outro lado, o cuidado que a redacção pôs na elevação cultural, mesmo teórica, do teor dos textos publicados tornou-se evidente.

Os livros considerados emblemáticos deste período, como *Gaibéus*, de Alves Redol, *Rosa dos Ventos*, de Manuel da Fonseca, *A Arte e a Vida*, de António Ramos de Almeida, ou *Por um Novo Humanismo*, de Rodrigo Soares, ou tiveram uma natureza diferente, como aconteceu com os dois primeiros, ou apresentaram abordagens mais circunscritas das problemáticas em discussão.

Não deixa, aliás, de ser pertinente notar que a última destas obras, que é aquela em que as grandes questões do “novo humanismo” se encontram abordadas de forma mais extensa e que ficou, na memória culta, como o livro que reflectiu de modo mais completo o programa geracional, tenha tido como autor um dos dois redactores principais de *Sol Nascente* (Fernando Pinto Loureiro) e que haja

⁴⁵ Ao estabelecer uma leitura e um legado, *Sol Nascente* definiu o horizonte conceptual e simbólico em que os autores marxistas portugueses passaram a mover-se, bem como aclarou os protocolos implícitos ao teor das suas futuras publicações periódicas, nomeadamente face aos Serviços de Censura, como foi o caso da *Vértice*, que Eduardo Lourenço conheceu muito de perto. “Temos mesmo de constatar – escreveu o autor de *Heterodoxia* – que para quem esperaria encontrar uma revista organicamente ‘marxista’ – mesmo tendo em conta as limitações do tempo, e não eram poucas – *Vértice* é um revista bem comportada. *Sol Nascente* e, sobretudo, *O Diabo* tinham sido, na sua época, muito mais iconoclastas e, digamos, audaciosas” (Eduardo Lourenço, in Viviane Ramond, *A Revista Vértice e o Neo-Realismo Português*, Coimbra, Angelus Novus, 2008, p. 14).

consistido, no essencial, numa recolha de críticas, artigos e comentários, em grande parte publicados no quinzenário *conimbricense*⁴⁶.

Como facilmente se pode observar, a constituição de um grupo coeso de redactores e a definição simultânea de um corpo estruturado de representações e práticas culturais em torno de um órgão de imprensa não foi exclusivo da revista que evoca, no seu título, “o mito solar da revolução”⁴⁷, mas um dado corrente da história cultural e política do século XX.

Desde logo, as duas grandes correntes culturais da época em que *Sol Nascente* foi publicado, uma de doutrina e crítica e a outra literária, tinham surgido e tinham-se constituído em torno de duas revistas, a *Seara Nova* e a *Presença*, em que os seus mentores publicaram parte substantiva do sua reflexão e da sua criação, posteriormente coligidas em volumes de ensaios ou em obras literárias autónomas.

O papel da revista em torno da qual cada uma destas duas correntes se organizou foi tão significativo que os redactores e colaboradores que nelas participaram ficaram conhecidos por designações – *seareiros* e *presencistas* – retiradas dos respectivos títulos. Em sentido simétrico, os adeptos do integralismo haviam atribuído, pouco antes, a uma das suas principais publicações um título – *Integralismo Lusitano* – que inclui a designação corrente do seu movimento.

Na época, como no conjunto do século XX, as revistas foram as publicações em que a recepção, elaboração e divulgação doutrinária e cultural tiveram, por excelência, lugar.

Estes periódicos, dirigidos e redigidos frequentemente por figuras cimeiras do pensamento e das letras, distinguiam-se, desde logo, por conciliarem a identidade própria, presente em orientações editoriais e programáticas estáveis e coerentes, com a diversidade de géneros e de materiais que se desdobravam nas suas

⁴⁶ Em pouco mais de duas centenas e meia de páginas, a colectânea reúne quase cinco dezenas de textos, de teor muito variado. O novo humanismo é apresentado como “o fermento de uma nova cultura, quer dizer, de uma nova maneira de viver, de pensar e de agir”, que considerara “os escritores como ‘engenheiros das almas’”. Ter-se-ia afirmado por volta de 1939, quando “surge na cultura portuguesa a vanguarda de uma nova geração de intelectuais, com uma nova mentalidade e uma nova atitude perante a vida”, cujo “efeito da campanha de esclarecimento então empreendida, e que teve o seu auge nos anos de 39 e 40, fez-se sentir nos anos posteriores” (Rodrigo Soares, *Por um Novo Humanismo*, Porto, Livraria Portugália, 1947, pp. VIII e XIII).

⁴⁷ Vide Jean Starobinski, 1789. *Les emblèmes de la raison*, Paris, Flammarion, 1979, p. 31 e ss.

páginas: artigos de fundo, ensaios, análises circunstanciais, textos polémicos, traduções, antologias, resenhas, notícias específicas, aforismos, notas avulsas, poemas, narrativas, fotografias, ilustrações e reproduções artísticas.

A plasticidade que as revistas, assim, revelavam representava uma clara vantagem na persecução dos fins que lhes assistiam, relativamente a outro tipo de publicações, na medida em que permitia a cada título dar a conhecer a riqueza e a complexidade da orientação editorial e programática que lhe presidia, já que o caleidoscópio de registos e de referências que proporcionava a percepção conjunta e facetada de argumentos e de imaginários seria dificilmente alcançável com a edição de livros, sujeitos a maior rigidez e monotonia, ou com a publicação de jornais, assoberbados pela sucessão estugada de notícias evanescentes.

As revistas tornaram-se, assim, poderosos instrumentos de produção e de recepção culturais.

Fundiram pensamento, sensibilidade e actualidade em representações da época e das tendências do tempo que deixavam reflectir, na variedade do seu teor, a generalidade das inclinações individuais e a multiplicidade das expressões da vida próxima.

Actuais, mas não efémeras, construíram o sentido de actualidade, ao responderem à necessidade de se pensar e se viver de acordo com os tempos modernos, pelo que ocuparam e evoluíram nos interstícios da relação coetânea que une, forçosa e reciprocamente, universalidade e temporalidade, razão e circunstância, arte e gosto.

Cada título, minimamente representativo, no plano da sensibilidade e do pensamento, incluindo no domínio da cultura de massas que emergiu nas primeiras décadas do século XX, trouxe consigo não só um olhar próprio sobre a vida contemporânea, expresso no programa editorial com que se apresentou, na pluralidade idiossincrática das vozes que lhe deram corpo, nas temáticas e nos registos por que se desdobrou, mas também, no caso daqueles que perduram para além dos primeiros números, no seu próprio evoluir, ao dar a conhecer o movimento das concepções com que justificou a sua existência, patente nas tensões entre sensibilidades díspares, em polémicas internas e dissidências, nos ciclos das orientações editoriais, na recomposição do corpo directivo e redactorial, nas inflexões temáticas e de registo, nos momentos de interrupção da edição, na sucessão de séries, na própria extinção do periódico.

O acompanhamento do evoluir das circunstâncias, inerente à cadência das edições de cada título, permitiu, ainda, não só aferir com assiduidade a pertinência

de cada programa editorial como instrumento de nomeação e decifração do devir imediato, como também estabelecer um relacionamento próximo e muito envolvente com o leitor. Nomeadamente com o leitor culto, que adquiriu, com facilidade, o hábito de acompanhar a sucessão dos acontecimentos e das novas realidades, mais ou menos marcantes, através da leitura regular dos títulos da sua predilecção, em que encontrava a matéria e as referências com que formava as suas opiniões e com os quais se sentia identificado.

No caso dos movimentos intelectuais, entendidos como intervenções cívicas colectivas e continuadas de homens que desfrutaram de prestígio cultural na vida da cidade, há que acrescentar aos atributos indicados alguns outros predicados relevantes.

Os movimentos de intelectuais e as revistas foram, frequentemente, congénitos e paralelos.

A criação de novas publicações, ou o controlo das já existentes, possibilitou, com frequência, a passagem do domínio do propósito cívico ou doutrinário, vago e difuso, para a constituição de correntes doutrinárias consistentes e para a intervenção pública viva e eficaz.

Fazer uma revista foi, provavelmente, o projecto dos movimentos de intelectuais mais elementar e comum: permitia reunir e organizar os partidários de uma mesma causa cultural e cívica, aclarar as teses e desenvolver os argumentos que lhes assistiam, ganhar estatuto público e divulgar o ideário, associar o pensamento e os desígnios próprios ao evoluir dos tempos, criar correntes de opinião favoráveis, estruturar redes de cumplicidades e de acção.

Quando as redacções se mostraram coesas nas concepções e firmes nos propósitos que defenderam, as revistas não só se revelaram, redobradamente, obra comum, como cristalizaram o conjunto dos interesses, leituras, reflexões, sensibilidades, estratégias em que o ideário e os propósitos compartilhados se desdobraram.

Foi esta situação de grande unidade programática que caracterizou *Sol Nascente* no seu período conimbricense. A própria redacção proclamou, em diferentes ocasiões, estar ciente da solução para os problemas com que os homens se confrontavam, pelo que qualquer tergiversação ou compromisso a seu respeito teriam inscritos a marca do erro e da renúncia⁴⁸.

⁴⁸ Vide *infra*, p. 107.

Porém, mais do que a afirmação da unidade ideológica que os redactores do quinzenário julgavam indispensável para cumprir a missão de direcção e esclarecimento dos passos dos homens que atribuíam à revista, é a coerência e a tenacidade da orientação que a leitura das páginas do quinzenário deixa observar que revela a intransigência do pensamento e da conduta que presidiu às edições elaboradas pelos universitários conimbricenses.

As diferentes capas, cadernos temáticos, artigos, críticas e notas, independentemente do seu teor doutrinário, político, de actualidade cultural ou literário, são peças editoriais em que não só se dá a ver uma mesma perspectiva do mundo, embora sem clara monotonia ou redundância, como em que também se reconhece, com facilidade, o selo invariável da pertinência revolucionária que se lhes confere. O quinzenário desconheceu neste período, o texto avulso ou a prosa gratuita.

Havia, obviamente, aspectos da cultura política comunista que uma revista sujeita à Censura estava impedida de desenvolver.

Contudo, estas limitações não impossibilitaram que a exposição doutrinária desenvolvida na revista, no seu período conimbricense, fosse suficientemente informada, estruturada, extensa e diversificada para que a apreensão, nas suas páginas, do quadro geral da cultura política comunista, tal como o corpo redactorial do quinzenário a concebeu, tenha ficado, a algum título, comprometida.

Deste modo, *Sol Nascente*, na segunda metade das suas edições, deu-nos a conhecer as grandes teses, os argumentos fundamentais, as referências teóricas e simbólicas, os imaginários, a trama e a teia com que os marxistas portugueses teceram o horizonte concreto da sua visão geral do mundo, da sociedade, da história e da vida.

É esta visão geral, que tudo tende a abarcar, que se procura, agora, esclarecer, identificando os fundamentos e reconstituindo as configurações conceptuais que lhe conferiram consistência teórica e sentido para a acção.

Como se verifica correntemente com as concepções gerais, filosóficas ou ideológicas, não é possível compreender o significado de uma qualquer interpretação parcelar sem apreender, simultaneamente, a disposição da arquitectura, rudimentar ou complexa, que permite integrar as considerações particulares na ordem discursiva em que se encontram inseridas.

Separar teses, argumentos, controvérsias e considerá-los isoladamente, sem o contraponto do seu horizonte, implica ficar privado do fundo em que se integram e abdicar do seu significado efectivo.

As grandes representações conjugam teses, argumentos, perspectivas metodológicas, orientações para a acção e propósitos práticos segundo disposição con gruente e global.

Os factores que concorrem para esta situação têm origens muito diferentes entre si.

Por um lado, a ordenação racional tende para a unidade, para a construção de grandes representações coerentes e integradoras das respostas dadas às diversas interrogações através das quais a realidade se revela. Os sistemas filosóficos, as doutrinas religiosas, as teorias científicas e as construções ideológicas, tanto mais pertinentes quanto mais globais, atestam-no.

Por outro lado, a relação entre o poder e as grandes representações tendeu, por regra, para a constituição de ortodoxias, seja de âmbito religioso, seja no domínio político. Numa situação em que o poder agrega a si o saber, num gesto de recíproca legitimação, só há lugar para certezas seguras e definitivas, pois o reconhecimento da sombra da dúvida surgiria como sinal de fraqueza, motivo de perturbação e expressão latente de dissolução.

Por fim, aqueles que se satisfizeram com a adesão às grandes convicções venceram o desconforto do desassossego que persegue os homens, sentindo, com facilidade, sobreerguer-se face os seus contemporâneos e ao enredo das incertezas e das hesitações que os tolhem.

Por determinação racional, política e antropológica, o pensamento aspira à unidade, mesmo quando, formulado à luz de uma abordagem simultaneamente materialista e dialéctica, parte do pressuposto de que a mudança definiria a índole própria das coisas humanas e naturais.

Este desígnio de síntese encontra na esperança, política ou de outra índole, cristalização apurada, provavelmente expressão suprema.

A esperança revolucionária não só reconcilia e funde as esferas da razão teórica e da razão prática, como lhes sobrepõe a acção, o necessário cumprimento efectivo do saber na consumação do novo mundo. Fá-lo em nome do conhecimento maduro, do dever inequívoco e do desejo pleno, finalmente reunidos, em estado de maioridade, num mesmo projecto de emancipação humana.

Só o vínculo individual e colectivo à acção determinada e imperativa possibilitaria transpor o pórtico do futuro, como, aliás, a última, e mais célebre, das teses de Karl Marx sobre Feuerbach – “os filósofos limitaram-se a

interpretar diferentemente o mundo, mas o que importa é transformá-lo⁴⁹ – assinala enfaticamente.

Uma vez convertido o pensamento revolucionário em acção insurgente, todo o agir passa a encontrar-se subordinado ao ditame da estratégia e das finalidades e, em consequência, o seu significado passa a ser aferido pela eficácia política e social que lhe for imputada.

Na tradição leninista, o partido comunista seria o sujeito político que encarnaria a síntese entre pensamento e acção revolucionários, pois representaria o único meio idóneo para a concretização dos sonhos de que Nicolau Lenine falou, ao escrever sobre a organização revolucionária em *Que Fazer*⁵⁰, de 1902, revisitados, por ocasião da tomada do poder, em *O Estado e a Revolução*⁵¹, escrito e publicado no ano

⁴⁹ Karl Marx, “Teses sobre Feuerbach”, in Karl Marx e Friedrich Engels, *Études philosophiques*, Paris, Éditions Sociales, 1974, p. 51.

⁵⁰ Lenine, a propósito dos sonhos que lamentou serem “infelizmente muito raros no nosso movimento”, citou palavras de Dimitri Pisarev, intelectual revolucionário russo, que lhe mereciam aprovação: “se o homem estivesse inteiramente privado da capacidade de sonhar, se não pudesse, por vezes, adiantar-se e contemplar com a sua imaginação o quadro inteiramente acabado da obra que esboça com as suas mãos, não podia compreender que motivos obrigam os homens a levar até ao fim vastos e perigosos empreendimentos nos domínios das artes, das ciências e da vida prática (...) o desacordo entre os sonhos e a realidade não produz qualquer dano, sempre que a pessoa que sonha creia seriamente no seu sonho, se fixe atentamente na vida, compare as suas observações com os seus castelos no ar e, em geral, trabalhe escrupulosamente na realização das suas fantasias. Quando existe algum contacto entre os sonhos e a vida, tudo está bem” (Lenine, *Oeuvres complètes*, Paris-Moscovo, Éditions Sociales-Éditions du Progrès, 1973, t. V, p. 523).

⁵¹ Acabado de redigir na Primavera de 1917, quando Lenine, refugiado na Finlândia, se batia pela imposição da consigna “todo o poder aos soviets” e pela definição do objectivo da tomada do poder pelos bolcheviques, *O Estado e a Revolução* exemplifica a relação próxima entre a dimensão utópica e a resolução revolucionária. Além de rejeitar liminarmente a possibilidade de a organização estatal existente servir a revolução e de reafirmar a convicção, assente em referências sistemáticas aos escritos de Marx e de Engels, de que as funções estatais iriam caducar com a revolução proletária, Lenine perspectiva a progressiva e consequente extinção do aparelho de Estado, substituído, mesmo em período incipiente, pelo poder popular: “a partir do momento em que é a maioria do povo que reprime *por si mesma* os seus opressores, *já não é necessária* uma ‘força especial’ de repressão (...) o Estado *começa a extinguir-se* (...) esta função pode ser realizada directamente pela maioria, e quanto mais intervenha todo o povo na execução das funções próprias do poder estatal, tanto menor é a necessidade do dito poder” (Lenine, *Oeuvres complètes*, Paris-Moscovo, Éditions Sociales-Éditions du Progrès, 1975, t. 25, p. 454). Sobre as divergências (e as afinidades) com a acracia libertária, bem como acerca das “bases económicas da extinção do Estado”, em geral, veja-se p. 494 e ss.

em que o dirigente russo passou a habitar os aposentos dos serviços no Palácio de Inverno da cidade que, em breve, deixaria de ter o nome do príncipe ilustrado que a fundara para passar a adoptar o apelido que o social-democrata bolchevique para si próprio escolhera.

A natureza militar das metáforas a que Lenine e os restantes comunistas uniram o partido do proletariado moderno – vanguarda, estado-maior, exército disciplinado – revela só por si o desiderato de corpo hierarquizado, coeso e combatente que lhe conferiu sentido e forma.

À luz da síntese entre teoria e prática revolucionárias, o cometimento cultural dos estudantes universitários marxistas e leninistas que dirigiram e redigiram o quinzenário conimbricense surgiu, para os seus autores, eivados de espírito de partido, ou de tendência⁵², independentemente de a organização partidária passar, no final dos anos trinta, por um período “catastrófico”⁵³, como um empreendimento que retirava o seu pleno significado da intenção política que determinou a sua missão e a que o seu teor se subordinou.

Para estes jovens revolucionários, toda a acção – em que se inclui todo o discurso – tinha um significado político, à luz do qual deveria, em primeira linha, ser avaliada.

A evocação regular da utilidade para os homens concretos como critério de apreciação das diferentes manifestações da vida cultural e social indica só por si que pensamento e eficácia imputada correriam, a seu ver, no mesmo leito, o que gera a obrigação, para quem lê atentamente cada edição e cada artigo do quinzenário, de atender quer à semântica manifesta, quer ao desígnio político implícito.

⁵² O espírito de partido, ou seja, de facção determinada e consistente que visava objectivos políticos conformes ao programa e à prática marxista e leninista foi patente a partir do momento em que a revista passou a ser elaborada em Coimbra, quer na temática e na economia de cada uma das edições do quinzenário, quer no tom incisivo da generalidade dos artigos, dos argumentos e das referências. Acerca do relacionamento dos redactores com o PCR, *vide infra*, p. 73.

⁵³ A expressão é de Joaquim Pires Jorge, dirigente comunista entre 1934 e 1984, ano da sua morte (Joaquim Pires Jorge, *Com uma Imensa Alegria. Notas autobiográficas*, Lisboa, Editorial “Avante!”, 1984, pp. 37 e 39). Note-se, de passagem, que o título do relato da vida de revolucionário profissional de Pires Jorge evoca palavras com que Pablo Neruda cantou o “Partido”: “fizeste-me ver a claridade do mundo e como é possível a alegria; fizeste-me indestrutível pois contigo não termino em mim próprio” (*ibidem*, p. 10).

A pragmática, como expressão da síntese política entre pensamento e acção, sobrelevou, em consequência, no conjunto de um discurso que nunca perdeu de vista os objectivos que procurava alcançar.

A leitura, mesmo sumária, das edições do quinzenário dos universitários conimbricenses permite, pela análise dos desígnios expressos e pela consideração da sua injunção a objectivos estratégicos e táticos, verificar facilmente que a missão que a revista cumpriu se desdobrou em cinco planos principais que representaram, no seu conjunto, a síntese entre a teoria e a prática revolucionárias, tal como uma publicação legal doutrinária podia realizar: a divulgação das teses principais da codificação do marxismo e do leninismo; a leitura dos tempos à luz destas teses e a refutação de pontos de vista opostos; a criação de um movimento cultural marxista e de uma corrente literária e artística socialmente empenhada e útil; o combate político directo, fora do horizonte estritamente cultural, que foi, aliás, a causa próxima do fim da publicação⁵⁴; a formação ideológica e política de novos militantes⁵⁵ e o cumprimento do papel de organizador colectivo⁵⁶ que, na tradição leninista, caberia à imprensa revolucionária⁵⁷.

A reconstituição da cultura política comunista, tal como surgiu exposta no *Sol Nascente*, no seu período conimbricense, parte dos pressupostos enunciados e desenvolve-se, na tentativa de compreensão dos fundamentos racionais que legitimam a esperança de que é portadora, em quatro momentos fundamentais.

⁵⁴ Vide *infra*, pp. 180, 551 e ss.

⁵⁵ Em testemunho, citado em estudo de João Madeira, Lino Lima foi, a este respeito, inteiramente conclusivo. “Estava – escreveu o colaborador de *Sol Nascente* que aderiu ao Partido Comunista em 1941 – então a criar-se em Coimbra, no meio estudantil, um grupo de jovens comunistas, que depois se espalhou por diversos sítios do país e que teve grande importância na reconstituição do Partido que se estava a processar nessa época. Uns meses antes de morrer, o Pires Jorge disse-me isto mesmo. ‘Isto foi um núcleo que explodiu e levou o Partido para todo o lado’” (João Madeira, *Os Engenheiros das Almas. O partido comunista e os intelectuais*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, p. 148).

⁵⁶ Vide *infra*, pp. 48-49.

⁵⁷ Vide, *v.g.*, Lênine, *Oeuvres complètes*, Paris-Moscovo, Éditions Sociales-Éditions du Progrès, 1973, p. 511 e ss.

Considerar-se-á, em primeiro lugar, a orientação editorial da própria revista, as tarefas que definiu para si, os objectivos programáticos que explicitou, a estratégia de exposição doutrinária que desenvolveu, o fito polémico que a animou, a diversidade das temáticas que acolheu, o empenho que colocou na criação de um movimento literário e artístico de inspiração marxista e com sentido social e político.

Atender-se-á, de seguida, ao discurso produzido acerca dos intelectuais e da sua condição, aspecto relevante, pois os intelectuais foram os agentes privilegiados quer da formulação doutrinária, quer da sua divulgação, quer, ainda, da sua conversão em causas e correntes de opinião. Ainda que se tenham conservado vários traços da imagem corrente dos intelectuais, desde logo a perspectiva de que uma nova geração traz consigo os arautos de uma nova e decisiva orientação doutrinária, verificou-se também uma profunda revisão no que concerne ao seu estatuto, mormente no que se refere à autonomia de espírito em que tinham feito assentar a sua autoridade.

Examinar-se-á, em terceiro lugar, o principal argumento da esperança comunista, que radica na filosofia da história marxista, a qual surgiu exposta, nas páginas da revista, através da reprodução de alguns dos seus textos canónicos – em trechos de Marx, Engels, Lenine e Estaline –, assim como em artigos dos redactores do quinzenário. Esta visão geral do trajecto humano teria encontrado confirmação próxima no socialismo soviético, que deixaria antever, conjuntamente com o progresso internacional da causa proletária, o horizonte da criação próxima de uma ordem social conforme às finalidades imputadas à condição humana.

Analisar-se-á, por fim, o argumento segundo o qual o marxismo representava o vértice superior do saber e da cultura, já que proporcionaria o quadro geral do conhecimento do mundo natural e social, bem como facultaria a própria vida na sua plenitude, desde logo a dos redactores da revista, chamados a participar na grande epopeia de crítica às diferentes modalidades da falsa consciência e de criação de uma cultura que se distinguiria pela superação definitiva da alienação.

Na análise da revista *Sol Nascente*, que publicou quarenta e cinco números entre Janeiro de 1937 e Abril de 1940, tomada como fonte principal da investigação, do estatuto conferido aos mediadores da doutrina revolucionária e das duas grandes linhas da argumentação que conferiram sentido e unidade ao seu teor geral, ter-se-ão em consideração não só os artigos e as outras peças editadas no quinzenário, como também o conjunto das obras de autores tomados como referências seguras.

Considerar-se-á, igualmente, o discurso político e cultural de origem soviética como resultado óbvio do papel central que desempenhou no movimento comunista em geral, incluído no que aos intelectuais e à sua actividade respeitou.

Atender-se-á, ainda, à actividade editorial comunista francesa contemporânea do quinzenário, cujas publicações eram seguidas não só pelos redactores da revista, de que deram, nas suas páginas, notícia pormenorizada do renovado enleio cultural e revolucionário com “a doce mãe França”⁵⁸, mas também pela generalidade dos intelectuais marxistas do seu tempo, pois todos teriam “dois países, o seu próprio e a França”⁵⁹.

Confinar a leitura de *Sol Nascente* ao conteúdo expresso e ao seu alcance no contexto cultural e político português, sem recorrer a estas outras fontes, não permite compreender, a propósito de muitas e relevantes questões, o sentido exacto do seu significado.

Não deixando de ser nacional e dirigido à realidade portuguesa, o quinzenário foi, simultaneamente, expressão de um movimento internacional poderoso, amplo, ímpar, pelo que a compreensão do seu teor obriga a que se atenda, de forma metódica, ao corpo doutrinário em que se inspirou e o teor das referências internacionais em que encontrou orientação e estímulo.

Não se pretende fazer história das ideias políticas comparada, no sentido de confrontar diferentes percursos paralelos entre si, o que seria, provavelmente, deslocado, mas, antes, ter presente as referências teóricas e o teor das fontes próximas a partir das quais os novos humanistas ergueram a sua voz.

Trata-se de os observar como homens do seu tempo, exactamente no mesmo sentido em que gostavam de se imaginar a si próprios, isto é, como parte da grande “movimentação humanista épica” internacional⁶⁰ de todos aqueles que sentiam, em Portugal, como um pouco por todo o lado, “o dever de lutar pela felicidade dos

⁵⁸ José Gomes Ferreira, *A Memória das Palavras ou o Gosto de Falar de Mim*, 3.^a ed., Lisboa, Portugalíia Editora, 1972, p. 104.

⁵⁹ Eric Hobsbawm, *Interesting times. A twentieth-century life*, Londres, Penguin Books, 2002, p. 386.

⁶⁰ Rui Mário Gonçalves, “Um neo-realismo sem margens”, in *Exposição de Artes Plásticas. Neo-realismo/neo-realismos*, Matosinhos, Casa-Museu Abel Salazar – Câmara Municipal de Matosinhos, 1996, p. 13.

outros” como um “espinho na carne”, cuja possibilidade de “não o fazer era uma espécie de pecado”, já que não saberiam viver “com esse peso, essa hipótese sequer, na consciência”⁶¹.

O movimento triangular entre o teor da revista, as referências teóricas e as fontes políticas e culturais internacionais permite, igualmente, realçar a competência e o sentido nacional dos redactores do quinzenário.

A sua provada proficiência foi patente na capacidade que revelaram para divulgar a cultura política marxista e leninista de modo tão penetrante e firme que esta persistiu na cultura portuguesa ao longo de decénios.

O objectivo de se “permanecer bem português” mostrou-se particularmente visível no quadro das obrigações imputadas à “nova literatura, humana, moderna e nacional”, a constituir com “histórias que desejam ser portuguesas e devem ser portuguesas”⁶². Numa perspectiva adversa ao cosmopolitismo, a perspectiva nacional definiu o tom geral do movimento cultural desencadeado, quer ao tomar expressões maiores das letras portuguesas – como o “génio do grande Garrett”⁶³ – por referência, quer ao centrar a temática na vida popular, dando a conhecer o quotidiano autêntico e peculiar de personagens que ilustrariam os dramas e os anseios dos grupos sociais explorados e oprimidos nas diferentes regiões do país.

⁶¹ Mário Dionísio, *Autobiografia*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p. 54.

⁶² Mário Dionísio, “‘Histórias de amor’, por José Cardoso Pires”, *Vértice*, vol. 12, n.º 108, Agosto de 1952, p. 446 e ss.

⁶³ *Idem, ibidem*.

SOL NASCENTE E A IMPRENSA MARXISTA

Em carta datada de 5 de Janeiro de 1939⁶⁴, dirigida por Jorge Domingues, que era um dos redactores principais do semanário *O Diabo*⁶⁵, a Manuel de Azevedo, que desempenhava, de facto, as funções de secretário da redacção e da administração do quinzenário *Sol Nascente*, pode ler-se:

Sol Nascente deve ser o manifesto jornalístico e de divulgação do pensamento filosófico da nossa geração: manifesto sem desvios, nitidamente orientado num sentido diamático⁶⁶. *Altitude*, a nossa revista literária, *Litoral*, a nossa revista de alta cultura, *O Diabo*, o elemento congregador de todos os elementos que, desde Bento de Jesus Caraça ao Padre Abel Correia, representam a mentalidade progressiva do país.

A intenção declarada de criar uma rede editorial provida de alguma complexidade – em que as diferentes publicações que a viessem compor não se limitassem a desenvolver projectos próprios, ainda que, entre si, convergentes, mas desempenhassem funções específicas, no quadro de um plano cultural e político globalmente articulado – revelava, só por si, a extensão que se julgava possível atribuir à coordenação dos órgãos do movimento de ideias e de cultura que se pretendia estruturar.

⁶⁴ Vide Anexo I. O documento reproduzido encontra-se no espólio de Manuel de Azevedo, na posse da família.

⁶⁵ Jorge Domingues tinha sido um dos fundadores de *Prisma*, revista académica, que publicou um número único, em Lisboa, em Junho de 1933, e de *Gleba, semanário de literatura e crítica*, com cinco números editados, igualmente na capital, nos anos de 1934 e 1935. Desempenhou papel de relevo em *O Diabo*, conjuntamente com Mário Dionísio, de quem era próximo, após este semanário ter passado a ser dirigido pelo médico Adolfo Barbosa, no mês de Outubro de 1937, o qual se prolongou nos primeiros tempos da direcção de Manuel Campos Lima, iniciada nos últimos dias de 1938, como a carta referida, datada do início deste último período, indica (cf. Mário Dionísio, *op. cit.*, pp. 43, 44 e 88).

⁶⁶ O vocábulo “diamática” designou o materialismo dialéctico. Teve por origem o termo “diamat”, abreviatura de “Dialektischer Materialismus” e de “dialectal materialism”, usado, à época, na literatura filosófica e política alemã e anglo-saxónica. Os jovens marxistas portugueses recorreram, indiscriminadamente, quer ao vocábulo germânico e inglês, quer à sua adaptação morfológica ao português.

Se os intuitos expressos quanto a *Altitude* e a *Litoral* só muito limitadamente se efectivaram, apesar de a revista de propósito literário ter publicado, em Coimbra, dois números⁶⁷ e o periódico vocacionado para a divulgação da alta cultura ter sido objecto de preparação cuidadosa⁶⁸, já o acerto de papéis entre *O Diabo* e *Sol Nascente* conheceu concretização em diferentes planos.

Desde logo ao nível mais elementar, sugerido na mesma carta:

Para primeiro trabalho de camaradagem agradecia, se fosse possível, uma referência à nova orientação de *O Diabo*, mas em que não se mencionem nomes. Depois de

⁶⁷ *Altitude. Boletim literário e de arte* iniciou a publicação no mês seguinte à redacção da carta de Jorge Domingues, com as características de revista literária nela assinaladas. Além da edição de Fevereiro, conheceu uma segunda, e última, aparição em Abril de 1939.

⁶⁸ Embora *Litoral* não tenha passado da fase de projecto, o anúncio da sua edição próxima constou em várias revistas, designadamente em *Sol Nascente* (cf. *Sol Nascente*, n.º 34, 1.3.1939, p. 14) e em *Esfera*, editada no Rio de Janeiro, ainda que, neste último caso, tenha sido a cidade do Porto o local indicado para a publicação do novo periódico português de “Filosofia, Ciência, Literatura, Arte e Crítica” (*Esfera*, n.º 1, Maio de 1938, p. 35; n.º 2, Junho de 1938, pp. 70 e 74). Bento de Jesus Caraça elaborou um plano desenvolvido das “bases gerais” de *Litoral*, indicando quer os fundamentos doutrinários e nacionais em que a publicação encontrava justificação, quer as secções permanentes que lhe dariam expressão. Perspectivou uma revista mensal, relativamente extensa, com oitenta páginas, versando, em linguagem acessível, temas literários, científicos e de cultura geral (cf. Espólio de Bento de Jesus Caraça, Arquivo Mário Soares, doc. 4409.002). Como Alberto Pedroso assinalou, os trabalhos preparatórios da nova revista estiveram suficientemente adiantados para Bento Caraça ser levado a elaborar o texto de apresentação e o índice do número inaugural. Procedeu-se, mesmo, a uma campanha de assinaturas, que logrou obter quase uma centena de subscritores do novo periódico (Alberto Pedroso, *Bento de Jesus Caraça – Semeador de cultura e de cidadania*, Porto, Campo das Letras, 2007, p. 339). O motivo pelo qual a revista não vingou não é conhecido. A possibilidade de revisão do programa editorial indicado na carta de Jorge Domingues não é de excluir. O abandono da edição de *Altitude*, a partir de Abril de 1939, indicia-a. Vários aspectos podem ter confluído para esta eventual revisão: o corpo de redactores da revista coincidia genericamente com o das outras publicações indicadas, perspectivando uma sobrecarga de trabalho redactorial assinalável; as relações com Abel Salazar – autor de um prefácio para a revista – revestiam-se de alguma complexidade (que pode estar na origem do anúncio do Porto como local de edição); a possibilidade de os jovens marxistas publicarem com regularidade nas páginas de *Pensamento* e de *Síntese* efectivou-se; o preço dos factores de produção, designadamente do papel, conheceu, na altura, uma subida acentuada. Para além da eventual desistência, resta a possibilidade óbvia de a publicação ter sido vítima de impedimento administrativo, pois os seus promotores eram oposicionistas bem conhecidos nos Serviços de Censura e na polícia política.

alguma utilidade imediata será também que se façam pequenas transcrições mútuas. Isto levará o leitor de cada um dos jornais a interessar-se pelo outro.⁶⁹

A colaboração entre as duas publicações consolidou-se, de seguida, para além da mútua remissão referida, em reuniões regulares entre grupos dos seus corpos de redactores e de colaboradores, com o intuito de concertarem as suas actividades⁷⁰.

Estendeu-se, igualmente, ao plano da actividade partidária, pois Firmignano Cansado Gonsalves, versado em ciências históricas e filosóficas e membro do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, responsável pelo chamado “sector intelectual”, ficou incumbido, pela direcção do seu partido, de “orientar as coisas”, primeiro, em *O Diabo* e, depois, em *Sol Nascente*, ao mesmo tempo que colaborava, como articulista e como prosador, nas duas publicações⁷¹.

⁶⁹ Note-se que a solicitação contida na carta foi prontamente atendida. Logo na edição de *Sol Nascente* subsequente, pode ler-se: “assinamos com sincero júbilo a indiscutível melhoria que ultimamente sofreu ‘O Diabo’ (...) um jornal essencialmente dirigido ao grande público” (*Sol Nascente*, n.º 34, 1.3.1939, p. 14). *O Diabo*, pouco depois, retribuiu a menção, ao saudar *Sol Nascente* por seguir “a mesma orientação que tem guiado *O Diabo* nos seus últimos passos” (*O Diabo*, n.º 234, 18.3.1939, p. 3) e ao declarar, volvidas mais algumas edições, que “‘Sol Nascente’ é a revista da juventude” (*O Diabo*, n.º 248, 24.6.1939, p. 4).

⁷⁰ Em testemunho evocativo de Alves Redol, Armando Bacelar, estudante de Direito em Coimbra, recordou estes encontros, que levaram os redactores de *Sol Nascente*, iniciado na Rua do Paraíso e com sede na Rua do Bonjardim, no Porto, a frequentarem, em Lisboa, a cave do Café Portugal, bem como o salão do Palladium, e a ascenderem, pela Calçada da Glória, à porta larga e fronteira do prédio de São Pedro de Alcântara em que a redacção de *O Diabo* estava instalada: “em Coimbra, em Lisboa, no Porto, nós, os amigos de Redol e os que com ele andávamos embarcados nas mesmas águas, nas mesmas aventuras e correndo os mesmos riscos, convivíamos intensamente, desde as mesas dos cafés às salas das redacções e a outros encontros de carácter mais reservado ou mesmo secreto, deslocando-nos com frequência entre essas cidades, ao nível dos mais responsáveis, para trocarmos ideias e coordenarmos a nossa acção” (Armando Bacelar, “Memória de Alves Redol”, in Maria José Marinho e António Mota Redol (orgs.), *Alves Redol, Testemunhos dos Seus Contemporâneos*, Lisboa, Editorial Caminho, 2000, p. 30).

⁷¹ Cf. José Pacheco Pereira e Fernando Rosas, “Apontamentos de uma entrevista com Firmignano Cansado Gonsalves”, in *Estudos sobre o Comunismo*, s.l., s.n., Julho de 1983, p. 37. As colaborações de Cansado Gonsalves surgiram assinadas, nas duas publicações, com os pseudónimos Mário Seabra Novais e Pedro Aguiar Nogueira, como ficou esclarecido em nota inserida na contracapa de obra que este antigo dirigente comunista publicou após o 25 de Abril (Cansado Gonsalves, *A Traição*

Através do relacionamento assim urdido, o desígnio apontado por Jorge Domingues acabou por fazer o seu caminho, passando as duas publicações a inscrever-se no domínio de um projecto político e cultural com horizontes bem mais amplos do que aqueles que caracterizavam as iniciativas editoriais correntes, por regra confinadas ao universo dos redactores e dos leitores que cada uma conseguia, só por si, atrair.

Esta verificação preambular é tanto mais significativa quanto estamos perante os únicos títulos da imprensa legal de orientação marxista que perduraram durante o tempo necessário para fazerem sentir a novidade e testarem a receptividade das suas propostas doutrinárias.

As restantes publicações que os acompanharam foram muito menos significativas, no que à afirmação de ideias e de opções políticas e culturais disse respeito, pois ou tiveram uma existência muito fugaz, como *Cadernos da Juventude*⁷² e *Altitude*, já citados, ou, quando tal não se verificou, pouco trouxeram de novo, revelando principalmente o esforço desenvolvido pelos jovens marxistas no sentido de multiplicarem as tribunas de divulgação das suas teses, fosse através da publicação regular em revistas com direcção alheia, como *Pensamento, revista mensal de divulgação social e política*⁷³, de orientação socialista, editada desde 1930 no Porto, e a

de Salazar, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s.d.). É, ainda, de notar que Cansado Gonsalves era cunhado de Manuel Campos Lima, director de *O Diabo* durante o seu período final, que foi, também, a fase em que o semanário se identificou, inteiramente, com a orientação ideológica e a política comunista.

⁷² *Cadernos da Juventude. Ensaio, novela, poesia, inquérito* conheceu uma só edição, com impressão datada de 18 de Novembro de 1937, que não chegou a ser distribuída, pois a publicação foi apreendida ainda na tipografia pela PVDE, que procedeu à sua destruição.

⁷³ *Pensamento. Revista mensal de divulgação social e científica*, órgão do Instituto de Cultura Socialista, publicou cento e cinquenta e seis números, entre Abril de 1930 e Dezembro de 1940. As suas edições constituíram um dos repositórios mais significativos da cultura de tradição socialista e cooperativista, bem como do processo do seu declínio, na década de trinta. Nas edições dos dois últimos anos de publicação, encontramos, nas suas páginas, um conjunto significativo de artigos escritos por jovens marxistas, designadamente pelos estudantes universitários conimbricenses Armando Bacelar, Fernando Pinto Loureiro, José Augusto da Silva Martins, Rui Feijó e Armando de Castro, assinados, por regra, com pseudónimos. A este último deve-se, muito provavelmente, a elaboração da extensa antologia de textos de economia política de Karl Marx que o mensário portuense publicou (*vide infra*, p. 278). As relações entre *Sol Nascente*, *O Diabo* e *Pensamento* foram por vezes tensas, como se pode verificar em nota de resposta da Direcção da revista socialista

recente *Síntese, revista mensal de cultura*⁷⁴, vocacionada para a difusão de conhecimentos científicos, publicada em Coimbra, ou ainda *Esfera*⁷⁵, *revista de letras, artes e ciências*, de pendor internacional, como o título indica, dada à estampa no Rio de

portuense: “no fundo, pretende convencer-se disto: *Sol Nascente* e *O Diabo* são os autênticos representantes da Cultura, enquanto que *Pensamento* não é mais do que ‘um apostolado utópico e descoordenado’, debatendo-se numa ‘carência de esclarecimento mental e crítico’ (...) mais um belo depoimento moral” (“Também o ‘Sol Nascente’”, *O Pensamento*, n.º 119, 1.6.1939, p. 327).

⁷⁴ *Síntese. Revista mensal de cultura* publicou quinze números em treze edições, entre Fevereiro de 1939 e Dezembro de 1941. Fundada, dirigida e, em grande medida, redigida por Ramiro da Fonseca, estudante do Curso de Medicina, a revista distingui-se por “se afirmar, a pouco e pouco e cada vez mais, no campo entre nós quase virgem da divulgação científica”, ao pretender “fornecer alguns elementos de cultura científica imparcial” (*Síntese*, n.ºs 11 e 12, Dezembro de 1940, p. 1). Para além deste propósito, concretizado em numerosos artigos de divulgação de conhecimentos médicos e científicos naturais, que constituíram o seu tom de fundo, a publicação não conheceu outro desígnio editorial preciso. O magistério de Abel Salazar, autor do texto em que a revista se apresentou, ficou patente no valor cívico atribuído à divulgação científica. No seu conteúdo restante, o mensário apresentou-se eclético e deu azo à colaboração de jovens universitários marxistas – com destaque para Jofre Amaral Nogueira (com ortónimo e com o pseudónimo Albertino Gouveia) e Armando de Castro (com os pseudónimos Raul Sequeira e Vasco Sampaio) – que nela participaram com uma quinzena de artigos, quando considerados no seu conjunto, publicados, na sua quase totalidade, após o encerramento de *Sol Nascente*. Deste modo, *Síntese* não foi uma revista de orientação editorial diamática, mesmo se à luz de turvo e babelico “marxismo não muito afastado da convicção hegeliana quanto à possibilidade de uma *síntese* final e de referência positivista” (António Pedro Pita, “Fragmentos de uma história”, *Nova Síntese. Textos e contextos do neo-realismo*, n.º 1, 2006, p. 7). Foi mais singelamente uma publicação periódica de pendor progressista em cuja orientação sobressaiu o papel social atribuído à divulgação científica e na qual alguns marxistas conimbricenses colaboraram, nomeadamente com artigos sobre a natureza e o significado do conhecimento científico. Deve-se-lhes, ainda, a publicação de dois trechos de *Materialismo Dialéctico e Materialismo Histórico*, de Estaline (José Vasco Salinas, “Os fundamentos do racionalismo concreto. I. Bases do método dialéctico”, *Síntese*, n.º 6, Maio de 1940, pp. 2 e 3; “Fundamentos do racionalismo concreto. II. Bases de concepção realista”, n.º 7, Junho-Julho 1940, pp. 2 e 3). O alheamento da origem e do programa de *Síntese* por parte dos jovens marxistas universitários está patente na própria nota em que *Sol Nascente* saudou simultaneamente o surgimento de *Altitude* e de *Síntese*: a primeira “insere colaboração dos nossos camaradas de redacção”, a segunda “publica uma página de antologia de Fernando Pessoa e colaboração de Abel Salazar, António Sérgio, Afonso Duarte, João Ramiro, Dionísio de Sá” (*Sol Nascente*, n.º 35, 1.4.1939, p. 12).

⁷⁵ Embora *Esfera, revista de letras, artes e ciências* tivesse sido citada de forma elogiosa na imprensa diamática – *v.g.*, a título de “órgão de aproximação luso-brasileira cuja acção útil já se tem feito sentir no estreitamento das relações culturais entre os dois países” (*Sol Nascente*, n.º 42,

Janeiro, fosse por intermédio de colaboração destinada a incentivar e a apoiar páginas literárias e de juventude publicadas com relativa autonomia por vários jornais regionais (a que o estímulo à formação de núcleos de jovens simpatizantes do pensamento diamático e a simultânea estruturação de redes de companheiros de ideário na província estiveram metodicamente associados)⁷⁶.

15.1.1940, p. 13) e de “revista que insere variada e interessante colaboração” (*O Diabo*, n.º 196, 26.6.1938, p. 7) –, a sua leitura ainda não mereceu a atenção dos estudiosos dos autores que encontraram nos romances brasileiros da década de trinta referências literárias fundamentais. Surgida em Maio de 1938, como obra de um conjunto vasto de redactores, com destaque para Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge Amado e Dias da Costa, a revista foi, desde o início, uma publicação com participação portuguesa, coordenada por Afonso de Castro Senda (pseudónimo de José Afonso de Castro Moreira), co-fundador, redactor e representante em Portugal da publicação. Por intermédio deste publicista português, que fora o primeiro secretário de redacção de *Sol Nascente*, a presença da cultura portuguesa tornou-se assídua no mensário carioca, sendo possível identificar cinquenta e sete artigos, poemas, desenhos ou outros originais de vinte e seis autores nacionais nos sete números editados em 1938, que corresponderam ao período de maior regularidade editorial do título. Entre estes autores, que na sua quase totalidade publicaram também em *Sol Nascente*, estiveram Armando Bacelar (com o pseudónimo Carlos Relvas), Jorge Domingues, António Gameiro, Mário Dionísio, Manuel da Fonseca, Fernando Namora, Ruy Luís Gomes (cf. Luís Crespo de Andrade, “Um rasgo vermelho sobre o oceano. Intelectuais e literatura revolucionária no Brasil e em Portugal”, in Lúcia Maria Paschoal Guimarães (org.), *Afinidades Atlânticas. Impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*, Rio de Janeiro, Quartet Comunicação, 2009, p. 223 e ss). *Esfera* foi distribuída em Portugal. Do mesmo modo, *Sol Nascente* e *O Diabo* circularam, por intermédio desta aproximação, no Brasil, onde receberam um acolhimento muito cordial entre os intelectuais de esquerda. Por exemplo, *Boletim de Ariel*, um dos principais periódicos culturais brasileiros, na época, classificou *Sol Nascente* como uma publicação em que “os autores brasileiros têm sempre lugar nas suas páginas” e que “trata os altos problemas da cultura, num sentido desafogadamente mundial” (*Boletim de Ariel*, Ano VII, 1.1938, p. 4).

⁷⁶ Com o incentivo e o apoio por parte dos jovens marxistas conimbricenses às páginas literárias ou de juventude de diversos jornais regionais (*O Trabalho*, de Viseu, e *Ideia Livre*, de Anadia, *Foz do Guadiana*, de Vila Real de Santo António, entre muitos outros), não se visava diversificar a origem dos contributos reflexivos, alargando-a aos jovens cultos das localidades em que esses jornais se publicavam, mas, antes, reproduzir, um pouco por todo o lado, as grandes teses programáticas compartilhadas, num esforço que tinha em vista conquistar audiência e simpatia entre a juventude letrada da província. Desígnio que acabou por ter, em muitos casos, consequências ideológicas, políticas e organizacionais relevantes. Jorge Mendonça Torres, locatário do quarto que a redacção de *Sol Nascente* utilizava como ponto de encontro, observou-o muito de perto: “havia um plano de difusão de ideias culturais e de outras pelo país inteiro (...) tinha-se um mapa em que se assinalavam com bandeirinhas os locais com páginas literárias (...) havia páginas literárias do

Curiosamente, *Sol Nascente* e *O Diabo* apresentaram, na sua origem, e preservaram, ao longo da sua evolução, traços semelhantes.

Não tendo sido publicações criadas de raiz pelos jovens marxistas, os dois periódicos começaram por dar expressão cívica ao remanescente do pensamento republicano radical e ao espólio cultural libertário a que permaneceram genericamente fiéis até 1938.

Durante este ano, as duas publicações conheceram uma viragem brusca de orientação editorial, acompanhada por mudanças na direcção e no corpo de redactores, que as afastam das orientações culturais e políticas que prosseguiam e as converteram em periódicos doutrinários de orientação exclusivamente diamática.

Esta evolução acabou por trazer os dois títulos para o primeiro plano do combate e do debate ideológicos.

Ambos passaram a contribuir decisivamente para que as representações marxistas viessem a ocupar, entre os intelectuais crentes na chamada emancipação social, o lugar deixado vago pelo desvanecimento da ideia libertária, correlato da liquidação do movimento anarquista, subsequente aos acontecimentos de 18 de Janeiro de 1934, e pelo desmaio da chama, exaurida e errática, que os republicanos excluídos da vida política, nomeadamente os grupos de resistentes exilados, insistiam em ostentar.

Pelo abalo e impulso ideológico e cultural que provocaram, as duas publicações tiveram papel decisivo na formação de uma geração de adeptos de um novo propósito revolucionário, tendo contribuído, ainda que de forma indirecta, para o êxito da refundação do Partido Comunista, no início da década de quarenta, e para a capacidade de mobilização que as organizações oposicionistas durante esse decénio demonstraram.

Minho ao Algarve (...) a colaboração destinada ao *Sol Nascente* era distribuída pelas páginas literárias, se houvesse possibilidade (...) esse era um trabalho exclusivo do Joaquim Namorado, de quem partiu, e muito bem, a ideia, era Joaquim Namorado puro" ("Depoimento de Jorge Mendonça Torres", in Luís Crespo de Andrade, *Sol Nascente. Da cultura republicana e anarquista ao neo-realismo*, Porto, Campo das Letras, 2007, p. 201). É de notar que este trabalho de disseminação ideológica teve sequência, muito para além da extinção de *Sol Nascente*, tendo dado lugar, no início da década de sessenta, aos Encontros das Páginas Culturais da Imprensa da Província e à atribuição de distinções literárias específicas (cf. Manuel Ferreira, "Um perigo público das letras pátrias", in Maria José Marinho e António Mota Redol (orgs.), *op. cit.*, p. 95).

Concorreram, simultaneamente, para o declínio do movimento literário e artístico modernista, organizado em torno da revista *Presença*, publicada entre Março de 1927 e Fevereiro de 1940, ao inaugurarem, nas suas páginas, a época das letras e das artes neo-realistas, com a rigorosa afirmação ideológica e a vigilante crítica cultural que as caracterizaram desde as suas manifestações iniciais.

Embora compartilhando o desempenho deste papel relevante e comum e não se distinguindo quanto ao teor do discurso e dos sentidos programáticos, a evolução das duas publicações não se desvaneceu numa actividade comum indiferenciada, antes se manifestou num património que, apesar de conjunto, não deixou de ser constituído, quando apreciado em inventário geral, por dois legados maiores e confluentes⁷⁷.

O Diabo agregou os intelectuais marxistas e os jovens escritores e artistas adeptos da arte social da região de Lisboa, como Jorge Domingues, Mário Dionísio, Fernando Piteira Santos e Manuel da Fonseca, incluindo os oriundos de Vila Franca de Xira, em que Alves Redol se destacava.

A actividade de *Sol Nascente* conferiu um desígnio comum aos universitários conimbricenses partidários do comunismo, com destaque para Joaquim Namorado, Jofre Amaral Nogueira, Fernando Pinto Loureiro, José Augusto da Silva Martins, Armando Bacelar, Egídio Namorado, António Ramos de Almeida, Fernando Sá Marta, João José Cochofel e Rui Feijó.

Foram os membros deste último núcleo, entretanto alargado, que concretizaram, após a proibição de publicação que atingiu *Sol Nascente*, no início de 1940, a edição das colecções “Novo Cancioneiro”⁷⁸ e “Novos Prosadores”⁷⁹, bem como procederam, um pouco mais tarde, à aquisição, após deliberação partidária, da

⁷⁷ José Gomes Ferreira falou, a este propósito, de “as duas correntes irmãs de Coimbra e de Lisboa que apresentavam algumas diferenças entre si” (José Gomes Ferreira, *A Memória das Palavras ou o Gosto de Falar de Mim*, 3.º ed., Lisboa, Portugalíia Editora, 1972, p. 214).

⁷⁸ A colecção reuniu dez livros de poesia, publicados entre 1941 e 1944. Note-se que alguns dos poemas inseridos nas obras editadas tinham sido publicados em *Sol Nascente*, como, por exemplo, “Poema da mulher nova”, de Mário Dionísio, incluído no volume que intitulou *Poemas*, e “Cantar de amigo”, de Joaquim Namorado, integrado em *Aviso à Navegação*.

⁷⁹ A colecção iniciou-se em 1943, com a publicação de *Fogo na Noite Escura*, de Fernando Namora, em que se retrata o ambiente estudantil e político de Coimbra na época em que *Sol Nascente* foi elaborado nesta cidade, sendo, mesmo, reconhecíveis várias alusões que têm, implicitamente, a revista e os seus autores por referência. Seguiram-se-lhe romances e colectâneas de contos de Carlos de Oliveira, Vergílio Ferreira e Mário Dionísio, entre outros.

revista *Vértice*⁸⁰, convertendo-a, de seguida, no órgão de imprensa mais relevante na história do movimento cultural e político que haviam desencadeado e marcado com o selo da tenacidade.

As afinidades assinaladas quanto ao percurso das duas publicações não devem levar a perder de vista o facto de *O Diabo* e *Sol Nascente* terem sido, na sua origem e evolução, publicações periódicas com diferente natureza.

O primeiro foi um jornal semanário, de circulação nacional, perto dos acontecimentos, com colaboração variada e temática diversificada, reunindo, assim, as características que lhe conferiam um passado, um perfil e um público adequados à finalidade unificadora que Jorge Domingues, na carta citada, lhe atribuiu.

O segundo apresentou-se como um quinzenário, ainda que com edição irregular, após o primeiro ano de publicação, de âmbito ensaístico, doutrinário e literário, tendo por público um milhar de leitores⁸¹, na sua maioria estudantes universitários e jovens literatos.

O teor de *Sol Nascente*, em que a exposição e a discussão doutrinárias sempre relevaram, conferiu-lhe a índole necessária para que o papel de “manifesto sem desvios, nitidamente orientado no sentido diamático”, que lhe foi assinalado, surgisse na sequência do percurso editorial anterior da publicação ou, pelo menos, de um dos seus aspectos mais salientes.

As edições do quinzenário subsequentes à carta citada, bem como as que lhe foram imediatamente anteriores, não se distinguiram das restantes pelo facto de os artigos publicados desenvolverem construções conceptuais, mas por restringirem a sua explanação a uma única perspectiva: a da visão diamática, nas múltiplas dimensões – literária, política, teórica, cultural e de transformação social – em que o “racionalismo moderno” perspectivava o mundo.

Número após número, a simpatia que se fazia sentir, então, pelos autores de *A Ideologia Alemã*, de *Imperialismo*, *Estádio Superior do Capitalismo* e de *Questões do Leninismo*, bem como, noutra plano, pela URSS, ganhou, nas novas secções do

⁸⁰ Vide *infra*, p. 160.

⁸¹ A direcção da revista, em editorial do seu penúltimo número, indicou-o: “*Sol Nascente* não é obra de um, de meia dúzia ou dum grupo: é obra do milhar dos seus leitores” (*Sol Nascente*, n.º 43-44, 3.1940, p. 3).

quinzenário, expressão estruturada e pública, com informação e fôlego que nenhuma outra publicação afim superou⁸².

Deste modo, os artigos de divulgação do marxismo publicados em *Sol Nascente* representaram, no seu conjunto, tanto o momento em que a afirmação do discurso marxista em Portugal venceu a anterior incipiência circunstancial⁸³, quanto um cometimento fazedor de cultura notável.

Se à informação actualizada e à sagacidade reveladas pela redacção do quinzenário no cumprimento da missão de divulgação do pensamento filosófico que imputavam aos jovens da sua geração se somar a dificuldade corrente de acesso à bibliografia marxista, resultante da proibição da sua circulação, bem como o carácter esquemático, mesmo didáctico, de boa parte da literatura diamática da época, compreende-se com facilidade que o conjunto dos artigos de divulgação e

⁸² António Pedro Pita e Luís Augusto Costa Dias escreveram-no: “pode definir-se que, a partir do número 21 (15 de Dezembro de 1937) e até ao último (...) é exercido em *Sol Nascente* um predomínio conjunto dos chamados grupos neo-realistas do Porto e Coimbra, imprimindo à revista um esclarecimento ideológico que outras publicações não superaram” (António Pedro Pita e Luís Augusto Costa Dias, “Roteiro preliminar da imprensa cultural juvenil (1933-1940)”, in *A Imprensa Periódica na Génese do Movimento Neo-Realista 1933-1945. Pesquisa. Resultados. Catálogo*, Vila Franca de Xira, Museu do Neo-Realismo – Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1996, p. 66).

⁸³ Embora a obra de Karl Marx seja referida, desde cedo, nos meios académicos portugueses, designadamente no âmbito do ensino do Direito e da Economia, se encontre citada em documentos relevantes de orientação socialista, anarquista e comunista, e a sua evocação conste em estudos e em artigos, verifica-se, com facilidade, que aqueles que aludiram, antes dos anos trinta, ao autor de *O Capital* conheciam o seu pensamento de forma muito limitada, por regra, através de fontes indirectas, e, em limite, por meio de algumas asserções transfiguradas em consignas de teor político. Sendo assim, não só a obra de Marx desempenhou um papel pouco relevante na formação dos intelectuais portugueses até à década em que o *Sol Nascente* foi publicado, como também, e em consequência, o seu lugar na vida cultural e política portuguesa se reduziu à condição de uma das muitas referências tutelares da filosofia e da política oitocentistas (cf. Emílio Costa, *Karl Marx*, Lisboa, Livraria Peninsular Editora, 1930, p. 21 e ss.; Alfredo Margarido, *A Introdução do Marxismo em Portugal (1850-1930)*, Lisboa, Guimarães Editores, 1975, p. 39 e ss.; Alfredo Dinis, “Evolução do marxismo em Portugal (1850-1930)”, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, tomo XXXV, fasc. 1-2, 1979, pp. 133 a 170; Armando de Castro, “Para a história do pensamento marxista em Portugal”, in AAVV, *O Marxismo no Limiar do Ano 2000*, Lisboa, Editorial Caminho, 1985, pp. 149 a 151; António Ventura, “O marxismo em Portugal no século XX”, in Pedro Calafate (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, Lisboa, Editorial Caminho, 2000, v. V, t. 2, pp. 195 a 220).

de combate doutrinários publicados na revista tenha constituído, para muitos dos jovens simpatizantes do marxismo e do comunismo, uma das principais fontes teóricas disponíveis, bem como uma resenha doutrinária próxima, em que encontraram fundamento para a crença e o desejo que os animavam⁸⁴.

Considerada de forma global, a actividade doutrinária desenvolvida pelo quinzenário possibilitava que qualquer leitor tocado pelo encanto da ideia do novo mundo socialista encontrasse não só justificação para os seus sentimentos generosos e anseios genuínos em argumentos doutrinários que representariam a consciência dos tempos e comportariam a chave da sua determinação futura, como também se confrontasse com o apelo solidário e histórico à acção política e cultural esclarecida e eficaz.

Para o sucesso do desempenho da missão teórica em que o magistério de *Sol Nascente* se viu investido concorreram, de forma relevante, quer aspectos peculiares das concepções que desenvolveu e promoveu, nomeadamente o papel central conferido à afirmação e ao confronto de ideias, quer a circunstância de a leitura do marxismo que elaborou ter adquirido, junto da geração que se sentiu, por seu intermédio, elucidada, o mérito próprio de um pensamento completo, coeso, inequívoco e fidedigno.

Por um lado, o impacto das concepções solares e gerais que a revista divulgou foi especialmente sentido por a política cultural – que a expressão neo-realismo, criada por Joaquim Namorado⁸⁵, passou a designar – ter ocupado um lugar central na cultura política que o quinzenário ajudou a formar.

⁸⁴ Arquimedes da Silva Santos – comunista desde muito novo, oriundo da zona de Vila Franca de Xira, colaborador de *Sol Nascente*, dirigente do Ateneu de Coimbra e, pouco depois, figura destacada do Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra – conserva as folhas em que elaborou o índice temático e conceptual da colecção do *Sol Nascente*, de modo a mais facilmente recorrer à consulta dos seus artigos, em muitos casos assinalados com marcadores e completados com as suas próprias notas (entrevista com Arquimedes da Silva Santos, Póvoa de Santa Iria, 25 de Setembro de 2002).

⁸⁵ A expressão “neo-realismo” surgiu no primeiro dos treze artigos que Joaquim Namorado assinou em *O Diabo*. A propósito da “necessidade de uma arte realista e social”, Namorado realçou o “vasto movimento neo-realista que cresce em todos os continentes e que se pode julgar iniciado em Gorki”, no qual os jovens romancistas brasileiros – cuja descoberta teria constituído, nos meios culturais portugueses, o “acontecimento mais saliente da última temporada literária” – estariam integrados (Joaquim Namorado, “Do neo-realismo. Amando Fontes”, *O Diabo*, n.º 223, 31.12.1938, p. 3).

As representações conceptuais não estariam fadadas a recolher, após definirem os pressupostos e o programa que norteava o agir revolucionário e imperioso, à penumbra do proscénio, mas, pelo contrário, destinadas a erguerem-se à condição de sujeito da acção emergente, já que se concebia o confronto entre representações culturais – designadamente teóricas, literárias e artísticas – como palco primordial do combate político.

Ora, sendo as manifestações culturais consideradas muito relevantes no evoluir dos conflitos de interesses existentes na sociedade, na medida em que definiriam os quadros de referências em que o agir humano encontrava o seu sentido, o confronto entre concepções tidas por antagónicas ocuparia lugar cativo na trama social e política, permanecendo os argumentos, e com eles os contendores que lhes davam voz, durante os sucessivos actos em que o drama da luta de classes se desenrolaria, ininterruptamente em cena.

Conferia-se, assim, à criação e à crítica culturais o alcance próprio dos combates revolucionários decisivos, ao mesmo tempo que, correlativamente, se vinculava a produção cultural do movimento em que a revista se integrava à obrigação de proparlar, de forma útil, a sua visão doutrinária, bem como os imperativos cívicos e revolucionários dela decorrentes⁸⁶.

Por outro lado, e independentemente de se poderem encontrar, ao longo dos decénios seguintes, variações de tom no discurso conceptual, designadamente cambiantes na intransigência reclamada por Jorge Domingues, a matriz da leitura do marxismo que vingou no movimento neo-realista foi a que se definiu no final da década de trinta e que se encontra presente, de corpo inteiro, no órgão que os jovens estudantes universitários de Coimbra aderentes ao marxismo dirigiram entre 1938 e 1940.

⁸⁶ Alexandre Pinheiro Torres, após interrogar “que pode o Neo-Realismo oferecer, como programa contestatário, a este Socialismo utópico do séc. XIX?”, respondeu: “a alternativa do Socialismo marxista-leninista, que bem cedo aparece sob a designação eufemística de Novo Humanismo ou Neo-Humanismo”. E acrescenta: “a própria designação Neo-Realismo surge como outro disfarce eufemístico para designar (...) todo aquele Realismo cujo ideário pressupunha como filosofia básica o materialismo dialéctico” (Alexandre Pinheiro Torres, *O Movimento Neo-Realista em Portugal na sua Primeira Fase*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1977, p. 61). Em sentido convergente, Mário Dionísio escreveu que “neo-realismo não há onde o menor conceito de classe e de luta de classes não se vislumbre” (Mário Dionísio, “Prefácio”, in José Gomes Ferreira, *O Mundo dos Outros. Histórias e vagabundagens*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000, p. 22).

O quadro geral das referências teóricas marxistas presentes na cultura portuguesa ficou então estabelecido, simultaneamente simples, no corpo unitário de argumentos maiores e comuns, e complexo, com fontes teóricas e doutrinárias heterogêneas, discursos e predisposições variados, mesmo indícios eventuais de sutis tensões tácitas.

O marxismo, como corpo doutrinário, não voltou a ser exposto sistematicamente, não vindo a conhecer qualquer nova leitura, implícita ou explícita, que procedesse à reavaliação conceptual da interpretação então explanada.

Tomada como um activo do movimento cultural, a compreensão que estruturou a divulgação da diamática – também designada por “novo humanismo”, “racionalismo moderno” ou “pensamento jovem” – não provocou, posteriormente, controvérsia ou revisão, apesar de ter sido, mais tarde, olhada com indefinida reserva por parte de alguns autores marxistas, que chegaram a qualificá-la, por vezes, como sumária⁸⁷ e rígida⁸⁸.

⁸⁷ Foi este o sentir expresso por dois autores que ocupam lugar significativo na história do movimento e que, aliás, viram colaboração de sua autoria publicada em *Sol Nascente*. Mário Sacramento escreveu, a este propósito, que a sua “pobre geração (...) não tendo podido aceder com facilidade (salvo casos de excepção) às obras básicas do pensamento diamático, cingiu-se, na maioria das vezes, a livros secundários, de divulgação adulterada, ou, até, aos simples panfletos”, acrescentando que “o que foi viciado, lá fora, pelo culto da personalidade e pelo dogmatismo simplista, teve cá a agravante incrível de tudo isto”, para, em texto datado de 1 de Julho de 1967, concluir: “teve – e tem!” (Mário Sacramento, *Diário*, Porto, Limiar, 1975, p. 31). Arquimedes da Silva Santos, em sentido convergente, perguntou: “em Portugal, quem é que nessa altura, e mesmo depois, sabia de facto de Marx (...) quem sabia compreender, não só a nível da economia, todas as coisas que ele escreveu?” Para, de seguida, responder: “até hoje, ponho sempre as minhas reservas: quem é que sabe de facto de Marx, do Marx autêntico?”, e, no âmbito de um testemunho oral, concluir, referindo-se a comentário de Alexandre Pinheiro Torres ao teor de uma conhecida conferência de Alves Redol: “isto para responder à imaturidade de um rapaz de 25 anos que fez aquela conferência e que, na verdade, era o que havia entre nós, e a maturidade dele, creio, estende-se até hoje” (Arquimedes da Silva Santos, *Testemunhos de Neo-Realismos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 14).

⁸⁸ Considerando o arco temporal que vai do início da década de 40 ao final da década de 60, Eduardo Prado Coelho testemunhou: “a crise que existe é uma crise de teoria (...) todas aquelas tendências que tornaram ambíguas certas opções dos anos 40, e que Mário Sacramento tão bem soube analisar, ressurgem hoje com maior vigor e subtilidade (...) mantêm-se um núcleo teórico dogmático (dogmático porque imóvel, petrificado) e quase sempre implícito, ao qual se acrescenta uma abertura empírica (esta explicitada) a tudo o que não possa pôr em causa a solidez do núcleo (...) sintomas de uma tal atitude encontram-se por todo o lado” (Eduardo Prado Coelho, *O Reino Flutuante – Exercícios sobre a razão e o discurso*, Lisboa, Edições 70, s.d., p. 128).

No centro do debate e nos grandes momentos de confronto interno, que fizeram o evoluir do neo-realismo, não foram as temáticas do núcleo teórico filosófico e político que se discutiram, mas as questões das áreas literária e artística, ainda que envolvendo pressupostos e implicações que as excederam.

A situação assim gerada, de simultânea evocação de uma visão geral do mundo e de remissão da sua diluição para conceitos e argumentos inscritos em matriz doutrinária implícita e cada vez mais distante, pode ser encarada como uma das características da evolução da cultura marxista em Portugal.

Encontra-se, aliás, exemplificada pelos próprios autores que se dedicaram à interpretação do movimento cultural desencadeado no final da década de trinta, que compartilharam, por regra, os seus quadros conceptuais e simbólicos, os quais tenderam a manifestar, segundo Eduardo Lourenço, uma “obsessão familiar” que impregnou “toda a referência ao neo-realismo de uma espécie de espelhismo”⁸⁹.

Não se tratou de um vulgar reflexo de um movimento cultural na imagem, mais ou menos idealizada, em que os seus promotores se reviam e expunham, mas de uma sua figuração reforçada por razões que lhe conferiram um significado que excedeu o alcance correntemente atribuído a este exercício de real ou de aparente consciência feliz.

Para os autores dessa leitura espelhada – em que se realçou a coerência das produções literárias e artísticas com a alusão às certezas em que o movimento neo-realista viu o seu fundamento⁹⁰, numa reafirmação do núcleo programático e num quadro de fundo “proselitista” e “apologético”⁹¹ –, questionar e rever os enunciados fundamentais seria introduzir não só controvérsia indesejável como também fragilidade política. Ao invés, insistir na validade das grandes teses como guias de acção e insinuar a plena identificação do movimento cultural com os seus enunciados surgia-lhes, desde logo no plano primordial da luta política, como uma afirmação de força e de convicção, própria de quem não se com-

⁸⁹ Eduardo Lourenço, *Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista*, Lisboa, Editora Ulisseia, 1968, p. 33.

⁹⁰ A este propósito, Eduardo Lourenço refere quer os “críticos saídos dos arraiais neo-realistas que durante anos leram nos poemas o que eles queriam que lá estivesse”, quer uma crítica “incapaz de ler nos poemas neo-realistas outra coisa que a mensagem inequivocamente ideológica que os informa” (*op. cit.*, p. 33).

⁹¹ Recorremos a dois qualificativos empregues por Eduardo Lourenço (*op. cit.*, p. 17).

prazeria com a análise de vicissitudes episódicas e com a dilucidação conceptual, mais ou menos ambíguas e diletantes, mas se via a concretizar, com firmeza, coerência e determinação, a missão histórica de criar uma nova e justa ordem para as coisas humanas.

Porém, este traço geral não impediu que se encontrem, para além do extenso domínio dos artigos em que se reafirmaram as grandes teses e se comemoraram as ocasiões e as figuras em que o movimento neo-realista cristalizou a sua história, alguns estudos mais extensos, de autoria de críticos que se integraram no movimento, com incursões problemáticas e panorâmicas que se distinguiram por colocar questões e arquitectar interpretações com fôlego reflexivo e olhar singular.

É, designadamente, o que se verifica no estudo que Mário Sacramento dedicou a Fernando Namora⁹², assim como em algumas considerações presentes nas obras de Alexandre Pinheiro Torres – considerado por Óscar Lopes e António José Saraiva como sendo, nos anos sessenta, o “mais influente crítico de posição neo-realista”⁹³ –, sobre a natureza e a história do movimento⁹⁴.

Se atendermos à literatura proveniente de estudiosos estranhos à escola neo-realista e que dela, e dos autores, se ocuparam atentamente – designadamente aos estudos de Eduardo Lourenço⁹⁵ e de Carlos Reis⁹⁶ –, verificamos que ambos a observaram na perspectiva da sua vertente literária, considerando as questões ideológicas a propósito da interpretação de obras poéticas e de estratégias narrativas,

⁹² Mário Sacramento, *Fernando Namora*, Lisboa, Editora Arcádia, s.d.

⁹³ António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 17.ª ed., Porto, Porto Editora, 1996, p. 1072.

⁹⁴ Desde “Neo-Realismo” (in *As Grandes Correntes da Literatura Contemporânea*, v. II, Lisboa, Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico, 1964) a *O Movimento Neo-Realista em Portugal na sua Primeira Fase* (Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1977), passando pelo estudo *Vida e Obra de José Gomes Ferreira* (Lisboa, Bertrand Editora, 1975) e pelos ensaios incluídos em *O Neo-Realismo Literário Português* (Lisboa, Moraes Editores, 1977).

⁹⁵ Eduardo Lourenço, *Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista*, Lisboa, Editora Ulisseia, 1968.

⁹⁶ Carlos Reis, *O Discurso Ideológico do Neo-Realismo Português*, Coimbra, Livraria Almedina, 1983. A análise do corpo ideológico neo-realista desenvolvida nesta dissertação centra-se nos vínculos que unem literatura e ideologia, presentes, designadamente, na representação das relações entre a literatura e a realidade, no fundamento das opções estéticas que desta decorrem, nas questões próprias dos domínios técnico-literários, como são as que se colocam acerca dos géneros, do estilo, das relações entre forma e conteúdo.

isto é, enquanto expressas nos registos das belas-letas revolucionárias, orientação que os afastou, inevitavelmente, da análise do discurso em que os jovens autores marxistas enunciaram os pressupostos doutrinários e políticos que os animaram, pois estes só de modo parcelar e indirecto estão inscritos na sua actividade literária.

Alguma investigação mais recente dirigiu-se para o conhecimento da imprensa neo-realista⁹⁷ e, no caso dos ensaios de António Pedro Pita, também para a análise da formulação, vista como peculiar, de alguns dos conceitos presentes na recepção e leitura preambular do marxismo, designadamente os de cultura e de determinação histórica (bem como para a heterogeneidade teórica e doutrinária que atravessaria o movimento literário neo-realista)⁹⁸.

Simultaneamente, João Madeira ocupou-se dos intelectuais – no duplo sentido de homens de cultura determinados por uma ética cívica própria e de trabalhadores de profissões em que o labor do espírito se sobrepõe ao esforço físico – que participaram em organizações ou em iniciativas comunistas, numa aproximação que situou no âmbito da história política e social⁹⁹.

Já Luís Trindade, em estudo dedicado a *O Diabo*¹⁰⁰, centrou a sua análise nos meandros temáticos que perpassam o semanário no conjunto das suas edições, remetendo o esclarecimento da coerência interna, com vocação sistemática, das orientações ideológicas que, nas suas páginas, se cruzaram e, por fim, se cindiram para o domínio da apreciação muito geral.

Os estudos mais recentes, incluindo os que se dirigem para o conhecimento da história do Partido Comunista, em que a biografia política de Álvaro Cunhal,

⁹⁷ Designadamente, os estudos de António Pedro Pita e de Luís Augusto Costa Dias publicados em *A Imprensa Periódica na Génese do Movimento Neo-Realista 1933-1945. Pesquisas. Resultados. Catálogos* (Vila Franca de Xira, Museu do Neo-Realismo-Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1996).

⁹⁸ Cf. António Pedro Pita, *Conflito e Unidade no Neo-Realismo Português*, Porto, Campo das Letras, 2002; “Revisão do neo-realismo”, in David Santos (org.), *Batalha pelo Conteúdo. Exposição documental. Movimento neo-realista português*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira-Museu do Neo-Realismo, 2007, p. 19 e ss.

⁹⁹ Cf. João Madeira, *Os Engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os intelectuais (dos anos trinta a inícios de sessenta)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, pp. 14, 31 e ss.

¹⁰⁰ Luís Trindade, *O Espírito do Diabo. Discursos e posições intelectuais no semanário O Diabo 1934-1940*, Porto, Campo das Letras, 2004.

de José Pacheco Pereira, ocupa lugar de destaque, têm contribuído para vencer o poderoso obstáculo epistemológico que resulta da proximidade e do lastro histórico de uma cultura política combativa que não só recusa reconhecer o ocaso do seu ciclo temporal¹⁰¹, como também conserva a teia das configurações, com gradações mais ou menos ligeiras, da sua memória de acordo com o primado e a pragmática políticos que lhe são próprios.

Entre os termos em que o neo-realismo escolheu rever-se, encontra-se naturalmente a circunscrição ao domínio das letras e das artes, num reflexo do papel que o comunismo reservou à intervenção intelectual criativa.

A compreensão da política cultural de orientação marxista obriga a vencer esta restrição e a considerar a sua relação com a cultura política comunista considerada no seu todo, isto é, nos termos de um programa político revolucionário explícito, concebido pelo marxismo e pelo leninismo com grande pormenor e executado pelas organizações partidárias de forma consequente, com elevado sentido estratégico e tático.

Ora, este desígnio e este horizonte, políticos e culturais, teóricos e práticos, constituem a forma e o fundo do marxismo tal como é apresentado, no conjunto das suas determinações fundamentais, nas páginas de *Sol Nascente*.

Em síntese, a leitura de *Sol Nascente*, centrada na segunda metade das suas edições, dá-nos a conhecer, de acordo com as indicações esboçadas, as grandes teses, os conceitos fundamentais, os símbolos inspiradores, os imaginários sociais, a economia e a pragmática discursivas que os adeptos portugueses do “pensamento jovem” recolheram nas diferentes edições, designadamente de revistas, dos camaradas de ideário e de letras soviéticos e franceses, ao mesmo tempo que permite captar os termos peculiares da apreensão destas fontes segundo uma síntese própria, destinada a inscrever o mar-

¹⁰¹ António Dias Lourenço, autor de um poema publicado em *Sol Nascente* e dirigente comunista com intervenção assinalável junto dos meios intelectuais, escreveu, no âmbito de um encontro de reflexão sobre o neo-realismo, que teve lugar em Março de 1997, “esperar novos passos e novas pistas para o revigoração do nosso movimento cultural e uma aproximação mais dinâmica às novas condições e realidades dos tempos que vivemos” (António Dias Lourenço, “O Neo-Realismo português e as contradições de uma época”, in *Encontro Neo-Realismo. Reflexões sobre um movimento, perspectivas para um museu*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira-Museu do Neo-Realismo, 1999, p. 97).

xismo na vida cultural portuguesa e nos meios políticos oposicionistas de forma claramente proeminente, como Álvaro Cunhal, sua figura cimeira, sublinhou¹⁰² e como ficou reconhecido pela generalidade dos historiadores da cultura¹⁰³.

Assim sendo e embora estejamos face a realidades políticas e culturais complexas, afigura-se pertinente observar o pensamento que serviu de centelha ao “fogo posto na história” e de luzeiro à “forma de uma esperança em marcha, que ainda por cima tinha o rosto da nossa juventude e dos nossos amigos”, nas palavras de Eduardo Lourenço¹⁰⁴, a partir de um dos seus dois grandes órgãos fundadores, e que, entre estes, se tome o quinzenário a que a carta, em papel timbrado de *O Diabo*, assinada por Jorge Domingues, atribuiu a missão de “dar voz jornalística e filosófica à nova geração” como fonte primordial.

¹⁰² Álvaro Cunhal, colaborador no *Sol Nascente*, vulto maior do percurso do Partido Comunista, defensor da arte socialmente comprometida, escritor, artista plástico e historiador, assinou-o: “dominado há 37 anos por uma ditadura fascista, Portugal oferece a particularidade de que a corrente dominante na literatura não é a corrente oficial, mas a corrente democrática e revolucionária” (Álvaro Cunhal, “Prefácio a *Quando os Lobos Uivam* de Aquilino Ribeiro”, in *Obras Escolhidas*, Lisboa, Editorial “Avante!”, 2008, vol. II, p. 430).

¹⁰³ Apesar de a fecundidade teórica e literária do neo-realismo se encontrar, desde o início da década de sessenta, esgotada, segundo Carlos Reis (*op. cit.*, p. 19), a proeminência do movimento nos meios culturais estendeu-se por um período mais longo, uma vez que “uma análise sociológica, centrada não só nos mecanismos institucionais, mas também nas práticas e nos discursos de intervenção social dos escritores, permite afirmar que o neo-realismo, pelo menos até ao final da década de sessenta, continuou a deter uma posição dominante, influenciando as sucessivas configurações que o meio literário foi assumindo”, como escreveu João Pedro George (João Pedro George, *O Meio Literário Português (1960/1998)*, Lisboa, Difel, 2002, p. 145). Eduardo Prado Coelho testemunhou-o, ao afirmar, em texto datado de 1968, que o neo-realismo aponta para um projecto que “se mantém integralmente” (Eduardo Prado Coelho, *op. cit.*, p. 128), citando, a este propósito, Mário Sacramento, que havia escrito, pouco tempo antes, que “a ideologia neo-realista não só não se extinguiu ainda, como é hoje mais forte e rica do que em 40” (pp. 126 e 127). Mais tarde, por ocasião do I Congresso dos Escritores Portugueses, realizado em Lisboa, a 10 e 11 Maio de 1975, verifica-se, pela leitura das comunicações apresentadas durante os trabalhos, que o universo conceptual e as convicções fundamentais de grande parte dos numerosos autores presentes se moviam, ainda, no quadro das teses, designadamente sobre a função social do escritor, defendidas pelos neo-realistas desde finais da década de trinta (cf. João Pedro George, *op. cit.*, p. 146 e ss.). Só nos anos subsequentes à institucionalização do regime democrático, a vitalidade da geração e da cultura neo-realistas começou a dar sinais de declínio e a receptividade às suas teses a esvanecer-se.

¹⁰⁴ Eduardo Lourenço, “Como vivi a (pequena) história do neo-realismo”, *Expresso*, 22.5.1982.

A MANHÃ SEGUINTE

A publicação de *Sol Nascente* – entre 30 de Janeiro de 1937 e 15 de Abril de 1940, num total de quarenta e cinco números – desenrolou-se em dois períodos inteiramente distintos, cada um com o seu programa, os seus colaboradores e, mesmo, a sua cidade.

Durante a primeira metade das edições, a que correspondeu, aproximadamente, o primeiro ano de publicação, a revista teve sede oficial e real no Porto, sendo dirigida por um núcleo de fundadores heterogéneo e redigida por colaboradores com orientações literárias e doutrinárias muito variadas.

Na sua origem, encontraram-se jovens inscritos recentemente no ensino universitário, que a criaram em razão da responsabilidade cívica a que se sentiam vinculados pelos sentimentos e pensamentos revolucionários que os animavam.

Reuniu-se-lhes um empregado de comércio um pouco mais velho, José Soares Lopes, e a si chamaram Abel Salazar, o intelectual português que olhavam como a referência cultural, moral e política da sua geração¹⁰⁵.

Tendo como horizonte comum a oposição ao regime político vigente, o combate por uma sociedade fraterna e o cultivo de interesses espirituais semelhantes, estes jovens entrelaçaram na revista três linhas de envolvimento ideológico distintas, ainda que, por vezes, só discrimináveis em traços subtis.

¹⁰⁵ Quando a revista começou a ser publicada, Abel Salazar tinha 47 anos e um passado com prestígio no mundo académico, no combate cívico e na divulgação cultural, que, no ano seguinte, se estendeu ao domínio artístico, com duas exposições de pintura muito celebradas. Cultivava um bom relacionamento com os jovens portugueses que se opunham ao Estado Novo, os quais deixaram, a propósito da estima que lhe dedicaram, testemunhos variados e numerosos (cf. Jofre Amaral Nogueira, “Introdução”, in *O Pensamento de Abel Salazar*, Porto, Editorial Inova, s.d., e Luísa Garcia Fernandes (org.), *Abel Salazar. Retrato em movimento*, Porto, Campo das Letras, 1998), tendo sido visto, por muitos deles, não só como alguém marcado pela genialidade, mas também, em consequência da sua demissão compulsiva do funcionalismo público, como um mártir (cf. Norberto Ferreira da Cunha, *Génese e Evolução do Ideário de Abel Salazar*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.d., p. 399).

O *maçon* Abel Salazar inseriu a sua lição cívica, pela palavra e pelo exemplo, no quadro de um republicanismo crente nos efeitos sociais, políticos e históricos da evolução e da difusão do saber científico¹⁰⁶.

Assinou, na edição inaugural do quinzenário, o texto mais substantivo – significativamente intitulado “Confissão de fé” – e tornou-se o autor que mais artigos publicou, por vezes invulgarmente extensos, na revista¹⁰⁷.

José Soares Lopes, que participou no Conselho Directivo da publicação, da primeira à vigésima sétima edições, evidenciou a formação anarquista a que se manteve fiel ao longo de toda a vida.

O editorial com que a revista se apresentou, intitulado “Fundamento”, deve-lhe a autoria¹⁰⁸, bem como um lote significativo de artigos, por regra, publicados em páginas nobres do quinzenário, nos quais explanou argumentos e temáticas libertários.

Estes eram, aliás, partilhados por outros colaboradores da revista, quer entre os que publicaram nas suas páginas, como Luís Laranjeira, João Alberto, Dominguez Alvarez, Correia de Sousa e Jaime Brasil; quer por aquele que deu rosto legal ao quinzenário, Dilermando Marinho, seu único proprietário e editor; quer, ainda, pelo ardente Carlos Espain Neves, que se distinguiu pelo elá colocado na colaboração que prestou, desde a primeira hora, à administração da publicação, reavivando, desse modo, o prestígio que conquistara, ao afrontar os adeptos da Acção Escolar Vanguarda no Liceu Rodrigues de Freitas.

Manifestando afeição oposicionista distinta, um grupo, relativamente extenso, de jovens fundadores da revista dirigia a sua atenção para a União Soviética e para o que esta representava nos seus espíritos, como lugar da construção vitoriosa do socialismo, havia já duas décadas, o que surgia, a seus olhos, como prova

¹⁰⁶ Sobre as convicções que determinam a actividade de Abel Salazar, como “periodista e paladino da vulgarização cultural”, vide Norberto Ferreira da Cunha, *op. cit.*, pp. 358 a 360.

¹⁰⁷ Abel Salazar assinou trinta e dois textos nas páginas da revista. Foi, ainda, autor de diversas notas, criador e esteio de secções como “Revista das ideias” e “Movimento científico português”, impulsionador da publicação de traduções de autores que tinha por referências filosóficas e científicas. Um dos seus artigos, distribuído por dezoito edições do quinzenário, foi, no início da década de quarenta, reunido em livro (Abel Salazar, *A Crise da Europa*, Lisboa, Edições Cosmos, s.d. [1942]).

¹⁰⁸ Cf. Alfredo Ribeiro dos Santos, “Revistas do Porto – ‘Sol Nascente’”, *O Comércio do Porto*, “Suplemento Cultura e Arte”, série II, n.º 22, 3 de Dezembro de 1980.

inteiramente concludente do valor do pensamento político de que os seus dirigentes se reclamavam.

Era este o sentir dos dois outros membros da Comissão Directiva que encabeçou a revista: Lobão Vital, que se demitiu após a quarta edição, e Carlos Barroso, que foi o único a acompanhá-la, nesta qualidade, ao longo de todo o seu percurso. Como foi igualmente a inclinação de Manuel de Azevedo que apareceu indicado, nas três primeiras edições, como administrador da publicação, e que foi de facto o secretário de redacção, o responsável pela administração e o factótum do quinzenário, ao longo dos três anos e três meses da sua edição. Incluíam-se, neste grupo, igualmente os colaboradores Afonso Ribeiro, José Afonso de Castro Moreira (com o pseudónimo Afonso de Castro Senda), José António de Castro (com o pseudónimo André Valmar) e Virgínia de Moura (com o pseudónimo Maria Selma)¹⁰⁹.

Porém, a atracção exercida pelo marxismo e pela beneficência moscovita junto deste grupo de fundadores de *Sol Nascente* não encontrou, de início, correspondência no plano das ideias. Lobão Vital limitou-se a retomar, no único artigo assinado que publicou no quinzenário, a crítica do ensino magistral e do seu correlativo “urso”¹¹⁰, reiterando considerações que Abel Salazar fazia correntemente, quer ao expor o ideário pedagógico que o animava, quer ao justificar o recurso aos chamados métodos activos, excepcional, mesmo escandaloso, nas universidades portuguesas da época¹¹¹. A influência do histologista portuense sobressaiu também na colaboração, igualmente singular, publicada por José Afonso de Castro Moreira (Afonso Castro Senda), como pode inferir-se do elogio expresso da Escola de Viena a que procedeu¹¹². As críticas de cinema de Manuel de Azevedo apresentaram-se, no plano ideológico, inócuas. Os artigos de Carlos Barroso foram parcos e tardios.

¹⁰⁹ A passagem dos três últimos colaboradores citados pela revista foi muito efémera, pois, dois meses após o início da sua publicação, declararam abandonar, com outros quatro fundadores, o quinzenário (cf. *Sol Nascente*, n.º 5, 1.4.1937, p. 7). Os fundamentos da cisão da redacção não foram explicitados, na altura ou posteriormente, constituindo o principal enigma da história do quinzenário.

¹¹⁰ Lobão Vital, “O ‘Magister Dixit’”, *Sol Nascente*, n.º 3, 2.3.1937, p. 13.

¹¹¹ Cf. Norberto Ferreira da Cunha, *op. cit.*, pp. 150 a 153.

¹¹² Cf. Afonso de Castro Senda, “Variações em 5 tempos”, *Sol Nascente*, n.º 2, 15.2.1937, pp. 10 e 11.

A argumentação propriamente marxista, dando conteúdo à simpatia votada a Marx e a Lenine, só surgiu após as primeiras edições, proveniente de colaboradores que residiam em Lisboa, designadamente Armando Martins, Mário Dionísio, Frederico Alves e Dias Lourenço¹¹³.

Se atentarmos na orientação editorial da primeira fase da revista, tal como se encontra exposta nos artigos e nas notas que a formularam e que inequivocamente vincularam a direcção e o corpo redactorial, verificamos que teve origem na certeza, então corrente, quer entre a oposição republicana, quer junto dos adeptos da acracia, de que a promoção e a vulgarização da cultura constituíam um imperativo cívico essencial.

Através da sua satisfação, promover-se-ia o reconhecimento da dignidade humana, fomentar-se-iam a autonomia e a rectidão reflexivas e práticas, contribuir-se-ia para que a comunidade compartilhasse valores exigentes.

É este o sentido que se pode vislumbrar no editorial “Fundamento”, com que o quinzenário se apresentou:

Sol Nascente, (...) guiado por um desamor profundo às paixões e às cegueiras, orientar-se-á pela mais serena visão crítica, nos problemas que seja levado a tratar em suas páginas; tendo como fim contribuir para o elevamento do nível cultural português, juntando os seus esforços aos outros nobres esforços que se afirmam, *Sol Nascente* não esquece a frase límpida do nosso Eça: o fim de toda a cultura humana consiste em compreender a humanidade. (...) Manterá uma feição de educativa análise dos valores e dos factos, não se entregando de leve às apreciações infundamentadas e imprecisas. Quer ter uma norma, que encontra num pensamento de concórdia, assente numa fórmula moral de idênticos direitos e de mútuo respeito.¹¹⁴

¹¹³ Como foi o caso do artigo “Literatura humana”, de Mando Martins (*Sol Nascente*, n.º 4, 15.3.1937, p. 11), e do “Poema da mulher nova”, de Mário Dionísio (*Sol Nascente*, n.º 13, 15.8.1937, p. 13). É de assinalar que estas duas colaborações foram referidas como duas das primeiras expressões do neo-realismo. Alexandre Pinheiro Torres, por exemplo, citou, neste sentido, quer o artigo de Mando Martins, a propósito da defesa da compatibilidade entre o compromisso político e a arte (Alexandre Pinheiro Torres, *O Neo-Realismo Literário Português*, Lisboa, Moraes Editores, 1977, p. 19), quer este e outros poemas de Mário Dionísio, acerca dos quais escreveu: “pensamos que devemos considerar alguns poemas de Mário Dionísio, publicados em *Sol Nascente*, em 1937, como as mais antigas [manifestações] que, em data, é possível encontrar, imbuídas já do espírito do novo Movimento” (Alexandre Pinheiro Torres, *O Movimento Neo-Realista em Portugal na Sua Primeira Fase*, Instituto de Cultura Portuguesa, 1977, p. 70).

¹¹⁴ “Fundamento”, *Sol Nascente*, n.º 1, 30.1.1937, p. 1.

Ainda que em enunciado muito geral, encontramos, nesta apresentação da revista, os pressupostos constituintes da estratégia e da acção educativas que se procurava, por seu intermédio, concretizar. Valorizava-se a racionalidade crítica, fosse por oposição às paixões e à cegueira, própria dos pontos de vista dogmáticos, fosse em contradição com a ligeireza de interpretação, inerente à adesão emotiva; articulava-se o plano da autonomia reflexiva com o plano moral, “na análise dos valores e dos factos” e no desígnio de “compreender a humanidade”, em que pode entrever-se, mesmo, o primado do uso prático da razão; para se concluir, no plano político e social, pela promessa de um pensamento de concórdia, inerente ao reconhecimento da validade de imperativos universais simultaneamente racionais e morais, designadamente o da igualdade de direitos entre os homens e o da recíproca atenção à dignidade de cada um.

Como sinal complementar, o próprio subtítulo da revista – *quinzenário de ciência, arte e crítica* – deixava indicações acerca dos pilares da cultura que se pretendia divulgar. A referência destacada à ciência significava, fundamentalmente, que a sua actividade e os seus resultados eram considerados como propedêuticos da formação intelectual. A própria actividade crítica, enquanto diligência pela qual se questiona o fundamento de um ponto de vista, encontraria nela o seu modelo, com consequências relevantes, designadamente quanto à rejeição da metafísica. Já a referência à arte – extensiva à literatura – remetia para um âmbito diferente, respeitante aos domínios da forma e da emoção, irredutíveis à esfera da razão¹¹⁵.

Associada à atitude intelectual de que se pretendia fazer a pedagogia, encontrava-se a defesa do eclectismo:

 Frente à vida e às doutrinas dos homens há uma atitude que nos parece de nobreza mental, assente num esclarecido espírito crítico, e que compreendemos ser a atitude digna das circunstâncias da época e, sobretudo, própria de quem considera a elevação um esforço, persistente e contínuo, de ordenação sistemática daquilo que primariamente lhe é oferecido a-sistemático e caótico. Referimo-nos ao eclectismo que, procurando através dos montões de coisas aquilo que contenha uma porção de ligeira verdade, nos assinala as vias dignas da livre crítica e nos formula noções elementares de respeito mútuo e princípios basilares de tolerância.¹¹⁶

¹¹⁵ Cf. Abel Salazar, *Antologia*, ed. de Norberto Ferreira da Cunha, Porto, Lello Editor, 1999, p. 41.

¹¹⁶ *Sol Nascente*, n.º 6, 15.4.1937, p. 16.

Fica claro, nesta nota, que não se encontra assinada, que a direcção da revista entendia a cultura como uma realidade plural, não pretendendo, consequentemente, proceder à divulgação prosélita de uma qualquer doutrina, mas, antes, colocar o acento do empreendimento editorial numa tónica pedagógica. Opunha-se à aceitação e à reprodução, mais ou menos passivas, de um qualquer sistema coeso, completo e apodíctico, e pugnava pelo promoção do exercício autónomo da reflexão, bem como pela síntese pessoal de interesses, conhecimentos e saberes.

A rejeição, implícita no ponto de vista ecléctico, de um sistema de pensamento que fosse plenamente fundamentado e universal, e, por isso mesmo, de uma razão que se desse por plenamente constituída, não redundou num qualquer relativismo dissolvente ou céptico. Foi, ao invés, uma recusa acompanhada pela reafirmação de critérios tidos por rigorosos, quer quanto ao fundamento dos diferentes pontos de vista, sujeitos ao livre exame racional, quer quanto à justificação das concepções gerais em que estes se integravam, inerente às metodologias e aos modelos de inteligibilidade que as configuravam, quer, ainda, quanto à pertinência formativa atribuída aos autores, géneros e obras enaltecidos, no que respeita ao mérito e ao significado social do saber divulgado.

Porém, no entender da direcção, qualquer critério razoável de aceitação, de ordenação e de determinação prática das diferentes parcelas do saber não seria mais do que uma das flexões possíveis da declinação formativa que servia de vínculo aos que se reconheciam no seu programa, o qual apresentava a crença genérica e efectiva de que só a crítica esclarecida e esclarecedora era fonte de realização pessoal e de progresso colectivo como consenso essencial.

Registou-o, na mesma nota, com clareza:

Esta forma de tolerância, que de si assinala princípios de livre crítica, de dignificação e de consciencialização progressiva dos homens, não é um abandono de posições, nem, sequer, uma fuga a qualquer sectarismo. É, antes, a afirmação dum sectarismo mais elevado, juntando no mesmo feixe os homens que, embora divergindo em aspectos de pormenores, se encontram unidos pelo respeito e a compreensão de que é através de um esforço de crítica que alguma coisa de construtivo pode realizar-se.¹¹⁷

¹¹⁷ *Ibidem*.

Salvaguardado o princípio genérico de promoção da racionalidade crítica, a publicação apresentava-se, assim, como um espaço aberto que pretendia acolher as diferentes expressões do pensamento e da literatura que lhe eram contemporâneas.

O elenco de colaboradores, indicado na mesma ocasião, demonstrava-o cabalmente. Ia de republicanos históricos, como João de Barros e Nuno Simões, a jovens marxistas de Lisboa, como Mário Dionísio e Frederico Alves, passando por seareiros, como António Sérgio ou Castelo-Branco Chaves, pelos autores da *Presença*, como José Régio, Adolfo Casais Monteiro e Alberto de Serpa, por dissidentes da *Folha de Arte e Crítica*, como Miguel Torga, e por um discípulo de Leonardo Coimbra, Sant'Anna Dionísio, entre muitos outros, a somar aos já anteriormente citados.

Nem todos escreveram nas páginas da revista, mas certamente todos foram convidados a fazê-lo, sendo certo que o matizado das inclinações programáticas dos autores que viram a sua colaboração publicada – entre os quais se incluíram António Sérgio, José Régio, Alberto de Serpa e Adolfo Casais Monteiro¹¹⁸ – não conheceu menor variedade do que a paleta de nomes indicados.

O entusiasmo dos fundadores e responsáveis, a colaboração de autores prestigiados, com destaque para Abel Salazar, o cuidado gráfico, com a reprodução de obras de autores plásticos escolhidas, desde cedo, por Dominguez Alvarez¹¹⁹, acabaram por conferir à revista um interesse e uma qualidade invulgares para uma publicação de jovens estudantes universitários.

Porém, a qualidade editorial não se fez acompanhar pela auto-suficiência económica, tendo tido a administração do quinzenário, desde muito cedo, de acudir

¹¹⁸ Cf. António Sérgio, “Dialoguete no Tribunal da História”, *Sol Nascente*, n.º 2, 15.2.1937, p. 7; José Régio, “Vida e morte”, *Sol Nascente*, n.º 1, 30.1.1937, p. 4; “Uma página qualquer de um romance em preparação – ‘A velha casa’”, *Sol Nascente*, n.º 3, 2.3.1937; Alberto de Serpa, “Um dos ‘Instantes anónimos’”, *Sol Nascente*, n.º 4, 15.3.1937, p. 5; Adolfo Casais Monteiro, “Sobre o pintor Ventura Porfírio”, *Sol Nascente*, n.º 12, 1.8.1937; “O senhor Júlio Dantas traiu M.me X”, *Sol Nascente*, n.º 14, 1.9.1937; “‘Maria Papoila’, de Leitão de Barros”, *Sol Nascente*, n.º 17, 15.10.1937, pp. 8 e 9.

¹¹⁹ Cf. Alfredo Ribeiro dos Santos, “Revistas do Porto – ‘Sol Nascente’”, in *Comércio do Porto*, 3.12.1980. Em testemunho convergente, Rui Feijó recordou ter conhecido “Dominguez Alvarez em 1939 no grupo que, no Porto, lançara a revista *Sol Nascente*”, num “tempo de altos sonhos e muita ingenuidade”, que “Alvarez compartilhava” (Rui Feijó, “Uma alma larga”, in *Prelo*, n.º 8, 7-9.1985, p. 29).

a sucessivos apertos financeiros, progressivamente mais constrangedores, provocados quer pela escassez de receitas, quer pelo aumento do preço dos factores de produção, designadamente do papel (cujo pagamento se tornou a preocupação maior da história da revista)¹²⁰.

Face à acumulação de um défice insuperável e à promessa de alguns alunos da Universidade de Coimbra de dar sequência à publicação do quinzenário, a direcção da revista acabou por ser-lhes entregue, transferindo-se, de seguida, a actividade redactorial e administrativa para a cidade em que os novos responsáveis estudavam e viviam, conservando-se no Porto somente a sede oficial e a produção tipográfica.

Esta mudança, em que o estudante de Ciências Históricas e Filosóficas Jofre Amaral Nogueira desempenhou papel de relevo, contou com a colaboração dos jovens marxistas que participavam, desde o início, na condução do quinzenário, designadamente com o apoio de Carlos Barroso e de Manuel de Azevedo.

Dando-lhe sequência, Manuel de Azevedo solicitou, e obteve, transferência para a Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, em que se inscreveu, no Verão de 1938, tendo unicamente em vista assegurar a continuidade do desempenho do conjunto de tarefas de coordenação e de gestão que haviam recaído, desde o início da publicação, sobre si.

O rasto dos diferentes momentos do processo de mudança que a passagem de Manuel de Azevedo para Coimbra consumou é detectável na letra da própria revista, designadamente em editoriais e notas não assinados, pelos quais a sucessão de orientações prevalecentes no quinzenário e as tensões que a atravessaram se deram a conhecer.

No número dezoito, “o grupo editor de *Sol Nascente*” pareceu insinuar a existência de um risco de descaracterização, ao sentir a necessidade de reafirmar não se constituir “sobre uma base homogénea, com o fácil dogmatismo das ideias cerradas”, nem ter a “veleidade de afirmar-se um grupo que, cheio de conten-

¹²⁰ Segundo Luís Augusto Costa Dias, o preço do papel – adquirido directamente pela administração da revista – duplicou durante o ano de 1937, isto é, *grossa modo*, durante o primeiro ano da publicação (Luís Augusto Costa Dias, “A imprensa periódica na génese do neo-realismo (1933-45)”, in *A Imprensa Periódica na Génese do Movimento Neo-Realista, 1933-1945. Pesquisa. Resultados. Catálogo*, Vila Franca de Xira, Museu do Neo-Realismo – Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1996, p. 42).

tamento das suas vistas definidas, vem trazer coisas novas, bizarramente novas, à vida do momento¹²¹. No número dezanove, o editorial apelou a “um novo *élan*”, por parte dos amigos da revista, capaz de vencer o “espectro do *deficit*”.¹²² No número vinte, surgiu, pela última vez, reproduzido o elenco de colaboradores, com os nomes e a diversidade a que já fizemos referência. No número vinte e quatro, apareceu publicada uma pequena caixa, sem grande destaque, que permitia inferir a afirmação de uma nova orientação dentro do quinzenário, ainda que coexistindo com a anterior, na qual *Sol Nascente* aparecia definida como “revista do pensamento jovem”, aberta à colaboração “de todos aqueles que, sentindo a vida como atitude e movimento, tenham de expressar verdades úteis, na sua formação de contextura ideológica, ou no seu formular de coisa emocional”¹²³. No cabeçalho do número vinte e sete, deixou de constar o nome de José Soares Lopes como integrando a Comissão Directiva da publicação, figurando unicamente Carlos Barroso como seu director, o que representou, no plano institucional e simbólico, o momento de transição entre os dois períodos da história da revista. No número vinte e oito, foi publicado o artigo de Jofre Amaral Nogueira intitulado “O papel de uma nova geração”¹²⁴ em que o “pensamento jovem” se deu explicitamente a conhecer. No número que se lhe seguiu, iniciou-se a substituição dos antigos colaboradores por novos articulistas, com a publicação dos primeiros artigos de António Ramos de Almeida, Joaquim Namorado e Alves Redol, bem como com a primeira parte da tradução de um extenso artigo de Henri Lefebvre. No número trinta, destacou-se o artigo “Para elucidação dos de mais de quarenta anos sobre a geração dos de menos de trinta”, assinado por Agnelo Mendes e Lúcio Teixeira¹²⁵, que complementou o teor do artigo de Jofre Amaral Nogueira, publicado havia duas edições. Finalmente, em editorial no número trinta e

¹²¹ “Para uma maior expansão de ‘Sol Nascente’”, *Sol Nascente*, n.º 18, 1.11.1937, p. 2.

¹²² “Para uma maior expansão de ‘Sol Nascente’”, *Sol Nascente*, n.º 19, 15.11.1937, p. 2.

¹²³ *Sol Nascente*, n.º 24, 1.2.1938, p. 15.

¹²⁴ Jofre Amaral Nogueira, “O papel de uma nova geração”, *Sol Nascente*, n.º 28, 15.4.1938, pp. 6 e 7.

¹²⁵ Agnelo Mendes e Lúcio Teixeira, “Para a elucidação dos de mais de quarenta anos sobre a geração dos de menos de trinta”, *Sol Nascente*, n.º 30, 1.7.1938, p. 5. Está-se, certamente, face a pseudónimos lúdicos e circunstanciais, com que se entrelaça uma irónica evocação religiosa ao título e ao teor do artigo.

quatro, a nova orientação programática da publicação surgiu explicitada em toda a sua extensão.

Neste artigo de fundo, que comemorou o segundo aniversário da revista e selou expressa e firmemente a viragem que esta sofrera, inserido na primeira edição da publicação posterior à carta de Jorge Domingues já transcrita, pode ler-se:

Sol Nascente surgiu como um quinzenário cultural de orientação um pouco esfumada e imprecisa, limitando-se nos seus primeiros vinte números quase só à missão de *arquivar*. Em dado momento, porém, começou a pronunciar-se dentro da revista uma certa linha de pensamento, um certo *método*, que, pela simpatia conquistada, depressa conduziu à aceitação de uma doutrina. (...) *Sol Nascente* passou assim a ter o seu programa concreto e a sua posição intransigente sobre múltiplos problemas. Assim é que reage contra a metafísica e contra o psicologismo, apoiando-se na obra crítica do pensamento diamático; combate pelo neo-realismo como forma necessária de humanização da arte; defende um humanismo integral que seja verdadeiramente um humanismo humano.¹²⁶

Em resumo, a nova direcção da revista podia dizer a seu respeito o mesmo que escreveu, ainda neste número, a propósito de um processo de transformação semelhante, em *O Diabo*: “abandonou o papel de veículo de opiniões desencontradas e várias, para ser ele próprio uma opinião”¹²⁷.

E acabou, mesmo, por afirmá-lo, na penúltima edição, em Março de 1940, ao fazer o balanço desta segunda fase do seu percurso: “no ano que passou, ‘Sol Nascente’ ganhou consistência ideológica, rigidez de conduta, uma unidade que lhe era essencial para bem cumprir a sua missão”¹²⁸.

Foi neste segundo período que a revista revelou originalidade e conquistou um papel relevante na história cultural e política portuguesa contemporânea, já que o quinzenário constituiu, ao longo da primeira metade das suas edições, uma reposição do que a herança cultural e cívica anterior, republicana e libertária, tinha de fundo comum, pouco trazendo de novo, para além da divulgação das teses do neopositivismo e da caracterologia, expostas de forma empenhada por Abel Salazar, a par de algumas manifestações, mais ou menos episódicas, da orientação que depois lhe presidiu.

¹²⁶ “No segundo aniversário de ‘Sol Nascente’”, *Sol Nascente*, n.º 34, 1.3.1939, p. 2.

¹²⁷ “Panorama literário”, *Sol Nascente*, n.º 34, 1.3.1939, p. 14. A direcção de *O Diabo* respondeu, poucos dias depois, saudando *Sol Nascente* por seguir “a mesma orientação que tem guiado *O Diabo* nos últimos passos” (*O Diabo*, n.º 234, 18.3.1939, p. 3).

¹²⁸ “No 3.º Aniversário de ‘Sol Nascente’”, *Sol Nascente*, n.º 43-44, 3.1940, p. 2.

Já na segunda metade do seu trajecto, a revista ganhou fulgor e ineditismo. Rompeu com o passado e deu corpo aos desígnios com que se redefiniu. Trouxe consigo o ímpeto de um “pensamento jovem”, no sentido da divulgação e do combate em nome de concepções que na imprensa cultural portuguesa ainda não tinham tido órgão doutrinário e cultural consistente e desenvolto.

Sol Nascente e O Diabo imputavam este pensamento a uma nova geração, a formada por aqueles que tinham menos de trinta anos e estariam despertos para o mundo e para a vida.

Assim sendo, a passagem do ciclo político e cultural movido pelas convicções prevalecentes nos decénios anteriores para um ciclo em que o pensamento de inspiração marxista se afirmou e realçou encontra-se inscrita no percurso da própria revista, que foi agente e cenário deste trânsito de ideias.

Com a passagem da sede efectiva da redacção para Coimbra, iniciou-se um novo ciclo doutrinário no quinzenário, que excluía qualquer eclectismo, definiu-se um novo estatuto para os intelectuais que o redigiram, promoveu-se o surgimento de uma literatura e de uma arte com um programa ideológico próprio.

Como se sugere em epígrafe que Joaquim Namorado escolheu para uma das cinco partes de *Aviso à Navegação*, publicado em 1941, estaríamos finalmente face à manhã seguinte genuína e definitiva, após os alvores precedentes, que tinham estado na origem do título da publicação, terem sido dados, pelo menos nos aspectos que temos vindo a confrontar, por perdidos na névoa das aspirações revolucionárias esfumadas, pelo que o sopro ufano da liberdade, da audácia e da esperança inerente ao momento de entusiasmo em que “nasce um novo sol no peito homem”¹²⁹ se fazia sentir em todo o seu fulgor original.

O “novo sol”, patenteado nesta citação de Máximo Gorki, distinguir-se-ia pela luz do método diamático, referido no editorial do número trinta e quatro, pelo

¹²⁹ Joaquim Namorado, *Aviso à Navegação*, “Novo Cancioneiro”, Coimbra, s.n., 1941, p. 25. O brilho próprio do momento presente atravessaria, como aresta afiada entre o passado e o futuro, as circunstâncias e os indivíduos: “frente a frente os dois irmãos inimigos:/ um que me prende ao que ontem fui;/ outro, o que será amanhã” (Joaquim Namorado, *op. cit.*, p. 29). É de referir que também Mário Dionísio evocou, ainda que implicitamente, a frase de Gorki, ao intitular a parte da sua *Autobiografia* respeitante às décadas de trinta e quarenta com a expressão “um novo sol no coração do homem” (Mário Dionísio, *op. cit.*, p. 22).

vigor tempestuoso do vento de um Leste onde tudo era novo, que a gravura reproduzida na capa do número quarenta e um ilustra, pela presença efectiva do futuro no presente, de que a alusão ao autor de *A Mãe*, tomado como símbolo da realidade e da literatura socialistas¹³⁰, deixava transparecer.

Se tentarmos abarcar o conjunto dos redactores que tomou, em Coimbra, a revista a seu cargo, e uma vez afastado o véu dos pseudónimos, bem como as outras sombras e pregas com que os autores duplicaram e triplicaram a presença de cada um na publicação, bem como noutros periódicos a que tinham acesso, cedo nos apercebemos de que, como escreveu Eduardo Lourenço a este propósito, “uma geração é sempre bem pouca gente”¹³¹.

Além dos já referidos Jofre Amaral Nogueira, que, após prisão em 1938, passou a assinar Albertino Gouveia, e Joaquim Namorado, que frequentava a licenciatura em Matemática, encontramos o seu irmão, Egídio Namorado, igualmente aluno da Faculdade de Ciências, que assinava Alves Moura, os estudantes da Faculdade de Direito Fernando Pinto Loureiro, que assinava Rodrigo Soares e Eduardo Reis, Fernando Sá Marta, que assinava Luís Vieira, e Armando Bacelar,

¹³⁰ A obra e a imagem de Máximo Gorki – cuja figura ocupa a capa do n.º 43-44 de *Sol Nascente* – tinham sido convertidas em símbolos maiores da literatura e da cultura do novo mundo emergente, como citações e alusões frequentes atestam. Alguns anos mais tarde, Louis Aragon resumiu o tom encomiástico da evocação do romancista russo. “A obra de Gorki – escreveu o intelectual comunista francês – firma-se, no limiar dos tempos modernos, como uma grande e solene introdução ao futuro. É, na literatura russa, a ponte entre este e o passado, que faz com que, neste domínio, Outubro tenha sido não uma brecha, um abismo, mas uma passagem, o salto do homem dos sonhos à realidade. É a fonte de toda a literatura soviética, talvez não seja a única fonte, mas é a principal” (Louis Aragon, *Littératures soviétiques*, Paris, Éditions Denoël, 1955, p. 265). É de notar que a conversão de Gorki em emblema da política cultural soviética resultou de esforço político metódico e firme, como se pode reconhecer a partir da simples verificação da orientação transmitida pela União Internacional dos Escritores Revolucionários, sediada em Moscovo, no sentido de as organizações nacionais de escritores comunistas comemorarem, ao longo do ano de 1932, o quadragésimo aniversário da vida literária daquele que viria, dois anos mais tarde, a presidir quer ao I Congresso dos Escritores Soviéticos, quer à subsequente União dos Escritores Soviéticos (cf. Wolfgang Klein, *Commune. Revue pour la défense de la culture (1933-1939)*, Paris, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1988, p. 90).

¹³¹ Eduardo Lourenço, *Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista*, Lisboa, Editora Ulisseia, 1968, p. 38.

que assinava Carlos Relvas. Juntou-se-lhes, ainda, José Augusto da Silva Martins, um pouco mais velho, licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas, que leccionava no ensino liceal, no Porto, que exerceu sobre este grupo ascendente reconhecido¹³², assinando Carlos Serra, Maria Hélia Castro e Branca de Oliveira.

A esta redacção, no sentido em que foi este o grupo de articulistas que programou, executou e escreveu o corpo de artigos que firmaram o carácter doutrinário da revista, reuniram-se vários colaboradores, permanentes ou circunstanciais, alguns também residentes em Coimbra, como António Ramos de Almeida, Rui Feijó e João José Cochofel, outros mais a sul, como Alves Redol e Rodrigues Faria, e outros no Porto, com destaque para o novelista Afonso Ribeiro.

Os traços de união que conferiram coesão aos redactores, os levaram a lutar pela posse da revista e a torná-la num órgão com programa próprio residiram na compartilha das mesmas concepções político-filosóficas, no deslumbramento pela URSS e consequente adesão à revolução proletária mundial, na opção partidária comum, pois cada jovem redactor ou já conhecia a condição de revolucionário organizado no Partido Comunista, ou era seu simpatizante activo, como Alberto Vilaça, em estudo sobre a evolução da organização comunista em Coimbra, que conheceu de perto e em que participou, embora mais tarde, deixou inequivocamente assinalado¹³³.

¹³² Vide *infra* pp. 394-395.

¹³³ Em estudo sobre a história remota do PCP em Coimbra, Alberto Vilaça, referindo-se a *Sol Nascente*, de que conheceu muitos dos redactores ao longo de décadas de convívio e de combates comuns, foi, a respeito do vínculo que unia os membros do corpo redactorial da revista ao Partido Comunista, inteiramente claro: "a sua redacção era constituída por comunistas organizados como Joaquim Namorado, Pinto Loureiro, Armando Bacelar e cremos que Manuel de Azevedo, e apoiada por simpatizantes muito próximos como os colaboradores Jorge Mendonça Torres e António José Soares, sendo temporariamente coadjuvante também o militante Adriano Bordalo e Sá" (Alberto Vilaça, *Para a História Remota do PCP em Coimbra 1921-1946*, Lisboa, Editorial "Avante!", 1997, p. 195). Joaquim Namorado, que já em 1935 fazia "trabalho de célula" (cf. *idem, ibidem*, p. 143), testemunhou-o, ao referir os jovens neo-realistas como sendo de "formação marxista, alguns membros do Partido Comunista e outros seus simpatizantes" (Joaquim Namorado, "Prefácio", in Fernando Namora, *Fogo na Noite Escura*, 14.ª ed., Lisboa, Bertrand Editora, 1988, p. 12). Alguns dos redactores principais da revista vieram a desempenhar cargos dirigentes no Partido Comunista, nomeadamente José Augusto da Silva Martins, organizado partidariamente, em Coimbra, desde 1933 ou 1934 (cf. Alberto Vilaça, *op. cit.*, p. 169), que foi um dos responsáveis pelo Congresso do

As convicções que os animavam não eram simplesmente marxistas, mas marxistas e leninistas. E, como tal, não eram somente convicções filosóficas ou literárias. Antes perspectivavam a transformação do mundo a partir do pressuposto de que o partido dos proletários, definido segundo os princípios que tinham levado a facção majoritária do Partido Operário Social Democrata Russo ao poder, constituía o grande instrumento político e histórico da revolução.

Para a compreensão do trajecto da revista, mostra-se, porém, pouco relevante determinar o que nas iniciativas que lhe ficaram associadas e no teor dos escritos publicados proveio de deliberações ou de directivas partidárias concretas. Basta, aliás, verificar que os artigos e as narrativas de Cansado Gonsalves¹³⁴, dirigente partidário com a incumbência de acompanhar as duas publicações legais que passaram a ser dirigidas por comunistas, não se distinguiram do tom geral do quinzenário, nem colocaram questões que outros seus camaradas, sem a sua responsabilidade, não tivessem formulado de forma mais significativa e consistente.

Mais do que prestar atenção ao vínculo organizacional e às condições adversas da sua efectivação¹³⁵, é relevante ter presente que os redactores sentiam e

Estoril, em 1943, onde foi, possivelmente, eleito para o Comité Central (cf. José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal. Uma biografia política*, Temas e Debates, 2001, v. II., pp. 875 e 876). Note-se, de passagem, que dois dos três restantes intelectuais então escolhidos para este órgão de direcção partidária, Álvaro Cunhal e Fernando Piteira Santos, também publicam artigos na revista, tendo o segundo desempenhado, ainda, importante papel em *O Diabo*. Armando Bacelar ocupou funções dirigentes em Coimbra, onde se destacou na chamada reorganização (cf. Alberto Vilaça, *op. cit.*, p. 205). Jofre Amaral Nogueira tinha contactos com Cansado Gonçalves desde 1933, desenvolvendo trabalho partidário desde muito novo (cf. *idem, ibidem*, pp. 102 e 143). Durante os anos de edição da revista, Fernando Sá Marta ingressou no Partido Comunista (cf. *idem, ibidem*, p. 237).

¹³⁴ Firminiano Cansado Gonsalves publicou "Apareceu um homem morto" (*Sol Nascente*, n.º 31, 15.8.1938, p. 5), "Febus Moniz: último defensor duma nacionalidade" (*Sol Nascente*, n.º 38, 15.8.1939, p. 6), "O Ginja" (*Sol Nascente*, n.º 38, 15.8.1939), com o pseudónimo Mário Seabra Novais, e "Técnicas de trabalho: um novo movimento" (*Sol Nascente*, n.º 41, 15.12.1939, pp. 3 e 15), com o pseudónimo Pedro Aguiar Nogueira.

¹³⁵ Os anos de edição de *Sol Nascente* correspondem a uma época conturbada e obscura da história do Partido Comunista Português, que se caracterizou por uma profunda crise na direcção, na organização, na propaganda e no relacionamento com a Internacional Comunista (cf. José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal. Uma biografia política*, Lisboa, Temas e Debates, 1999, v. I, pp. 253 a 272 e 434 a 440). A propósito do ano de 1937, pode-se ler, no estudo geral citado, que "nenhum ano foi mais difícil para os comunistas portugueses, e, mesmo se os que se lhe seguiram parecem mais difíceis, foram-no por herança deste" (*idem, ibidem*, p. 254).

agiam como militantes de uma mesma causa, cuja expressão partidária constituía a manifestação política superior, pensando toda a sua actividade a essa luz, independentemente de se encontrarem vinculados a indicações exógenas ou de estarem entregues a um processo de deliberação inteiramente autónomo.

A efígie do partido, virtual ou real, simbólica ou efectiva, era a grande referência implícita no seu agir.

Era o fôlego partidário que dava alento à ambição que Jorge Domingues manifestou, ânimo aos encontros públicos ou secretos entre os camaradas de *O Diabo* e do *Sol Nascente*, que Armando Bacelar recordou, empenho à organização de uma rede de imprensa regional como tribuna de divulgação programática e de organização colectiva, que Joaquim Namorado conduziu, entre muitas outras iniciativas de sentido convergente.

Ao invés dos articulistas principais da fase portuense do quinzenário, que falavam em nome da consciência cívica própria e se firmavam unicamente na integridade e coragem individuais, os redactores de Coimbra apresentaram-se como portadores de uma palavra que acreditava dar voz a orientações que os excediam e ter préstimo para personagens colectivas que lhes sobrepujavam.

Mesmo quando relacionavam a originalidade do pensamento e da acção de que davam notícia e exemplo com a identidade de uma nova geração, como se verificou no próprio título de dois artigos programáticos já citados, o que relevava era o papel histórico que associavam à juventude¹³⁶.

Aos novos atribuíu-se a missão de encarnar o desenlace dos tempos, segundo um guião em que o protagonista seria o proletariado, o partido comunista o seu destacamento político, e o marxismo leninista a sua ciência¹³⁷.

¹³⁶ Em crítica à “dedada idealista de incompreensão do mecanismo da evolução”, impressa no ensaio *A Poesia da Moderníssima Geração*, de João Pedro de Andrade, colaborador de *Sol Nascente*, em que o conceito e a caracterização da geração acabam por se tornar relevantes na interpretação das obras do “Novo Cancioneiro”, Mário Dionísio, que colaborou igualmente no quinzenário, opôs-se com clareza à simples consideração da existência de uma nova geração literária a propósito de autores em que via a expressão dos interesses de uma nova classe: “não se trata de uma oposição de gerações (...) mas de grupos sociais, de interesses opostos, de mentalidades opostas, de atitudes opostas, de homens diferentes” (Mário Dionísio, “Ficha 13”, in *Seara Nova*, n.º 832, 24.7.1943, p. 251, e “Ficha 13-A”, in *Seara Nova*, n.º 833, 31.7.1943, p. 269).

¹³⁷ A afirmação veemente desta missão pode ser ilustrada igualmente com recurso à crítica de Mário Dionísio ao “meio termo” que João Pedro de Andrade “julga possível e acaba por

Não ter a linha geral desta dramaturgia histórica presente só pode dar lugar a uma percepção do teor e do significado do quinzenário desprevenida e equívoca.

Assim sendo, a compreensão da letra e a interrogação política não podem deixar de caminhar a par, pois tanto, ou mais, que o interesse heurístico dos juízos ou o mérito intelectual dos discursos é o significado político que se lhes imputava que servia de critério para determinar a sua pertinência e merecimento.

Desde logo, é possível ilustrar esta dupla face do teor da revista a partir do exemplo *ab ovo* que se pode encontrar nas palavras com que os jovens universitários marxistas justificaram a mudança de orientação do quinzenário.

A apresentação da transição entre as duas épocas da publicação como a passagem de um período “de orientação um pouco esfumada e imprecisa, limitando-se nos seus primeiros vinte números quase só à missão de *arquivar*”, para um outro que seria tão-somente resultado de pronunciar-se “dentro da revista uma certa de linha de pensamento, um certo *método* que, pela simpatia conquistada, depressa conduziu à aceitação da sua doutrina” não se ateu aos factos nem representou uma descrição concreta, entre as muitas possíveis, das transformações verificadas no trajecto do *Sol Nascente*. Indicia, antes, a importância que os jovens marxistas atribuíram à definição dos predicados com que pretendiam construir e expor a sua própria representação.

Num único gesto, este editorial rasurou a orientação republicana radical e de fundo libertário do período portuense do quinzenário, remetendo-a, em nome de uma ambígua “missão de *arquivar*”, para o olvido informe; converteu a mudança editorial num simples reconhecimento do esplendor de uma doutrina, que, uma vez revelada, motivaria adesão generalizada a um novo e refulgente

comprometer os resultados dos seus trabalhos”. Nesta crítica encontramos a defesa da aproximação dos autores a partidos, grupos, doutrinas, a ponto de se assegurar que aquele que “sobrevive ao seu tempo é precisamente o que, carne e sangue, pertenceu à sua classe, representou plenamente os seus interesses e, com sagacidade, lutou para defendê-los com a máxima força” (*idem, ibidem*, p. 250). Argumenta-se, ainda, de forma condizente, que competiria ao neo-realismo “uma atitude de síntese de todas as formas artísticas do passado (...) e sua adaptação à ideologia da camada não decadente da sociedade” (*idem, ibidem*, p. 270), isto é, à ideologia atribuída ao proletariado.

exponente de consciência; omitiu qualquer alusão à realidade concreta da passagem da redacção da revista do Porto para Coimbra, sugerindo, mesmo, que não se fez sentir a força de circunstâncias exteriores à actividade editorial, nem, sequer, se verificou mudança no corpo de redacção ou de local de elaboração.

Naturalmente, estes traços ganham pleno significado quando confrontados com a malha discursiva da publicação e, também, com outras fontes afins, que mostrem não se estar face a um episódio fortuito, mas na presença de expressões concretas, mais ou menos rígidas, em conformidade com os autores, as sensibilidades, as circunstâncias e os públicos, de imagens políticas identitárias próprias ou alheias persistentes.

É, aliás, o que se pode concluir a propósito do teor deste editorial, já que a preterição da tradição anarquista e republicana radical¹³⁸, a adesão espontânea ao marxismo por parte da nova geração¹³⁹ e o detrimento da história empírica face à interpretação

¹³⁸ A atitude de apagamento do papel histórico desempenhado pelos anarquistas e das expressões em que as concepções libertárias se manifestaram, através da sua omissão, que aflora no editorial citado, perdurou suficientemente para que Eugénio Lisboa tenha aludido às “razões não muito nobres de um certo ‘esquecimento’ crítico que se tem feito sentir à volta de uma das principais obras literárias do século XX português”, referindo-se à obra de Ferreira de Castro, que foi o autor com convicções anarco-sindicalistas contemporâneo da geração de *Sol Nascente* mais representativo (Eugénio Lisboa, “Aprofundar Ferreira de Castro”, in Ricardo António Alves, *Anarquismo e Neo-Realismo. Ferreira de Castro nas encruzilhadas do século*, Lisboa, Âncora Editora, 2002, p. 9).

¹³⁹ Como se verifica, por exemplo, no prefácio de Mário Dionísio à *Obra Poética* de Manuel da Fonseca, datado de 1969, em que é possível ler: “o neo-realismo, que tanta gente assegura ter nascido por decreto de não sei que forças tenebrosas (...) foi assim que surgiu (...) apenas assim, espontaneamente, da inquietação, da generosidade e da ingenuidade – da fecunda, exaltante, fraternal ingenuidade – desses tantos jovens que foram ao encontro uns dos outros pelo seu próprio pé, irresistivelmente movidos por um mesmo espírito de recusa, uma mesma esperança no homem (que eles sabiam só poder querer dizer: os homens), uma mesma necessidade interior de querer dizer tudo isto em versos, em romances, em contos capazes de acordarem um país inteiro para a sua própria realidade nacional” (Mário Dionísio, “Prefácio”, in Manuel da Fonseca, *Obra Poética*, 7.ª edição, Lisboa, Caminho, 1984, pp. 21 e 22). Se a adesão espontânea de jovens intelectuais ao marxismo e ao comunismo é indiscutível, pois trata-se de um fenómeno de sensibilidade social e política do foro íntimo, já a redução da origem do neo-realismo à esperança nos homens manifestada por alguns jovens literatos é claramente parcelar e unilateral. Basta recordar as palavras com que Joaquim Namorado atribui o início do neo-realismo a Gorki (cf. *supra*, p. 55) para verificar que não foi

ideológica dos factos¹⁴⁰ foram linhas com que se traçaram algumas das representações comuns à revista e ao movimento político e cultural que esta ajudou a desencadear.

Neste aspecto, como em muitos outros, a redacção do quinzenário limitou-se a acompanhar o ambiente mental e político da época, respirando o ar do seu tempo, muito marcado pela atmosfera da *História do Partido Comunista (Bolchevique) da URSS*¹⁴¹, peça maior e próxima da construção da identidade comunista imaginária e predicatoria, com clara incidência directa na actualidade política.

Sem se sugerir qualquer comparação, necessariamente deslocada nos seus termos exactos, é de recordar que os jovens marxistas conimbricenses não só conheciam a história oficial do PCUS, aprovada pelo seu Comité Central, como também publicaram, no *Sol Nascente*, dois trechos extraídos do seu capítulo mais célebre¹⁴².

“apenas assim”, uma vez que a justificação original da designação que o movimento dos jovens escritores a si próprio atribuiu o colocou, através de um dos seus principais representantes, desde muito novo comunista dedicado, na dependência simbólica do patrono oficial das letras soviéticas. Caso Namorado tivesse conhecimento da proposta de “neo-realismo”, por parte de Voronskii (cf. Régine Robin, *Le réalisme socialiste. Une esthétique impossible*, Paris, Payot, 1986, p. 237), para a designação das letras e das artes que a direcção do PCUS acabou por nomear “realismo socialista”, o movimento espontâneo dos jovens inconformados teria tomado por bandeira não só o movimento literário e artístico oficial soviético, como também uma das suas designações possíveis.

¹⁴⁰ Ainda que o editorial citado seja frequentemente evocado, na medida em que assinala inequivocamente o início de um novo ciclo da revista, o contexto que lhe subjaz tem sido esquecido, não se atendendo, ou atendendo-se muito vagamente, às mudanças de direcção e de redacção que estão na origem da nova orientação do quinzenário.

¹⁴¹ Este exemplo de história, que se pode designar apropriadamente por oficial, já que foi elaborada sob a responsabilidade de uma comissão que integrava M. Gorki, V. Molotov, C. Vorochilov, S. Kirov, A. Jdanov e J. Estaline e obteve a aprovação do Comité Central do PCUS, em 1938, surgiu após os chamados Processos de Moscovo, nos quais foram condenados os últimos membros da Direcção do PCUS que tinham sido companheiros de Lenine, ao mesmo tempo que a figura de Estaline obteve plena consagração.

¹⁴² O capítulo “Materialismo dialéctico e materialismo histórico”, atribuído a Estaline, encontra-se publicado, parcelarmente, em *Sol Nascente* (G. C., “Que é o método dialéctico?”, *Sol Nascente*, n.º 40, 15.11.1939, p. 11, e Gabriel Coutinho, “Leis do desenvolvimento histórico”, *Sol Nascente*, n.º 45, 15.4.1940, pp. 8 e 9), bem como, mais tarde, em *Síntese, revista mensal de cultura científica, literária e artística*, editada em Coimbra, entre Fevereiro de 1939 e Dezembro de 1941 (José Vasco Salinas, “Os fundamentos do racionalismo concreto”, n.º 6, Maio de 1940, pp. 2 e 3; n.º 7, Julho de 1940, pp. 2 e 3).

Como o exemplo do editorial referido indica, a redução da compreensão da orientação editorial de *Sol Nascente* a um anelo circunscrito ao domínio cultural, literário e artístico impossibilita não só a apreensão da complexidade das diferentes instâncias presentes nos textos que publicou, como também oblitera o vislumbre da hierarquia de desígnios que lhe conferiram um carácter próprio.

Ainda que o quinzenário apareça etiquetado frequentemente, na memória que a seu respeito se consolidou, como órgão de um movimento de letras e artes, comprometidas, foi no plano político, isto é, no âmbito de uma estratégia de luta pelo poder que a actividade que nele se desenvolveu encontrou sentido cardinal, conheceu arrimo e acolheu lanternim.

Assim e contrariamente à opinião corrente, *Sol Nascente* foi primordialmente, ao longo do seu período conimbricense, um órgão de combate ideológico, como ficou selado pela sequência dos episódios que conduziram à proibição de publicação, determinada, no imediato, pela recusa da redacção em restringir o teor do quinzenário ao âmbito literário e cultural, reclamada pela Direcção dos Serviços de Censura, rejeição consumada através da publicação ininterrupta de artigos de comentário da situação política internacional e de justificação das iniciativas e dos argumentos soviéticos¹⁴³.

A propósito do desiderato geral da publicação, é de recordar, desde logo e na sequência de João Pedro de Andrade, que aqueles que se distinguiram, entre os redactores principais da revista, pela produção literária que publicaram foram bem menos do que os que escreveram textos de índole doutrinária ou de intervenção política e cultural¹⁴⁴. Se a comparação incidir sobre a própria

¹⁴³ Vide *infra*, pp. 180, 551 e ss.

¹⁴⁴ João Pedro de Andrade, que colaborou em *Sol Nascente*, além de fazer crítica literária e de teatro regularmente em *O Diabo*, numa perspectiva de defesa do neo-realismo, apesar de ter visto algumas das suas opiniões censuradas por Eglídio Namorado (Alves Moura, "ABC – Acerca do idealismo", *Sol Nascente*, n.º 45, 15.4.1940, pp. 4 e 5) e ter terçado argumentos com algumas das figuras de proa do novo movimento político e cultural, como a "Ficha 13", de Mário Dionísio, já citada, revela, foi dos primeiros a afirmá-lo: "ao pormos em dúvida a pureza dos elementos que intervinham na revolução neo-realista, fazemo-lo pensando na teorização que a antecedeu, produzida ou impulsionada por indivíduos que não vieram a afirmar-se como escritores ou críticos literários" (João Pedro de Andrade, *Ambições e Limites do Neo-Realismo Português*, Lisboa, Acontecimento, 2002, p. 25).

natureza das peças publicadas, a desproporção revela ser ainda maior, pois os poemas e as narrativas representaram uma pequena parcela do conjunto dos textos dados à estampa.

Ao mesmo tempo, é conveniente ter presente que a actividade desenvolvida pela redacção não era concebida como circunscrita à simples divulgação do corpo doutrinário marxista, nem à vulgar justificação de um novo movimento literário e artístico, por muito prementes que uma e outro tenham sido considerados, mas superava largamente tais limites putativos, na medida em que o sentido que lhe presidiu apontava a integração na actividade revolucionária, síntese multimoda entre pensamento e acção, como desígnio comum magno e indefectível.

A orientação editorial e o percurso conimbricenses do quinzenário foram, deste modo, determinados invariavelmente por uma concepção de ruptura social assente no primado da política. O interesse conferido pela redacção à divulgação doutrinária, as funções que imputou à literatura e às artes, a determinação dos alvos contra os quais investiu polemicamente, a neutralização de adversários com que preferiu contemporizar ou o trato envolvente com que distinguiu potenciais aliados que ambicionava atrair¹⁴⁵, os concertos e as contendas em que se envolveu só à luz de considerações sobre a sua conveniência revolucionária deixam apreender o seu sentido.

¹⁴⁵ Como aconteceu com aqueles que couberam entre os que Trotsky, primeiro, e uma extensa tradição, depois, designaram por *compagnons de route*. Nas páginas de *Sol Nascente*, ficaram registados alguns episódios de um dos casos mais interessantes de envolvimento de um intelectual. A tentativa de acolher Abel Salazar e de reverter o prestígio de que desfrutava a favor da causa dos jovens marxistas levou-os a modelar a crítica ao papel que “o nosso querido camarada Abel Salazar” (*Sol Nascente*, n.º 36, 1.5.1939, pp. 10 e 11) atribuía ao indivíduo na história, definindo-o, de forma claramente benévola, como “caindo quase numa interpretação idealista”, a propósito das causas que teriam impedido o Mazdekismo, e o socialismo que se lhe associava, de vingar na Pérsia (Alves Moura, “Influência da personalidade individual no movimento histórico”, *Sol Nascente*, n.º 36, 12.5.1939, p. 4). O próprio neopositivismo, divulgado por Abel Salazar, foi abordado numa perspectiva ambivalente, conferindo-lhe o mérito de perfilhar o ponto de vista materialista, ainda que nos limites do mecanicismo, como resulta do estudo que Egdio Namorado lhe dedicou, um pouco mais tarde, mas na sequência de questões que haviam ficado pendentes em artigos que publicou em *Sol Nascente* (cf. Egdio Namorado, *A Escola de Viena e Alguns Problemas do Conhecimento*, Coimbra, Atlântida Editora, 1945). Simultaneamente, ignorava-se a oposição de Abel

A revista visou, então, claramente impor uma nova corrente ideológica, afrontando de forma directa os autores prestigiados da época, ao refutar o teor do discurso cívico e os pressupostos da actividade cultural que desenvolviam, num esforço de divulgação, simultaneamente polémico e metódico, da concepção do mundo e da vida de que se tornou o estandarte.

Pretendia-se cindir. Obter autoridade ideológica pelo confronto. Dar escala nacional a um combate que tivera no seio da própria publicação um primeiro episódio, de que a redacção de Coimbra saíra vencedora. Concitar a geração de intelectuais que despontava para a adopção de um novo programa cultural, cívico e revolucionário. Por outras palavras e recorrendo de novo a Eduardo Lourenço, conferir expressão, deliberada e extrema, à “guerra civil dos espíritos”¹⁴⁶.

Aos olhos dos redactores, provocar zonas de fractura e estabelecer linhas de confronto representaria responder, no quadro português, a dilema generalizado e internacional, já que seria nos termos do confronto entre capitalismo e socialismo, ou, mesmo, em versão mais dramática, entre nazismo e comunismo, que a essência do tempo de que eram contemporâneos se definiria e que o cobijado desenlace feliz do evoluir humano teria lugar.

O campo em que a nova redacção do quinzenário se posicionou concebia os autores soviéticos, a par de Marx e de Engels¹⁴⁷, bem como, noutro

Salazar ao comunismo, patente, por exemplo, na inclusão da URSS, ao lado da Alemanha e da Itália, entre os regimes em que prevaleceria o “pathos” esquizóide, com características “místicas, paréticas e autistas”, que obviamente criticava (Abel Salazar, “A crise europeia: Esquismo de uma teoria biomecânica da história II – Os biótipos na mecânica social”, *Sol Nascente*, n.º 14, 1.9.1937, p. 12), enquanto defendia a moderação, de origem ciclóide. Igualmente, as discordâncias sobre a natureza da obra artística e sobre a crítica de arte foram tidas como questões menores. A atenção dada a Abel Salazar, por parte dos jovens marxistas, teria provocado, de acordo com Mário Sacramento, alguma confusão, na própria divulgação do materialismo dialéctico, a qual teria decorrido “por vezes à luz dum neopositivismo que prolongava o da Primeira República e criava, não raro, equívocos como o do prestígio ideológico (ideológico, note-se bem) de um grande artista e eminente sábio como Abel Salazar” (cf. Mário Sacramento, *Fernando Namora*, Lisboa, Editora Arcádia, s.d., p. 57).

¹⁴⁶ Eduardo Lourenço, *op. cit.*, p. 111.

¹⁴⁷ Cf. Karl Friedrich, “Idealismo e materialismo”, *Sol Nascente*, n.º 38, 15.8.1939, p. 3.

plano, a URSS, pátria do socialismo, como as grandes referências da sua geração. As obras de Georges Plekhanov¹⁴⁸, de Lenine¹⁴⁹, de Estaline¹⁵⁰ e de Máximo

¹⁴⁸ Embora Plekhanov tenha criticado a Revolução de Outubro e se tenha exilado na Finlândia, a obra daquele que “ganhou a reputação de ser o porta-voz destacado do marxismo russo” (Leszek Kolakowski, *Main Currents of Marxism: the founders, the golden age, the breakdown*, Nova Iorque-Londres, W. W. Norton, 2008, p. 265) não deixou de desempenhar um papel muito significativo na difusão do pensamento filosófico e revolucionário de Karl Marx, dentro e fora da URSS, continuando, após a sua morte, em 1918, a ser regularmente reeditada e evocada. A *Arte e a Vida Social*, em que Plekhanov contrapôs a “arte social” à “arte pela arte”, defendendo uma “arte de tendência”, era, para os jovens marxistas portugueses, um livro “de leitura obrigatória, a partir de 1934” (Alexandre Pinheiro Torres, *O Movimento Neo-Realista em Portugal na sua Primeira Fase*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1977, p. 42). É claro, por exemplo, que a referência que Alves Redol fez a Tchernychevski e à necessidade de a arte contribuir “para o desenvolvimento da consciência humana e para melhorar a ordem social” (Alves Redol, “O romance brasileiro e José Lins do Rego”, *Sol Nascente*, n.º 34, 1.3.1939, p. 12) teve origem nesse “catecismo estético dos neo-realistas” (Garcez da Silva, “Alves Redol, o ‘Mensageiro do Ribatejo’ e o Grupo Neo-Realista de Vila Franca”, in Maria José Marinho e António Mota Redol (org.), *Alves Redol, Testemunhos dos Seus Contemporâneos*, Lisboa, Caminho, 2000, p. 263), pois o autor citado e a questão referida aparecem igualmente associados desde as primeiras passagens desta obra (cf. Plekhanov, *L’art et la vie sociale*, Paris-Moscovo, Éditions Sociales-Éditions du Progrès, 1975, p. 7 e ss.). Para além deste exemplo e entre outras referências implícitas e inequívocas, que encontramos em *Sol Nascente*, está a alusão que Jofre Amaral Nogueira fez, igualmente, às suas páginas iniciais, em artigo programático relevante (Jofre Amaral Nogueira, “O papel dum nova geração”, *Sol Nascente*, n.º 28, 15.4.1938, p. 6), como, aliás, Alexandre Pinheiro Torres não deixou de assinalar (*op. cit.*, p. 36).

¹⁴⁹ O livro que serviu de chave interpretativa da história das primeiras décadas do século XX e, como tal, do sentido último da época em que os jovens redactores da revista viviam foi *O Imperialismo, Estádio Superior do Capitalismo*, que Lenine publicou em 1917. Logo a abrir o primeiro dos quatro artigos de análise de política internacional da autoria de Fernando Pinto Loureiro (Rodrigo Soares) publicados nas últimas edições do quinzenário, pode ler-se: “por volta de 1898, os economistas e os políticos de todo o mundo começaram a adoptar a palavra ‘imperialismo’ para designar a época moderna (...) o imperialismo é a etapa da história mundial em que a luta travada entre os grupos económicos concorrentes se transpõe no plano internacional” (Rodrigo Soares, “Crónica mensal”, *Sol Nascente*, n.º 39, 15.10.1939, p. 2).

¹⁵⁰ A redacção da revista, ao transcrever trechos de *Materialismo Dialéctico e Materialismo Histórico*, de Estaline, acabou por conferir ao dirigente soviético o papel de intérprete da herança filosófica de Marx e de Engels. Embora desta transcrição não se possa deduzir que se esteja face à simples aceitação da leitura oficial deste legado, que, aliás, conheceu, nas páginas da publicação, outras exposições, também não se deve ignorar que o entendimento próprio da época colocava José Estaline como o único sucessor dos grandes dirigentes revolucionários (*vide infra*, pp. 134 e 136).

Gorki¹⁵¹ surgiram evocadas como constituindo autoridade ideológica. Romances como *Cimento*, de Fiódor Gladkov, e *Assim Foi Temperado o Aço*, de Nikolai Ostrovski, foram tomados como símbolos maiores da literatura desejável¹⁵². Acreditava-se que o trabalho tinha passado a ser para o homem soviético motivo de continuado júbilo edificante e expressão de grata emulação colectiva¹⁵³. Estava-se com a política externa soviética, defendida intransigentemente, mesmo no que tinha de mais inesperado e controverso, como o pacto assinado por Ribbentrop e por Molotov¹⁵⁴ e a invasão da Finlândia¹⁵⁵.

O socialismo científico ter-se-ia iniciado com os dois pensadores alemães, desenvolvera-se com Lenine, designadamente na análise da evolução do capitalismo, e teria no então dirigente da URSS e do movimento comunista internacional o seu legatário qualificado, além de um natural continuador. Vivia-se um tempo em que o respeito e o prestígio políticos se confundiam com a autoridade teórica.

¹⁵¹ Máximo Gorki foi recordado pela redacção da revista, nomeadamente no número em que assinalou o seu terceiro aniversário, com o propósito explícito de associar esse momento ao nome desse “escritor a que a humanidade muito deve” (*Sol Nascente*, n.º 43-44, 3.1940, p. 6).

¹⁵² Alves Redol, por exemplo, colocou o “inimitável” *Cimento* na cúpula dos “melhores romances que tenho lido” (Alves Redol, “Amando Fontes”, *Sol Nascente*, n.º 30, 1.7.1939, p. 10). Joaquim Namorado não só citou Ostrovski no artigo que dedicou a Jorge Amado, na penúltima edição de *Sol Nascente*, como esclareceu também, mais tarde, que era o perfil de Kortcháguin, protagonista de *Assim Foi Temperado o Aço*, que tinha presente quando elogiou os heróis dos romances neo-românticos do escritor baiano (cf. Espólio de Joaquim Namorado, Museu do Neo-Realismo, A5/4.118/C, cx. 16, doc. 7).

¹⁵³ De acordo com Cansado Gonsalves, em artigo dedicado à emulação socialista e ao exemplo do mineiro Andrei Stakhanov, estar-se-ia face a “uma nova Grécia clássica, desta vez universal e construída sobre a técnica sólida da ciência e da máquina”, proporcionada por “um novo humanismo que nasce, fazendo pela primeira vez no mundo a ‘unidade’ do homem, acabando com a oposição do económico e do espiritual”. Ainda segundo o mesmo articulista e em citação implícita de Estaline, o movimento estacanovista teria como finalidade “a felicidade do homem, porque para ele o homem é o capital mais precioso”. No seu âmbito, o trabalho deixaria de ser uma maldição, para “se tornar um motivo de honra e alegria” (Pedro Aguiar Nogueira, “Técnicas de trabalho. Um novo movimento”, *Sol Nascente*, n.º 41, 15.12.1939, p. 3). É de notar que o artigo revela conhecimento actualizado dos tópicos mais salientes do discurso soviético sobre o movimento estacanovista, em que o homem novo da pátria dos soviets se teria dado a conhecer (cf. Katerina Clark, “Utopian Anthropology as a Context for Stalinist Literature”, in Robert C. Tucker (ed.), *Stalinism. Essays in Historical Interpretation*, Nova Iorque, W. W. Norton & Company, 1977, pp. 180 a 198).

¹⁵⁴ Cf. Rodrigo Soares, “Crónica mensal”, *Sol Nascente*, n.º 39, 15.10.1939, p. 2.

¹⁵⁵ Cf. Rodrigo Soares, “Crónica mensal”, *Sol Nascente*, n.º 42, 15.1.1940, p. 2.

A redacção da revista tomou partido em guerras literais, como na conflitante Guerra Civil de Espanha, que trouxe a intensidade e a dramaticidade dos conflitos internacionais à sociedade portuguesa, simbolizado na atenção prestada a Lorca¹⁵⁶, ou na distante China, ocupada pelo exército japonês, a que o quinzenário reservou uma edição¹⁵⁷.

Simultaneamente, sentia-se acompanhada por manifestações de uma consciência revolucionária que se julgava aflorar e alastrar um pouco por todo o lado: nas letras da América do Norte, com as obras de Pearl S. Buck¹⁵⁸, John Dos Passos¹⁵⁹, Michael Gold¹⁶⁰; da América do Sul, com os romances de Amando Fontes¹⁶¹, Jorge Amado¹⁶², Lins do Rego¹⁶³; no pensamento inglês, em revistas como *The Modern Quarterly*¹⁶⁴ e colecções como "The new people's library"¹⁶⁵.

¹⁵⁶ A redacção da revista dedicou a capa do n.º 38 (15.8.1939) a Federico García Lorca, transcrevendo quatro poemas de sua autoria, nas páginas centrais, acompanhados de um artigo de Joaquim Namorado. Mais tarde, publicou, ainda em castelhano, um outro poema do poeta de Granada (n.º 43-44, 3.1940, p. 3).

¹⁵⁷ Cf. *Sol Nascente*, n.º 37, 1.7.1939.

¹⁵⁸ Cf. Joaquim Namorado, "Terra Bendita, de Pearl S. Buck", *Sol Nascente*, n.º 37, 1.7.1939, p. 12.

¹⁵⁹ Entre outras referências elogiosas, John Dos Passos foi descrito como "um dos mais representativos escritores americanos da actualidade", a propósito do anúncio da edição americana da trilogia "U.S.A." (*Sol Nascente*, n.º 45, 15.4.1940, p. 13).

¹⁶⁰ Em cujos contos, reunidos em *Mais Depressa América*, Alves Redol encontrou um "realismo arrebatador" (Alves Redol, "Amando Fontes - II", *Sol Nascente*, n.º 30, 1.7.1938, p. 10).

¹⁶¹ Vide Alves Redol, "Amando Fontes: impressões da sua obra", *Sol Nascente*, n.º 29, 15.5.1938, p. 12, e "Amando Fontes - II", *Sol Nascente*, n.º 30, 1.7.1938, pp. 10 e 11.

¹⁶² Vide "Do Neo-Romantismo: o sentido heróico da vida na obra de Jorge Amado", *Sol Nascente*, n.º 43-44, 3.1940, pp. 22 e 23.

¹⁶³ Vide Alves Redol, "O romance brasileiro e José Lins do Rego", *Sol Nascente*, n.º 34, 1.3.1939, p. 12.

¹⁶⁴ *The Modern Quarterly*, revista em que tinha sido inicialmente editado o artigo "A estrutura da matéria", de J. D. Bernal, que a redacção de *Sol Nascente* traduziu e publicou, dividido em duas partes (n.º 43-44 e n.º 45), mereceu uma nota em que se refere ter "o mesmo papel que *La Pensée* se propõe desempenhar em França" (*Sol Nascente*, n.º 45, 15.4.1940, p. 12).

¹⁶⁵ Editada pela editora Victor Gollanez, em Londres. A colecção foi apresentada, em nota que não se encontra assinada, nos seguintes termos: "o conjunto formado por estes volumes é de molde a poder considerar-se um verdadeiro manual dos mais importantes e sugestivos assuntos que podem interessar o homem moderno", uma vez que "todos os livros desta colecção se enquadram naquela orientação diamétrica por que temos terçado armas e continuaremos a pugnar com ardor nas páginas de *Sol Nascente*" (*Sol Nascente*, n.º 34, 1.3.1939, p. 13).

Os redactores da revista não estenderam, porém, o ímpeto revolucionário ao corte com a tradição invariável de receber de autores gauleses o essencial do pensamento que animou os movimentos culturais e políticos portugueses contemporâneos.

Como a consulta da revista ilustra profusamente, através de citações, artigos e encómios, numerosos e regulares, a leitura do marxismo, e a definição da orientação literária e artística que se lhe associava, foi recebida pelos jovens universitários, nos seus contornos próximos e concretos, como “alimento diário”¹⁶⁶ facultado por publicações francesas¹⁶⁷.

Alento generoso e pronto, que tanto proporcionava obras teóricas quanto facultava informação tempestiva sobre vicissitudes tácticas e circunstanciais, consumido com evidente desejo, encanto e abundância, pois os redactores do quinzenário – ao invés dos intelectuais de simpatia comunista dispersos pela restante província, obrigados a recorrer a abono doutrinário avaro e de segunda linha – demonstraram aceder desde cedo e com relativa facilidade a publicações francesas, inglesas, brasileiras e, mesmo, soviéticas (em edição internacional)¹⁶⁸.

¹⁶⁶ A expressão é de Mário Dionísio: “durante a ocupação da França pelas tropas de Hitler, faltaram-nos os livros e os jornais (franceses) que tinham sido até aí o nosso alimento diário” (Mário Dionísio, *Autobiografia*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p. 33).

¹⁶⁷ Sintetizou-o, por exemplo, Eduardo Lourenço: “o marxismo não era apenas uma referência intelectual mais ou menos abstracta, mas uma prática cultural que naquele tempo [década de 40, com precedentes a partir de 1936] tinha como modelo, ou provinha, de um país preciso, a União Soviética, naturalmente passada pelo tradicional crivo da sua leitura francesa” (Eduardo Lourenço, *Cultura e Política na Época Marcelista*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996, p. 32).

¹⁶⁸ A história repetia-se: a civilização continuava a chegar no *Sud-Express* em caixotes destinados às livrarias que os lentes frequentavam, como acontecia desde a juventude de Eça e de Antero, e as novidades neles contidas acabavam a nutrir tanto a verve doutoral quanto os arroubos discentes. Em tempo de Censura, a via mais segura para aceder às publicações desejadas seria, naturalmente, a de recorrer à imunidade académica destas livrarias, a que os próprios nomes de Oliveira Salazar e de Gonçalves Cerejeira estavam associados. Foi o que aconteceu e o que explica, embora só parcialmente, o acesso regular por parte dos redactores do quinzenário às publicações revolucionárias em que encontravam orientação e inspiração. Para o efeito, contaram com a preciosa colaboração de Felisberto Pereira Lemos, funcionário da Livraria Coimbra Editora.

Infelizmente, o reconhecimento generalizado da influência dos autores de origem francesa ainda não foi acompanhado por estudo que procedesse ao confronto metódico entre o teor e os argumentos presentes nas suas publicações e o teor e os argumentos dos artigos em que são citados¹⁶⁹.

¹⁶⁹ Apesar de este cotejo não caber no âmbito da presente investigação, é oportuno referir dois exemplos da proximidade que uniu os redactores da revista aos marxistas franceses. São casos tanto mais relevantes quanto tocam aspectos emblemáticos e têm sido ignorados na literatura que versa o movimento neo-realista. O primeiro exemplo respeita, desde logo, ao título idêntico de duas publicações, uma francesa e outra portuguesa. Em 15 de Julho de 1937, publicou-se, em Paris, o primeiro número de *Les Cahiers de la Jeunesse*, dirigido por Luc Durtain e por Paul Nizan; em 18 de Novembro de 1937, a polícia portuguesa apreendeu, numa tipografia da Lousã, o número único dos *Cadernos da Juventude*, publicado por uma editora de Coimbra, tendo um corpo de colaboradores em que só um poeta – Políbio Gomes dos Santos – não escreveu em *Sol Nascente*. No manifesto com que a revista francesa se apresentou, pode ler-se: “*Les Cahiers de la Jeunesse*, ao darem à juventude as armas ideológicas de que necessita para defender a sua vida e o seu futuro, permitir-lhe-ão o acesso à arte e à cultura que tornarão um bem próprio, que defenderá como defende o seu futuro e a sua liberdade” (“Manifeste”, *Cahiers de la Jeunesse*, n.º 1, 15.7.1937, p. 2). No “Prefácio” de *Cadernos da Juventude*, pode ler-se: “para nós, a juventude vale na medida em que possui a consciência da sua universalidade e a noção bem viva da sua posição no mundo como elemento essencial de fecunda transformação” (“Prefácio”, *Cadernos da Juventude*, Coimbra, Arménio Amado Editor, 1937, p. 6). O paralelismo é claro. Note-se, de passagem, que também a Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas editou, um pouco mais tarde, em Janeiro de 1939, uma publicação de circulação interna com o mesmo título (cf. José Pacheco Pereira, *op. cit.*, 2.º vol., pp. 378 e 379). Um segundo exemplo é dado pelo artigo de Mário Dionísio intitulado “Apontamento sobre a necessidade de ver claro”, publicado em *Sol Nascente*, n.º 26, de 15.3.1938. Foi o único artigo de reflexão teórica que Mário Dionísio publicou na revista. Desenhando um ponto de vista mais elaborado e complexo do que o da simples reprodução do discurso sobre a necessidade de uma arte social realista e empenhada, Mário Dionísio reconhecia que seria uma “pobre modificação das coisas” ver nos “fuzilamentos, nos coros guerreiros, numa bandeira ou vermelha ou branca” a expressão do valor da arte desejável, concluindo ser a “necessidade da modificação formal” evidente. Contudo, esta modificação seria uma aspiração de contornos indeterminados, pois só o novo homem e o novo mundo a poderiam definir: “como inventá-la, como descobri-la sem que corresponda a uma modificação integral do homem?”, interrogação a que respondeu com outra interrogação: “para quê e como inventá-la, se ela deve surgir espontaneamente, sem programa, excepto o de exteriorizar uma nova estrutura?” (Mário Dionísio, *loc. cit.*, p. 7). Ora, esta problemática e esta expectativa estavam presentes na reflexão francesa,

A relevância da literatura marxista francesa e dos exemplos de envolvimento de intelectuais na vida pública gaulesa deu-se a conhecer, nas páginas do quinzenário, sob formas muito variadas.

Tornou-se visível, em primeiro lugar, na publicação de traduções de pensadores marxistas franceses. Henri Lefebvre¹⁷⁰, Norbert Guterman¹⁷¹,

tendo-se colocado, por exemplo, a propósito de uma tela que retratava Lenine a falar ao povo, patente na Exposição da Association des Écrivains et Artistes Révolutionnaires (AEAR), em 1937, que reavivou, em algumas críticas, a perspectiva de que “a subordinação a um discurso e a emergência certa da revolução empurram a questão estética para o futuro, depois do nascimento de uma sociedade e de um homem novos” (Antoine Perrot, “Impasse et seuil: figures du réalisme dans les années trente”, in Jean-Paul Ameline (org.) *Face à l'Histoire 1933-1996. L'artiste moderne devant l'événement historique*, Paris, Flammarion – Centre Georges Pompidou, 1996, p. 135). Uma análise comparativa, conduzida de forma sistemática, entre as fontes francesas dos jovens marxistas portugueses e o discurso que desenvolvem no quinzenário não deixará de revelar a relação umbilical que os une. Ainda que possa retirar sentido de originalidade e dimensão própria aos escritos dos autores nacionais, apresentará a vantagem de permitir apreender a plena extensão do horizonte reflexivo em que fizeram a sua formação ideológica e cultural. É de notar, ainda que de passagem, que o problema da relação dialéctica entre a nova forma literária e artística e os novos conteúdos revolucionários, que conheceu neste artigo uma formulação significativa, representou um dos elementos constantes na história do neo-realismo, como a leitura de *A Arte, o Artista e a Sociedade*, que Álvaro Cunhal editou, 58 anos depois, em 1996, facilmente deixa perceber.

¹⁷⁰ Da autoria do filósofo marxista Henri Lefebvre, *Sol Nascente* começou por reproduzir um extenso artigo, dividido em cinco partes, sobre o conceito de dialéctica (Henri Lefebvre, “Que é a dialéctica?”, *Sol Nascente*, n.º 29, 15.5.1938, p. 4; n.º 30, 1.7.1938, pp. 14 e 15; n.º 31, 15.8.1938, p. 4; n.º 32, 1.12.1938, p. 11; n.º 33, 1.1.1939, pp. 11 e 12). Este artigo, que tinha sido originalmente publicado em *La Nouvelle Revue Française*, foi traduzido por Jofre Amaral Nogueira, após autorização do seu autor (cf. Alberto Vilaça, *op. cit.*, p. 201). Publicou, de seguida, um extracto de *La Conscience mystifiée*, que Lefebvre havia escrito com Norbert Guterman (N. Guterman e H. Lefebvre, “A decadência da cultura”, *Sol Nascente*, n.º 36, 1.5.1939, pp. 3 e 4). Ainda na mesma edição da revista, pode encontrar-se a transcrição avulsa de dois parágrafos, atribuídos a Lefebvre, sem título e sem indicação de fonte, ambos sobre a definição de cultura (p. 14). De *Nietzsche*, obra que Lefebvre dedicou ao filósofo alemão, transcreveu-se um extracto, traduzido e adaptado por José Augusto da Silva Martins (Henri Lefebvre, “A época e o destino de Nietzsche”, *Sol Nascente*, n.º 39, 15.10. 1939, pp. 3 e 4).

¹⁷¹ O nome do pensador polaco Norbert Guterman apareceu associado ao de Henri Lefebvre, como co-autor de *La Conscience mystifiée*.

Georges Friedmann¹⁷², Jean-Richard Bloch¹⁷³ e Paul Nizan¹⁷⁴ foram os autores mais considerados.

Pode observar-se, de seguida, na presença, umas vezes silenciosa e outras explicitada em citações, quer destes autores, quer dos que lhes estavam próximos, como Louis Aragon¹⁷⁵,

¹⁷² Da autoria de Georges Friedmann, a revista publicou a recensão ao VIII tomo da *Encyclopédie française*, dedicado à vida mental (Georges Friedmann, “Um grande livro de psicologia concreta”, *Sol Nascente*, n.º 34, 1.3.1939, pp. 3 e 4). *La crise du progrès* é uma obra deste pensador marxista, que se interessou especialmente pelas temáticas ligadas ao trabalho e à produção industriais, evocada com frequência e cujas teses mereceram aceitação. Por exemplo, Firminiano Cansado Gonsalves (Pedro Aguiar Nogueira) indicou-a como fundamento explícito de um seu artigo (cf. Pedro Aguiar Nogueira, “Técnicas de trabalho – Um novo movimento”, *Sol Nascente*, n.º 41, 15.12.1939, p. 15).

¹⁷³ De Jean-Richard Bloch, escritor, próximo de Romain Rolland, militante da Association des Écrivains et Artistes Révolutionnaires e membro da delegação francesa ao Primeiro Congresso dos Escritores Soviéticos, *Sol Nascente* publicou dois artigos: “Novo encontro de Romain Rolland e a França” (*Sol Nascente*, n.º 34, 1.3.1939, pp. 8 a 10) e “A técnica e a evolução da arte e da literatura” (*Sol Nascente*, n.º 35, 1.4.1939, p. 10).

¹⁷⁴ De Paul Nizan, que abandonara uma promissora carreira académica para se tornar um escritor e um pensador marxista militante e ácido, *Sol Nascente* publicou o artigo “Ambição do romance moderno”, traduzido dos *Cabiers de la Jeunesse* (*Sol Nascente*, n.º 42, 15. 1.1940, p. 3). Note-se, ainda, a presença disseminada dos marxistas franceses no quinzenário: no mesmo número, encontra-se um extenso parágrafo de Paul Nizan, como epígrafe de artigo doutrinário de Fernando Sá Marta (Luís Vieira, “Para uma explicação concreta dos intelectuais pseudo-livres”, p. 8), e uma longa transcrição de escrito do mesmo autor sobre o papel da revista trimestral *La Pensée* (p. 15).

¹⁷⁵ Os sinais da recepção dos escritos de Louis Aragon em *Sol Nascente* não se distinguem pela explicitação. Há, porém, testemunho inequívoco prestado por colaboradores da revista da adesão que a sua defesa do realismo socialista mereceu (Louis Aragon, *Pour un réalisme socialiste*, Paris, Les Éditions Denoël et Steele, 1935), por parte de Joaquim Namorado (cf. Luís Crespo de Andrade, *Sol Nascente. Da cultura republicana e anarquista ao neo-realismo*, Porto, Campo das Letras, 2007, p. 199). Conhecia-se *Commune*, revista da Association des Écrivains et des Artistes Révolutionnaires, de que Aragon foi o secretário de redacção, e que declarava, de acordo com o programa que acompanhava, em destacável, o número inaugural, que “a única luta capaz de transformar o mundo é a luta de classes, que a única revolução que reconhece é a revolução proletária” (*Commune*, n.º 1, 6.1933). Como se conhecia a restante actividade intelectual e política de Aragon, que o levou, nomeadamente, a dirigir, desde Março de 1937 até ao final de 1939, o quotidiano *Ce Soir*, próximo do Partido Comunista Francês.

Henri Barbusse¹⁷⁶, Georges Politzer¹⁷⁷, ou mesmo um pouco mais distantes no tempo, como Paul Lafargue¹⁷⁸, quer ainda de obras colectivas, designadamente *La Querelle du Réalisme*¹⁷⁹.

Manifestou-se, igualmente, na simpatia patente nas muitas referências circunstanciais que chamavam a atenção para revistas e outros empreendimentos editoriais franceses, como aconteceu com os periódicos *Europe*⁸⁰, *Clarté*¹⁸¹, *La*

¹⁷⁶ De Henri Barbusse, *Sol Nascente* publicou um curto texto literário sobre a Primeira Guerra Mundial e a vida nas trincheiras (*Sol Nascente*, n.º 42, 15.1.1940, p. 15). Joaquim Namorado citou-o, a propósito da polémica que o opôs a Romain Rolland, nos anos de 1921 e 1922, acerca do estatuto da intervenção intelectual, referindo que o autor de *Au-dessus de la mêlée* acabou por reconhecer a razão que assistiria ao romancista de *Feu* (Joaquim Namorado, "Romain Rolland", *Sol Nascente*, n.º 34, 1.3.1939, p. 9).

¹⁷⁷ Georges Politzer foi citado em nota não assinada ("Na linha quebrada da nossa época...", *Sol Nascente*, n.º 40, 15.11.1939, p. 2).

¹⁷⁸ Joaquim Namorado, que citou a recolha de artigos sobre literatura de Paul Lafargue intitulada *Critiques littéraires*, publicada em 1936 (cf. Joaquim Namorado, "Glória, uma aldeia do Ribatejo, por Alves Redol", *Sol Nascente*, n.º 41, 15.12.1939, p. 12), tinha o genro de Marx como tendo sido "quem pela primeira vez utiliza o *díamat* na crítica literária" (Joaquim Namorado, "Neo-romantismo – o sentido heróico da vida", *Sol Nascente*, n.º 43-44, 3.1940, p. 22).

¹⁷⁹ *La querelle du réalisme*, Paris, Éditions Sociales Internationales, 1936. Neste volume, encontram-se reproduzidas intervenções de artistas e de críticos em dois debates organizados pela Association des Peintres et Sculpteurs, com que a Maison de la Culture iniciou, na Primavera de 1936, a sua actividade. De acordo com Pascal Ory, esta obra, coligida pelo omnipresente Louis Aragon, secretário-geral das Maisons de Culture, constituiu "o principal texto de referência da Frente Popular sobre as artes plásticas" (Pascal Ory, *La belle illusion. Culture et politique sous le signe du Front populaire 1935-1938*, Paris, Éditions Plon, 1994, p. 124). Em *Sol Nascente*, foram transcritos os testemunhos de Amédée Ozenfant ("Depoimento", *Sol Nascente*, n.º 35, 1.4.1939, p. 7) e de Antonio Berni (Antonio Berni, "Depoimento", *Sol Nascente*, n.º 35, 1.4.1939, p. 7).

¹⁸⁰ Numa edição, *Sol Nascente* publicitou um inquérito promovido pela *Europe* (*Sol Nascente*, n.º 37, 1.6.1939, p. 13) e, na edição seguinte, destacou alguns artigos do próximo número desta revista francesa (*Sol Nascente*, n.º 38, 15.8.1939, p. 11). A *Europe*, que se editava desde 1923, inicialmente próxima de Romain Rolland e de uma atitude intelectual que advogava a independência de espírito, passou, na segunda metade da década de trinta, para uma orientação convergente com a do Partido Comunista Francês (vide Géraldi Leroy e Anne Roche, *Les écrivains et le Front populaire*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1986, pp. 129 a 142).

¹⁸¹ "A bela revista 'Clarté' que se publica em França", assim a qualificou a redacção de *Sol Nascente* (*Sol Nascente*, n.º 43-44, 3.1940, p. 7). Retomando o título da revista lançada por Henri Barbusse, que se editara entre 1919 e 1928, *Clarté* era, à época, o órgão mensal do Comité Mundial Contra a Guerra e o Fascismo, promovido e apoiado pela Internacional Comunista.

*Pensée*¹⁸², *Les Volontaires*¹⁸³ e *Commune*¹⁸⁴ (que já havia publicado duas tomadas de posição de intelectuais portugueses¹⁸⁵), bem como com numeroso conjunto de livros publicados nas Éditions Sociales Internationales¹⁸⁶.

¹⁸² Ainda que na sua primeira fase, anterior à ocupação da França pelo exército alemão, *La Pensée*, dirigida por Paul Langevin e Georges Cogniot, tivesse publicado somente três números, encontramos em *Sol Nascente* quatro notas a seu respeito. Na primeira, anunciava-se a saída do número inaugural (*Sol Nascente*, n.º 37, 1.6.1939, p. 13); na segunda, transcreveu-se um elogio a Ribot, a propósito da tentativa de criar uma psicologia científica, em oposição às críticas que Henri Bergson lhe dirigira (*Sol Nascente*, n.º 40, 15.11.1939, p. 15); na terceira, falou-se, citando Paul Nizan, da revista como porta-voz de um ofensiva contra o obscurantismo (*Sol Nascente*, n.º 42, 15.1.1940, p. 15); na quarta, apresentou-se o sumário do seu terceiro número (*Sol Nascente*, n.º 43-44, Março de 1940, p. 7). Criada com o apoio do próprio Georges Dimitrov, secretário-geral da III Internacional, como Georges Cogniot, seu director e membro do CC do PCF, testemunhou (cf. Frédérique Matonti, “La Pensée”, in Jacques Julliard e Michel Winock, *Dictionnaire des intellectuels français*, Paris, Seuil, 1996, p. 870), a “revista do racionalismo moderno” distinguiu-se das restantes publicações citadas por o seu corpo de redactores ser constituído, em grande parte, por reputados cientistas, muitos dos quais reunidos na Union des Intellectuels Français, como Paul Langevin, Frédéric Joliot-Curie e Henri Wallon.

¹⁸³ Cf. *Sol Nascente*, n.º 39, 15.10.1939, p. 15. Vide p. 469.

¹⁸⁴ Na Primavera de 1935, *Commune* colocou a questão de saber “où va la peinture?” (*Commune*, n.º 21, 5.1935, p. 937 e ss.; n.º 22, 6.1935, p. 1118 e ss.), face à qual uma trintena de pintores, entre os quais Amédée Ozenfant e Antonio Berni, tomaram posição. Na Primavera de 1939, *Sol Nascente* interroga “para onde vai a pintura?” e reproduz os depoimentos dos dois artistas plásticos citados (que haviam sido incluídos igualmente no volume colectivo *Querelle du Réalisme*), a que acrescentou, em edições subsequentes, os pontos de vista de Abel Salazar, expresso no derradeiro texto que publicou no quinzenário, e de João Alberto (cf. *Sol Nascente*, n.º 35, 1.4.1939, p. 7; n.º 36, 1.5.1939, p. 6; n.º 38, 15.8.1939, p. 4).

¹⁸⁵ Assinada “Étudiants révolutionnaires de la Faculté de Lettres de Lisbonne”, a primeira tomada de posição consiste numa homenagem a Romain Rolland, por ocasião seu septuagésimo aniversário, e surge ao lado de outros oito textos comemorativos da efeméride, com destaque para os de M. Gorki, G. Dimitrov, S. Zweig e W. Frank (*Commune*, n.º 31, 3.1936, p. 789). A segunda tomada de posição reproduz um telegrama de “calorosa fraternidade” assinado pelo Comité Português da Associação Internacional dos Escritores para a Defesa da Cultura dirigido à secção espanhola da AIEDC (*Commune*, n.º 38, 10.1936, p. 237).

¹⁸⁶ As Éditions Sociales Internationales, dirigidas por Léon Moussinac, foram a grande casa editora criada pelo Partido Comunista Francês para divulgar o que entendia ser a cultura revolucionária. Editaram as revistas *Commune* e *La Pensée*, criaram a colecção “Ciment”, para difundir as narrativas do realismo socialista, propalaram o pensamento marxista-leninista, nos diferentes domínios do combate ideológico. Em *Sol Nascente*, encontram-se quer a recensão, frequentemente extensa, de obras publicadas por esta editora, designada, com destaque, por “E. S. I., de Paris” (vg., Fernando Seabra, “Darwin, de

A proximidade do cenário ideológico francês viu-se vivamente encurtada pelo papel desempenhado por muitos intelectuais franceses, na parte ocidental do velho continente, na concretização da “adição prática e logicamente organizada do elemento intelectual e artístico à estratégia da Internacional”, segundo palavras do próprio Anatoli Lunatcharski¹⁸⁷, nomeado por Lenine como Comissário do Povo para as questões culturais.

Após a criação, por ocasião da comemoração do décimo aniversário da Revolução de Outubro, de uma internacional de escritores e artistas¹⁸⁸ e de alguns momentos difíceis em que parte dos intelectuais comunistas gauleses se viu envolvida, designadamente Henri Barbusse e o seu quotidiano *Monde*¹⁸⁹, os meios culturais franceses, onde a adesão ao comunismo conheceu, nos anos trinta, uma evolução rápida e aguerrida¹⁹⁰,

Marcel Prenant”, *Sol Nascente*, n.º 31, 15.8.1939, p. 3; Rodrigo Soares, “Commune mesure, chroniques de Renaud Jouvanel”, *Sol Nascente*, n.º 37, 1.6.1939, p. 13), quer a notícia de títulos, recentes ou próximos, do seu catálogo (cf. *Sol Nascente*, n.º 37, 1.6.1939, p. 13; n.º 38, 15.8.1939, p. 11; n.º 39, 15.10.1939, p. 15; n.º 40, 15.11.1939, p. 15).

¹⁸⁷ Citado por Yves Santamaria, “Henri Barbusse”, in Jacques Julliard e Michel Winock (dir.), *Dictionnaire des Intellectuels français*, Paris, Éditions du Seuil, 1996, p. 109.

¹⁸⁸ Sobre a tentativa de criação de uma internacional dos escritores revolucionários, durante a década de vinte e a primeira metade da de trinta, paralela à Internacional Comunista, veja-se Jean-Pierre Morel, *Le roman insupportable. L'internationale littéraire et la France (1920-1932)*, Paris, Éditions Gallimard, 1985.

¹⁸⁹ O jornal *Monde*, fundado e dirigido por Henri Barbusse, foi visado no Congresso de Kharkov, promovido pelo Secretariado Internacional da Literatura Proletária, em Novembro de 1930, sendo acusado, nos termos de uma das resoluções aprovadas, de ser “o promotor das ideologias hostis ao proletariado” (Jean-Pierre Morel, *op. cit.*, p. 377).

¹⁹⁰ Em contraste com as sequelas insanáveis dos desaires sofridos pelos partidos comunistas de vários países da Europa Central durante os anos vinte, o Partido Comunista Francês conheceu um rápido crescimento em meados da década de trinta, passando de 28 825 membros, em 1933, para 288 483, em 1936 (cf. Wolfgang Klein, *Commune. Revue pour la défense de la culture (1933-1939)*, Paris, Éditions du Centre Nationale de Recherche Scientifique, 1988, p. 6), num processo de “verdadeiro recomeço (...) em que uma nova geração de militantes revive o entusiasmo que havia impellido os que lhe eram mais velhos para a Internacional de Moscovo” (Pierre Daix, *Les hérétiques du PCF*, Paris, Éditions Robert Laffont, 1980, p. 125). Simultaneamente, as associações e organizações culturais de orientação ou influência comunista cresceram a ritmo semelhante, passando dos 550 membros da Associação de Escritores e Artistas Revolucionários, em Agosto de 1933, para os 73 000 membros das Maisons de la Culture, contabilizados por Aragon, em Fevereiro de 1937 (cf. Pascal Ory, *La belle illusion. Culture et politique sous le signe du Front populaire 1935-1938*, Paris, Éditions Plon, 1994, p. 122).

foram laboratório e vitrine das iniciativas e dos sucessos mais relevantes do empenho comunista, promovido, directa e indirectamente, pelos dirigentes soviéticos, em chamar homens das letras, das artes e, mesmo, das ciências a acções de propaganda e de pressão política colectivas, destinadas, através de diferentes organizações internacionais e respectivas secções nacionais, a prolongar-se no tempo em conformidade com a pertinência política que lhes era atribuída.

O Movimento Amesterdão-Pleyel foi uma destas organizações. A designação justapõe duas iniciativas, neste caso, dois congressos, o primeiro realizado em Amesterdão, nos finais de Agosto de 1932, contra a guerra e o imperialismo, o segundo contra o fascismo, levado a cabo em Paris, na sala de espectáculos denominada com o apelido do compositor e pianista discípulo de Joseph Haydn, em Junho de 1933. Os homens de cultura que responderam aos apelos convocatórios, encabeçados por escritores de renome, associados a figuras públicas provenientes de outras esferas de actividade, desempenharam um papel simbólico relevante na criação deste movimento antifascista híbrido e inicial, que ganhou, posteriormente, com os comités “Paz e Liberdade”, um carácter de massas e um papel que se queria interveniente no *Front populaire*.

Mais perto do tempo *Sol Nascente*, esteve o Congresso Internacional de Escritores para a Defesa da Cultura, reunido em Paris de 21 a 25 de Junho de 1935, para o qual convergiram quase noventa escritores prestigiados e com origem, formação cultural e orientação estética muito diversificadas. A Associação Internacional dos Escritores para a Defesa da Cultura¹⁹¹, de que Louis Aragon foi secretário-geral, e que dispôs de dezanove delegações nacionais¹⁹², ficou constituída na fase final dos trabalhos do Congresso.

¹⁹¹ Referida pela redacção de *Sol Nascente* a propósito da execução do dramaturgo alemão Ernst Toller (cf. *Sol Nascente*, n.º 38, 15.8.1939, p. 11).

¹⁹² Como síntese da sucessão das fases e das orientações políticas comunistas respeitantes às letras e aos intelectuais no período compreendido entre a Conferência Internacional de Escritores Proletários e Revolucionários, realizada em Moscovo, no ano de 1927, de que a criação da União Internacional dos Escritores Revolucionários (UIER) foi uma dos resultados principais, e da época subsequente à constituição da Associação Internacional dos Escritores para a Defesa da Cultura (AIEDC), no Congresso Internacional para a Defesa da Cultura, que teve lugar em Paris no Verão de 1935, bem como do seu reflexo nos meios comunistas franceses, veja-se Wolfgang Klein, *Commune. Revue pour la défense de la culture (1933-1939)*, Paris, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1988, p. 9 e ss. Assinalemos, a este propósito, dois episódios simbólicos:

Uma das figuras de renome, convertida em emblema da perspectiva de responsabilidade intelectual que se pretendia incentivar, foi a de Romain Rolland. Pacifista, professor na Sorbonne, escritor distinguido com o Prémio Nobel da Literatura, em 1916, o autor de *Jean-Christophe* e de *L'âme enchantée* conferiu a auréola do decano prestigiado das letras francesas ao estatuto de escritor politicamente comprometido¹⁹³, ou, como passou a dizer-se a partir de então, em França e um pouco por todo o mundo, ao *engagement*¹⁹⁴. Não tendo aderido, em algum momento, ao Partido Comunista, tornou-se, durante a década de 30, a figura exemplar do *compagnon de route*, do não-comunista que se empenhava, na medida em que reconhecia razão e pertinência aos seguidores de Marx e de Lenine, em emprestar o seu prestígio, e a sua pena, às iniciativas com que os comunistas pretenderam fazer que a autoridade e a estima social de que os homens de cultura desfrutavam revertesse a favor dos desígnios políticos por que se batiam.

A argumentação que lhe conferiu esta dimensão simbólica encontra-se, aliás, explanada, de forma relativamente extensa, no número comemorativo do segundo aniversário de *Sol Nascente* que lhe foi dedicado.

após a fundação da AIEDC, a UIER foi dissolvida (19 de Dezembro de 1935); a revista *Commune*, que tinha tido, entre 1932 e 1936, como subtítulo *revue de l'Association des écrivains et artistes révolutionnaires*, viu-o alterado para *revue littéraire française pour la défense de la culture*, nas edições publicadas de 1936 a 1939. A orientação política internacional comunista para os intelectuais passou, assim, do domínio declarada e restritamente comunista e proletário para o âmbito de um movimento de escritores antifascistas de renome, criado e dirigido segundo a perspectiva de identificar simbolicamente a actividade comunista e a *intelligentsia* mundial.

¹⁹³ Esta condição ficou consagrada com a eleição de Romain Rolland, conjuntamente com Henri Barbusse e André Gide, dois escritores mais novos, mas da sua geração, para a presidência da Associação Internacional dos Escritores para a Defesa da Cultura, que era constituída por mais nove autores com outras origens. Por morte de Henri Barbusse, ainda em 1935, e o afastamento de André Gide, na sequência da polémica criada em torno da publicação, no final de 1936, de *Retour de l'URSS*, Romain Rolland passou a ser o único francês na presidência da Associação, que, em 1937, convocou para Madrid o seu II Congresso (cf. Pascal Ory e Jean-François Sirinelli, *Les intellectuels en France, de l'Affaire Dreyfus à nos jours*, Paris, Armand Colin, 1986, p. 100).

¹⁹⁴ A expressão foi vulgarizada, a partir de 1933, por Jean Guéhenno, escritor e secretário de redacção da revista *Europe* (cf. Wolfgang Klein, *Commune. Revue pour la défense de la culture (1933-1939)*, Paris, Éditions du Centre National de Recherche Scientifique, 1988, p. 87).

António Ramos de Almeida agradeceu-lhe ter aberto “como poucos ou ninguém (...) de par em par as portas da nova consciência e da nova moral”, tendo, assim, dado a ver “a responsabilidade da nossa acção e da nossa conduta”¹⁹⁵.

Já Joaquim Namorado escreveu, a seu respeito, “não existir manifestação de carácter humanista em que não intervenha”, ao mesmo tempo que subscrevia, implicitamente, o teor das proposições que o escritor francês considerava definirem o seu “duplo pensamento fundamental: o primeiro é a comunhão com todos os seres vivos (...) o segundo é a indivisibilidade do pensamento e da acção”, o que tinha levado a concluir, em frase severa que o poeta conimbricense apreciava e passou a tomar para si, repetindo-a em diferentes ocasiões, que “todo o pensamento que não age ou é um aborto ou uma traição”¹⁹⁶.

Ora, o ensinamento que os jovens intelectuais comunistas de *Sol Nascente* recolheram de todo este vasto conjunto de fontes e de referências doutrinárias foi, em primeiro lugar, o preceito da unidade do pensamento e da acção, de uma acção que no essencial os transcendia, pois desenvolver-se-ia simultaneamente um pouco por todo o planeta, num conjunto muito variado de manifestações.

Na linguagem comunista da época, esta acção consubstancia a revolução proletária mundial, que em meados da década de trinta passou decididamente de uma época de “classe contra classe” para um momento de defesa de “uma larga frente popular antifascista, tendo por base a frente única proletária”¹⁹⁷, a qual não se destinava, como transparece da designação, a salvaguardar as “liberdades burguesas”, nem perdia de vista a hegemonia política comunista e a tomada revolucionária do poder, mas perspectivava tão-só a concretização faseada destes objectivos através de um sistema de alianças políticas e sociais mais amplo do que a aliança entre operários e camponeses.

¹⁹⁵ António Ramos de Almeida, “Carta a Romain Rolland”, *Sol Nascente*, n.º 34, 1.3.1939, p. 5.

¹⁹⁶ Joaquim Namorado, “Romain Rolland”, *Sol Nascente*, n.º 34, 1.3.1939, p. 9.

¹⁹⁷ A mudança de orientação tática foi aprovada no VII Congresso da Internacional Comunista, que se realizou em Moscovo, com início em 25 de Julho de 1935. A expressão consta no célebre relatório que Georges Dimitrov – eleito, durante os trabalhos, secretário-geral da Internacional Comunista – apresentou (cf. Pierre Broué, *Histoire de l'Internationale Communiste. 1919-1943*, Paris, Fayard, 1997, p. 662).

Num outro plano e num segundo discurso, com linguagem mais consensual, dirigido aos que estavam próximos dos comunistas, ou que estes supunham poderem vir a estar-lhes próximos, o imperativo de acção surgiu determinado por argumentos de ética intelectual, inerentes à consciência política e social dos homens das letras, das artes e do conhecimento, enunciados em nome da cultura e do combate à barbárie representada pelo fascismo e pela guerra.

Num envolvimento geral que se apresentava a si próprio como aspecto fundamental da “profunda identidade entre um homem e a sua época”¹⁹⁸, a tomada de consciência e a resposta aos dilemas contemporâneos implicaria, necessariamente, estima pela União Soviética, aceitação, explícita ou implícita, da sua política interna e externa, colaboração activa e benévola nas iniciativas promovidas pelos comunistas.

A seu modo, o próprio pensamento pertinente, enquanto leitura próxima do mundo e da vida, transcendia os intelectuais comprometidos, pois não se estava face a um movimento de ideias que se distinguisse por apelar à autonomia teórica ou reflexiva, nem, consequentemente, à pluralidade de pontos de vista, mas, antes, perante um discurso que tinha padrões oficiosos, mesmo oficiais, consignas rigidamente definidas, sumidades internacionais respeitadas, umas investidas de autoridade simbólica, com destaque para Máximo Gorki e Romain Rolland, e outras detentoras do essencial do poder político e ideológico, como se verificava com os dirigentes partidários¹⁹⁹.

¹⁹⁸ A expressão, a propósito de Romain Rolland, é de Joaquim Namorado (*loc. cit.* p. 8).

¹⁹⁹ Sendo que, nos casos em que as autoridades se sentiram questionadas, recorreram aos instrumentos de que dispunham para fazer valer o seu poder. Toda a divergência teórica e política passou a ficar sob a alçada de uma possível retaliação, independentemente do mérito, como pensador e militante, atribuível ao passado de cada um. Foi, de resto, o que aconteceu a Paul Nizan, Georges Friedmann e Henri Lefebvre, três das principais referências teóricas da redacção da revista. O caso de Paul Nizan ficou célebre. Por ter criticado o elogio do Pacto Germano-Soviético pelo Partido Comunista Francês e ter tornado públicas as razões do seu afastamento deste partido, aquele que a redacção de *Sol Nascente* tinha por símbolo do “homem que chega” (*Sol Nascente*, n.º 38, 15.8.1939, p. 12) foi, de seguida, acusado, em texto de Maurice Thorez publicado em *L’Humanité*, de ser agente policial e recordado, nas décadas seguintes, como tal, só tendo sido feita justiça à sua memória em 1960, com o prefácio que Jean-Paul Sartre escreveu para a reedição de *Aden Arabie*. Georges Friedmann, após a publicação, em 1938, de *Sainte Russie*, em que critica alguns aspectos da vida política soviética, viu-se excluído dos meios intelectuais comunistas. Henri Lefebvre só mais tarde, por meados da década de cinquenta, viveu um conflito com alcance similar – apesar de ter passado por outras vicissitudes – ao ser declarado “revisionista” e simpatizante do idealismo hegeliano, o que conduziu à sua exclusão da revista *Nouvelle Critique* e à suspensão da sua actividade partidária (*vide* p. 387).

O que não ultrapassava o corpo coeso de redactores da revista era a conjugação do pensamento e da acção nas circunstâncias particulares em que se situavam e em que a sua actividade decorria.

Quando se lê ter *Sol Nascente* ganho “consistência ideológica, rigidez de conduta, uma unidade que lhe era necessária para bem cumprir a sua missão”²⁰⁰, o que sobressai é que o valor da coerência fundamentada das representações e da firmeza da acção era inerente ao desempenho de uma missão.

Tratava-se, obviamente, de um labor preciso, a desenvolver em contexto local e nacional, através de um conjunto de iniciativas próprias.

A definição, assim como o cumprimento, desta missão firmou-se em três premissas fundamentais.

Por um lado, estava-se crente de que “não há realmente renovação sem consciência renovadora”²⁰¹. Quer na enunciação quer no sentido, este pressuposto trazia consigo a evocação implícita do argumento de que “não há movimento revolucionário sem teoria revolucionária”²⁰². A distância que mediaría entre o desejo de justiça e a consumação e consolidação de uma nova realidade social seria dada pela diferença que iria do simples e espontâneo anseio revolucionário ao combate conduzido de acordo com concepção teórica adequada. É importante notar que o papel decisivo atribuído à teoria não revelava uma perspectiva de discernimento intelectual auto-suficiente, já que a consciência renovadora não era “reduzível a uma ideia ou a um conjunto de ideias”. Pelo contrário, seria na dialéctica com a acção que a sua natureza se definiria, uma vez que a consciência renovadora era “sobretudo uma decidida e esclarecida disposição para acção”, já que as ideias seriam “meios – só as realidades justificam a sua aceitação e só os factos vividos em identidade com elas são verdadeira prova da sua eficácia”²⁰³.

Acreditava-se, por outro lado, que às revistas competia “um papel de direcção e de esclarecimento dos passos dos homens”, pedindo-se-lhes que tocassem “os verdadeiros problemas angustiantes, mostrando que as suas soluções se impõem de uma forma cada vez mais insofismável”²⁰⁴. Estas asserções

²⁰⁰ “No terceiro aniversário de ‘Sol Nascente’”, *Sol Nascente*, n.º 43-44, 3.1940, p. 2.

²⁰¹ “Na linha quebrada da nossa época...”, *Sol Nascente*, n.º 35, 1.4.1939, p. 9.

²⁰² Lenine, entre outros, recorreu a esta expressão em diferentes ocasiões, designadamente em *Que Fazer?* (cf. Lénine, *Oeuvres*, t. 5, Paris-Moscovo, Éd. Sociales-Éd. du Progrès, 1973, p. 377).

²⁰³ “Na linha quebrada da nossa época...”, *Sol Nascente*, n.º 35, 1.4.1939, p. 9.

²⁰⁴ “Na linha quebrada da nossa época...”, *Sol Nascente*, n.º 38, 15.8.1939, p. 12.

teriam tido, naturalmente, expressão reflectida de imediato no quinzenário: *Sol Nascente* possuiria “a consciência bem nítida das responsabilidades de orientação intelectual que lhe cabem”²⁰⁵. Supunha-se que aqueles que tinham uma consciência renovadora teriam um dever de orientação, nos termos do conhecimento da “solução geral” de que se diziam conhecedores²⁰⁶. Deste modo, a acção que se pedia ao corpo redactorial era a de converter as suas representações em guias efectivos de acção colectiva, tanto pela crítica da falsa consciência quanto pelo esclarecimento tido por efectivo da consciência dos leitores.

Por fim, encontramos a convicção de que a actividade pedida à redacção tinha teor e âmbito nacionais. O saber em que a consciência renovadora assentaria seria universal, a revolução antevia-se mundial, o desempenho das publicações periódicas como guia de acção estava generalizado, mas a pertinência efectiva de cada revista definir-se-ia na relação que estabelecesse com o meio cultural e político em que fazia sentir a sua presença. Competir-lhe-ia unir o conceptual ao concreto, demonstrar como os juízos gerais iluminariam as situações próximas e como a análise das circunstâncias vividas conduziria à confirmação da justeza das concepções fundamentais. Ora, este trabalho, para ser persuasivo e eficaz, diferenciava-se de acordo com as particularidades políticas e culturais de cada comunidade nacional, à escala da qual, aliás, se encontrava instituída a vida política e se concebia a própria transformação revolucionária.

Agir em coerência, no quadro dos imperativos que o pensamento ditava à acção, tal como resultava destes pressupostos, levou a que se definisse a missão de combate ideológico como o desígnio próprio da publicação.

Tratou-se de uma incumbência reconhecida de forma explícita. Jofre Amaral Nogueira (Albertino Gouveia) escreveu que “a luta ideológica contribui imenso para o desenrolar dos acontecimentos”²⁰⁷. No mesmo sentido, pode ler-se, em editorial, que a revista “tem consciência bem nítida das responsabilidades de orientação intelectual que lhe cabem”, no âmbito próprio do que se propõe ser,

²⁰⁵ “No 3.º Aniversário de ‘Sol Nascente’”, *Sol Nascente*, n.º 43-44, 3.1940, p. 2.

²⁰⁶ Em nota escrita em nome da revista, pode ler-se: “conhecemos a solução geral mas não desprezamos qualquer aquisição particular de progresso” (“‘Sol Nascente’ e o ‘Núcleo Pedagógico de Antero de Quental’”, *Sol Nascente*, n.º 39, 15.10.1939, p. 4).

²⁰⁷ Albertino Gouveia, “O económico na história”, *Sol Nascente*, n.º 42, 15.1.1940, p. 4.

“um pensamento positivo e actuante, o cabouqueiro de uma arte sem mistificações e duma mentalidade propulsonadora”²⁰⁸.

A relevância que a redacção atribuía ao papel que se via a desempenhar, como contributo específico para “a integração do homem na realidade, a integração do artista na vida, a realização integral dum novo mundo”²⁰⁹, foi suficiente para que se tenha pretendido elevar a revista, nas palavras com que qualificou o alcance da sua missão, à condição de “exponente das grandes forças da nossa história”²¹⁰.

Com o proselitismo próprio dos que acreditavam conhecer antecipadamente o feliz desenlace dos grandes dilemas humanos e com a intransigência inerente a quem julgava que a eficácia da acção estava dependente da fidelidade estrita a uma concepção definida da realidade presente e futura, o combate ideológico foi desenvolvido, nas páginas do quinzenário, de acordo com desígnios estratégicos bem definidos.

O primeiro respeitou à divulgação do “pensamento jovem” que animava os redactores, o segundo à crítica das manifestações ideológicas a que estes se opunham, designadamente às que tinham relevância nos meios oposicionistas e cultos da época, o terceiro à formação de um movimento que atraísse intelectuais, escritores e artistas à causa revolucionária, de modo a ampliar, através das suas obras, a difusão do corpo conceptual e simbólico das convicções compartilhadas.

Por outras palavras, o combate ideológico evoluiu em três sentidos: a divulgação do marxismo, a crítica ao pensamento das principais figuras da *Seara Nova* e da *Presença*, a gestação e a promoção do neo-realismo.

A literatura que converteu a obra de Marx e de Engels em codificação ideológica teve na década de trinta um período de grande fulgor²¹¹.

²⁰⁸ “No 3.º Aniversário de ‘Sol Nascente’”, *Sol Nascente*, n.º 43-44, 3.1940, p. 2.

²⁰⁹ “Simplistas?”, *Sol Nascente*, n.º 39, 15.10.1939, p. 16.

²¹⁰ “No 3.º Aniversário de ‘Sol Nascente’”, *Sol Nascente*, n.º 43-44, 3.1940, p. 2.

²¹¹ O manual *A Teoria do Materialismo Histórico. Ensaio popular de sociologia marxista*, de Nicolai Bukharine, que tinha tido na URSS uma grande circulação, e *ABC do Comunismo*, que Nicolai Bukharine redigiu com Evgeni Preobrajenski, conheceram também no Ocidente grande divulgação. Na segunda metade da década de 1930, editou-se *Materialismo Dialéctico e Materialismo Histórico*, de Estaline, *Le Matérialisme Dialectique*, de Henri Lefebvre, bem como teve lugar o curso de Georges Politzer, publicado, depois da guerra, com o título *Principes élémentaires de philosophie*.

Como é próprio do género, esta conversão deu à leitura do pensamento que divulgava um tom definitivo, ao não lhe conferir uma dimensão problemática, mas, antes, unívoca e irrevogável.

Por regra, não só se pressupôs que o pensamento teórico revolucionário se deixava codificar num conjunto de teses e de fórmulas acessíveis à generalidade dos seus adeptos potenciais, como também se viu na actividade de divulgação um exercício prático decorrente da doutrina que se divulgava, o que conduziu, com frequência, a que ao teor do pensamento divulgado se associasse, de acordo com um catálogo variado de modalidades, a reafirmação da sua pertinência na actualidade.

Deste modo, a divulgação ideológica apresentava a vantagem, relativamente ao momento em que fazia sentir o seu efeito, de permitir *actualizar* o pensamento que tomava por referência matricial, na medida em que os termos da exposição doutrinária passaram a atender à pertinência que revelariam na interpretação da situação presente, ou seja, na formulação dos dilemas e dos combates actuais ou próximos.

Apesar de ter transcrito em *Sol Nascente* um texto de Karl Marx e de Friedrich Engels²¹², a redacção da revista optou por publicitar o pensamento atribuído a estes autores através de textos de divulgação recentes²¹³, com destaque para um extenso artigo acerca da dialéctica, de Henri Lefebvre²¹⁴, dividido em cinco

²¹² Karl Friedrich, "Idealismo e materialismo", *Sol Nascente*, n.º 38, 15.8.1939, p. 3. A indicação da autoria, através da junção dos nomes próprios dos dois autores, destina-se a evitar o corte do artigo por parte dos Serviços de Censura. No texto publicado, reuniram-se dois trechos de *A Ideologia Alemã* – que conhecera as suas primeiras edições na década de trinta – que se haviam tornado célebres. Neles, define-se a ideologia como uma representação invertida da relação entre as ideias e a actividade material e defende-se, em frase que passou a ser frequentemente citada, que "não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência" (cf. Karl Marx e Friedrich Engels, *L'idéologie allemande*, Paris, Éditions Sociales, 1976, pp. 14, 15, 19, 20 e 21).

²¹³ Arquimedes da Silva Santos, colaborador episódico do quinzenário, pôs, em testemunho muito posterior, em dúvida que os jovens fundadores do movimento cultural neo-realista conhecessem o pensamento de Marx e de Engels através da leitura cuidada das suas obras, o que, a seu ver, não teria acontecido (*vide supra*, p. 55).

²¹⁴ Henri Lefebvre, "Que é a dialéctica?", *Sol Nascente*, n.º 29, 15.5.1938, p. 4; n.º 30, 1.7.1938, pp. 14 e 15; n.º 31, 15.8.1938, p. 4; n.º 32, 1.12.1938, p. 11; n.º 33, 1.1.1939, pp. 11 e 12. O artigo opõe a dialéctica à metafísica, num arco temporal que vai da consciência mítica aos escritos de Lenine (identificado pelas iniciais W. I. U.), passando pela "visão criadora de Maxengel" (Karl Marx e Friedrich Engels). Alonga-se em considerações sobre o pensamento hegeliano, detém-se na análise do conceito de *praxis* e acaba por concluir que rejeitar a dialéctica "é rejeitar talvez a ambição de viver – a esperança e o desejo de viver humanamente".

partes, e para dois trechos de *O Materialismo Dialéctico e o Materialismo Histórico, de Estaline*²¹⁵.

Com âmbito temático mais restrito, encontramos um lote significativo de artigos em que os próprios redactores de *Sol Nascente* expuseram conceitos, argumentos e teses do corpo ideológico em que inseriam a sua reflexão e integravam o seu agir.

É o que se pode verificar, por exemplo, nos artigos “A técnica na evolução social”, de Armando Bacelar (Carlos Relvas)²¹⁶, “O económico na história”, de Jofre Amaral Nogueira (Albertino Gouveia)²¹⁷, “Acerca do idealismo” e “É a natureza dialéctica?”, ambos de Egídio Namorado (Alves Moura)²¹⁸, como, aliás, os títulos, só por si, sugerem.

A explanação ideológica teve ainda lugar na elucidação, muito frequente, dos principais conceitos desta versão do prontuário marxista, que encontramos nos artigos de crítica às concepções a que os redactores portugueses e os autores traduzidos se opuseram, exactamente em seu nome. Foi um procedimento que ficou disseminado pelo conjunto das edições da revista durante o período de Coimbra e que cumpriu, por si próprio, a função, quase didáctica, de fixar as constelações de noções que estruturam a linguagem do universo ideológico em que os adeptos do comunismo se moviam.

Tratou-se, aliás, de um propósito cultivado com coerência e perseverança, nas diferentes manifestações de divulgação da leitura marxista explanada, pois, do seu apuro geral, resultou um leque reduzido de noções e de argumentos fundamen-

²¹⁵ G. C., “Que é o método dialéctico?”, *Sol Nascente*, n.º 40, 15.11.1939, p. 11; Gabriel Coutinho, “Leis do desenvolvimento histórico”, *Sol Nascente*, n.º 45, 15.4.1940, pp. 8 e 9. Como os títulos atribuídos aos trechos indicam, expôs-se, no primeiro, uma súpula do materialismo dialéctico e, no segundo, a chave da interpretação do processo histórico. Quanto à dialéctica materialista, que, na nota introdutória da redacção da revista, se considera ser “o método mais comprovado e aquele que é a técnica do progresso humano”, encontramos enunciados, em vinte parágrafos, os seus princípios e as suas aplicações, concluindo-se que “é sendo-se materialista dialéctico que se é bom filósofo” e que “tal teoria tem como força a própria força da marcha objectiva da história”. No que respeita ao materialismo histórico, esclarece-se que a lei científica que nos dá a conhecer a constante do desenvolvimento da sociedade se define no quadro das relações entre o modo de produção, o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, sendo as forças de produção o elemento mais “móvel”, mais “transformador” e “determinante” do desenvolvimento da produção.

²¹⁶ Carlos Relvas, “A técnica na evolução social”, *Sol Nascente*, n.º 35, 1.4.1939, p. 3.

²¹⁷ Albertino Gouveia, “O económico na história”, *Sol Nascente*, n.º 42, 15.1.1940, pp. 4 e 5.

²¹⁸ Alves Moura, “Acerca do idealismo”, *Sol Nascente*, n.º 45, 15.4.1940, pp. 4 e 5.

tais de que os diferentes autores não se afastaram, antes retomaram, reafirmaram e ilustraram metódica e repetidamente.

O corpo ideológico era dado por constituído. Não se tratava de regressar problemáticamente às suas teses, de reflectir com sentido crítico e autocrítico a seu propósito, mas de o aplicar como guia seguro e testado do atrevimento revolucionário²¹⁹.

A sùmula marxista produzida por esta divulgação estruturou-se segundo um esquema didascàlico de relações antitéticas, o que, no jogo de claro e escuro dos preceitos firmados, apresentava duas vantagens relevantes; por um lado, distinguiu com aparente nitidez o domínio ideológico marxista do das representações a que este se opunha, através da determinação supostamente precisa de linhas de recorte e contraste; por outro lado, facultava os quesitos que permitiriam aos adeptos da doutrina revolucionária avaliar e classificar os diferentes discursos com que se confrontavam.

Neste epítome, frequentemente apresentado como método universal, opunha-se o materialismo ao idealismo, no plano ontológico e no plano gnosiológico; a dialéctica à metafísica; o materialismo dialéctico ao materialismo mecanicista; a *praxis* à dicotomia entre teoria e prática; a atenção ao concreto aos enunciados abstractos e gerais; o significado histórico da filosofia, da moral e da religião aos argumentos da sua legitimação; a classe ascendente à classe decadente; o socialismo científico ao socialismo utópico.

Por intermédio destas noções dicotómicas, cada um ficaria armado com o cànone prático do materialismo dialéctico²²⁰, tornando-se, supostamente, capaz de

²¹⁹ Um comentário de Jean-Jacques Brochier ao pensamento filosófico de Paul Nizan mereceria, na época, aceitação generalizada: “o marxismo não tem valor senão por ser a expressão da vontade proletária, portadora da revolução, não por simplesmente permitir compreender o mundo presente e futuro” (Jean-Jacques Brochier, in *Paul Nizan, intellectuel communiste 1926-1940*, Paris, La Découverte, 2001, p. 19).

²²⁰ É de notar que este esquema de classificação não correspondia a um simples vade-mécum popular, mas presidia igualmente à produção soviética erudita e académica, como facilmente se pode verificar, por exemplo, através da consulta de qualquer uma das edições do dicionário filosófico editado pela Academia das Ciências da URSS. Apesar de diferentes entre si, no que respeita à inclusão e exclusão de conceitos e de autores, em conformidade com as circunstâncias políticas, todas as edições apresentam e avaliam invariavelmente os autores considerados a partir dos critérios de classificação indicados. Note-se, marginalmente, que este procedimento metodológico

discernir o significado histórico dos diferentes discursos, de apreender o sentido da realidade social em que se movia, de responder, com fundamento ideológico, aos grandes dilemas e de tomar decisões de forma esclarecida²²¹.

Retomaria, em uso mais ou menos privado, os procedimentos que via aplicados na revista, designadamente na actividade crítica que nesta se desenvolveu, fosse de forma circunstancial, fosse ao visar o pensamento e a obra literária dos autores eleitos como alvos estratégicos.

A redacção da revista exemplificou-os, muitas vezes através de juízos sumários, como se verificou em duas recensões, que se encontram lado a lado numa das edições do último meio ano de publicação. Na apreciação a *Homem, Trabalho e Salário*, de Rodrigues Júnior, este autor foi acusado por Fernando Sá Marta (Luís Vieira) de encarar “as questões de um modo abstracto, idealista, chegando mesmo a ser metafísico”, faltando-lhe “um método positivo, realista de interpretar a vida, a história e o mundo (e esse método é, para nós, o materialismo dialéctico)”, pelo que o crítico julgou inútil enumerar “todos os pontos de discordância, porque a discordância nos pontos particulares resulta directamente dessa diferença de posições”²²². Na mesma página, Fernando Pinto Loureiro (Eduardo Reis), ao apreciar a *Nova Ciência de Punir*, de Vasco da Gama Fernandes, acusou o seu autor igualmente da falta de “um método moderno de trabalho”, classificando-o como sendo “um dos últimos defensores entre nós da ideologia vaga e confusa dos que reduzem a mecânica da história aos antagonismos simplistas entre a liberdade abstracta e a tirania abstracta, sem ver a luta de interesses materiais e sem compreender a importância das barreiras sociais”, ao mesmo tempo que apontou, como “principal erro a que conduz a sua posição idealista e o seu método

não foi alheio aos juízos de Bento de Jesus Caraça sobre Platão, em *Conceitos Fundamentais da Matemática*, obra datada de 1941, nem à polémica que o opôs, a seu propósito, a António Sérgio.

²²¹ De acordo com Fernando Sá Marta, a apropriação deste método, indispensável para cada um analisar de forma esclarecida a sua condição, revelaria redobrada premência entre as mulheres, já que “às mulheres portuguesas falta sobretudo humanidade”, na medida em que “desconhecem aquilo que na vida dos povos há de mais profundo e essencial, porque a bem dizer não têm uma concepção da vida nem um método para interpretar a realidade” (Luís Vieira, “Acerca da mulher portuguesa”, *Sol Nascente*, n.º 33, 1.1.1939, p. 6).

²²² L. V., *Sol Nascente*, n.º 40, 15.11.1939, p. 14.

metafísico”, o facto de explicar a criminalidade por razões biopsicológicas, engano que teria evitado se “seguisse o método dialéctico e, portanto, considerasse a criminalidade *em movimento*, no seu devir histórico, e *nas suas relações*, integrada no todo da vida social”²²³.

Como estes dois exemplos deixam entrever, a propalação ideológica, assente na aplicação dos critérios presentes no formulário geral referido, foi acompanhada por uma crítica sistemática, de que estas duas recensões, sobre livros acabados de publicar, são peças menores, ainda que ilustrativas do vigor e dos critérios que lhe presidiam.

O combate em defesa das concepções marxistas teve no ataque ao pensamento e à arte, a que os redactores da revista se opunham, uma componente de primeiro plano, talvez a mais visível junto dos seus contemporâneos e certamente decisiva na estratégia de conquista e ascendente nos meios cultos oposicionistas.

A própria redacção esclareceu que a revista se impôs “a missão de criticar sistematicamente todas as ideologias que nos pareçam criticáveis”, ao mesmo tempo que anunciava visar, desde logo, a “solução cooperativista-tecnocrática do Sr. António Sérgio” e apontava a “concepção de cultura do Sr. João Gaspar Simões”, o “purismo estético do Sr. José Régio”, o “psicologismo do Sr. José Bacelar”²²⁴ igualmente como alvos.

Também a intransigência de julgamento ficou claramente afirmada:

A crítica é incompatível com a tolerância. Criticar é conhecer as contradições das coisas e denunciá-las. A crítica verdadeira não deve perder-se em compromissos dúbios. “A crítica deve ir até à execução” – disse Georges Politzer.²²⁵

Ainda que visando diferentes azimutes ideológicos, a actividade crítica que a revista desenvolveu orientou-se prioritariamente contra as doutrinas filosóficas, políticas e estéticas que estiveram na origem e que prevaleciam na *Seara Nova* e na *Presença*, tomando por alvo aspectos da reflexão das suas figuras mais representativas.

²²³ Eduardo Reis, “Nova Ciência de Punir, por Vasco da Gama Fernandes”, *Sol Nascente*, n.º 40, 15.11.1939, p. 14.

²²⁴ “Esclarecendo”, *Sol Nascente*, n.º 37, 1.6.1939, p. 2.

²²⁵ “Na linha quebrada da nossa época...”, *Sol Nascente*, n.º 40, 15.11.1939, p. 2.

Os movimentos a que estas duas revistas tinham dado expressão representavam, inequivocamente, num caso, a manifestação proeminente e conceituada da cultura política oposicionista, em que a quase totalidade dos intelectuais adversos ao regime político publicava de forma regular, e, noutro caso, o movimento literário mais destacado e inovador da década de 1930, que dera a conhecer uma nova geração de escritores, ao mesmo tempo que consagrara definitivamente a estatura poética de Fernando Pessoa e de Mário de Sá-Carneiro.

Os atributos da colaboração que reuniram, o prestígio de que desfrutaram e a receptividade que acompanhou estas revistas alçandoraram-nos à condição de órgãos culturais que a parte da população mais envolvida nas questões do pensamento, da literatura e da arte acompanhava atentamente.

Representam o *establishment*²⁶. Não, obviamente, a ordem política e cultural instituída, mas a que prevalecia no universo de publicações daqueles que se lhe opunham, mesmo que, em alguns casos, à margem da sua actividade específica e só a título de integridade cívica, por tomarem as questões da cultura e das artes como sendo de ordem distinta das do governo da cidade.

Deste modo, o confronto entre a geração de menos de trinta anos e a dos que tinham mais de quarenta, declarado no artigo que serviu de manifesto à fase conimbricense do quinzenário, foi, na sua letra, um conflito de concepções²⁷ tidas

²⁶ Recorremos a uma expressão de Alexandre Pinheiro Torres que, após interrogar-se sobre qual o interlocutor com que os neo-realistas, no seu ímpeto polémico, se podiam confrontar, responde: “no plano literário, ela [a polémica] só poderia estabelecer-se contra aquele tipo de literatura ou autores que se haviam consagrado – e estes eram os da revista *Presença* (1927-1940) – e não só consagrado como se haviam tornado no novo *establishment*” (Alexandre Pinheiro Torres, *O Movimento Neo-Realista em Portugal na Sua Primeira Fase*, Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977, p. 20). Simultaneamente, no plano das grandes concepções, os seareiros desempenhavam, na época, conforme testemunharam os próprios redactores do quinzenário, um papel similar: “Como corrente ideológica, a *Seara Nova* era sem dúvida a mais importante, apesar da grande perda sofrida com o afastamento forçado de Raul Proença” (Joaquim Namorado, “Breves notas sobre a personalidade e a obra de Redol”, *Vértice*, n.º 322-323, 10-11.1970, p. 914).

²⁷ O papel da nova geração e a introdução de uma nova consciência caminhariam a par: “podemos, pois, dizer que esta revista se apoia em necessidades e anseios de uma geração e constitui o meio de alicerçar entre nós uma cultura e um pensamento” (“No Segundo Aniversário de ‘Sol Nascente’”, *Sol Nascente*, n.º 34, 1.3.1939, p. 2).

por radicalmente opostas, ainda que, simultaneamente, as qualidades literárias, o mérito intelectual e, mesmo, o prestígio cívico daqueles que se contraditavam tenham sido, na maioria dos casos, ressalvados.

O afrontamento crítico, que prolongou uma longa tradição marxista de formulação e de afirmação de convicções doutrinárias próprias através da refutação de pontos de vista alheios, conheceu então lances argutos, marcantes e eficazes.

Visaram-se os autores mais representativos, elegeram-se algumas afirmações suscetíveis de serem convertidas em figurações do seu pensamento, refutou-se o seu teor, num exercício incisivo de aplicação da argumentação marxista em voga. Procurou-se, simultaneamente, reduzir o apuro da confrontação a uma dimensão simbólica, mesmo caricatural, passível de associação perdurável e corrosiva à evocação dos visados.

Este procedimento, que se repetiu meticulosamente durante o último ano de publicação da revista, ficou esboçado logo nos primeiros confrontos em que os autores marxistas do quinzenário visaram o pensamento daqueles que dirigiam a *Seara Nova* e a *Presença*.

Ganhou forma nas polémicas que opuseram Jofre Amaral Nogueira a António Sérgio²²⁸, e Armando Martins Janeira (Mando Martins) a José Régio²²⁹, travadas ainda durante o período portuense do quinzenário.

²²⁸ Na primeira polémica, foi o próprio materialismo dialéctico que se discutiu. A instigação teve origem, neste caso, na verve polémica de António Sérgio, ao sustentar ser contraditório aceitar-se que as ideias são reflexos do mundo material, na consciência humana, e defender-se, simultaneamente, que estas agem sobre aquele (cf. António Sérgio, “Tese e antítese nos sonetos de Antero”, *Revista de Portugal*, n.º 1, 10.1937, pp. 16 a 32). Jofre Amaral Nogueira não perdeu, na resposta, a oportunidade para expor a natureza dialéctica do materialismo que defendia (cf. Jofre Amaral Nogueira, “Carta ao Sr. António Sérgio”, *Sol Nascente*, n.º 19, 15.11.1937, p. 7), aproveitando, de seguida, a réplica de António Sérgio (António Sérgio, “Temas para meditação”, *Seara Nova*, n.º 537, 27.11.1937, pp. 196 e 197) para completar esta exposição (cf. Jofre Amaral Nogueira, “Comentário para compreender”, *Sol Nascente*, n.º 21, 15.12.1937, pp. 6 e 7).

²²⁹ A polémica entre Armando Martins Janeira e José Régio desenrolou-se em três lances. O crítico de *Sol Nascente* censurou Régio por se limitar a testemunhar uma “constante obcecação de si”, fazendo votos que se tornasse “mais social e comunicativo, a olhar para o mundo, porque há muitas dores além da sua” (Mando Martins, “José Régio – Casais Monteiro, poetas”, *Sol Nascente*, n.º 20, 1.12.1937, p. 13). O poeta da *Presença* replicou, alegando que “não é por mim que a minha arte realmente se interessa: é pelo homem, mesmo sem maiúscula”, ao mesmo tempo que sugeria ao seu crítico que se libertasse de “lugares-comuns, juízos simplistas e preconceitos de origem

Já na troca de razões entre Amorim de Carvalho e João Gaspar Simões, o tom foi distinto, o que se explica, certamente, por se estar face a uma colaboração episódica, de articulista alheio ao corpo de redactores e de colaboradores regulares da publicação, além de incidir sobre questões com contornos circunstanciais²³⁰.

Estas três polémicas foram, aliás, as únicas que os críticos marxistas conseguiram sustentar na revista.

Apesar de redobrem os reptos, em farpas porfiadas e com incitamentos insistentes, os novos redactores deixaram de obter resposta das figuras nacionais que instigavam ao confronto de ideias, o que deu, aliás, lugar a manifestações de agastamento em que revelavam tanto a frustração quanto a recriminação que o silêncio alheio lhes provocava²³¹.

A *Seara Nova* foi visada em artigos de crítica que se dirigiram quer ao corpo de convicções em que o seu programa radicava, a pretexto da edição de *Páginas de Política*, de Raul Proença²³², quer ao pensamento de António Sérgio, que era, na

político-social" (José Régio, "Carta ao Senhor Mando Martins", *Sol Nascente*, n.º 21, 15.12.1937, p. 11). O articulista do quinzenário, que, entretanto, passou a assinar Armando Martins, encerrou a contenda com uma tréplica, que pouco acrescentou à substância do que estava dito (Armando Martins, "Resposta a José Régio, que é carta aos mais escritores portugueses", *Sol Nascente*, n.º 24, 1.2.1938, p. 14).

²³⁰ A polémica foi desencadeada por algumas considerações de João Gaspar Simões acerca do livro *Através da Obra do sr. António Botto*, de Amorim de Carvalho, publicadas no *Diário de Lisboa*, em 28 de Abril de 1938. A ausência de relações "pessoais ou literárias" com a redacção de *Sol Nascente* foi referida pelo próprio Amorim de Carvalho, ao agradecer "o acolhimento imparcial" que encontrou no quinzenário (Amorim de Carvalho, "Resposta ao sr. João Gaspar Simões, pedindo a discussão honesta", *Sol Nascente*, n.º 30, 1.7.1938, p. 5), o qual lhe permitiu acusar o crítico presencista de falta de honestidade e de método. ("Resposta ao sr. João Gaspar Simões II – O sr. Gaspar Simões, o bom-senso e a poesia", *Sol Nascente*, n.º 31, 15.8.1938, p. 10).

²³¹ Fernando Pinto Loureiro, por exemplo, interrogou: "qual a razão do seu [João Gaspar Simões] silêncio desta vez?"; e adiantou uma possível explicação: "não lhe merecerei eu ou não lhe merecerá esta revista a honra de uma resposta?"; que desdobrou noutra eventual razão: "terá resolvido não me responder por me achar de má fé?" (Rodrigo Soares, "A cultura e a vida III", *Sol Nascente*, n.º 38, 15.8.1939, p. 5).

²³² *Páginas de Política*, de Raul Proença, foram publicadas pela editora da *Seara Nova* em duas séries, a primeira, com prefácio de Câmara Reis, em 1938, e a segunda, com extenso e relevante prómio do autor, em 1939.

época, a figura tutelar da sua redacção, além de desempenhar, entre 1934 e 1939, as funções de director-delegado da revista sediada no Chiado, editada, então, com periodicidade semanal.

Fernando Sá Marta (Luís Vieira), partindo da verificação de que “Raul Proença como polemista e doutrinador e a *Seara Nova* quase se identificaram”, e salvaguardando a “bela lição de civismo” deste fundador da publicação e membro proeminente do seu corpo directivo, criticou o fundamento da doutrina e da acção dos *seareiros*, tomando como referência o texto de apresentação programática que abriu o número inaugural da revista (reproduzido e assinado no segundo volume de *Páginas de Política*).

Ao suporem que o protesto organizado das elites conseguiria “desviar os políticos corruptos, as ‘clientelas’, as ‘oligarquias plutocráticas’ e os ‘caciques’ dos seus propósitos, a ponto de ‘desgostarem de si próprios’ e darem a mão à palmatória”, os homens da *Seara Nova* seriam, segundo as palavras do crítico marxista, “completamente incapazes de nos indicar um caminho seguro para a resolução dos problemas”, já que agiriam como “moralistas, verberando a governação e os nossos costumes políticos” e como “idealistas, criticando as doutrinas e ideias pela lógica”.

Faltar-lhes-ia, ainda de acordo com o estudante de leis conimbricense, “uma atitude verdadeiramente científica, positiva”, pois manter-se-iam alheados do reconhecimento de que “os males sociais podem ser cientificamente explicados e por isso mesmo cientificamente combatidos”²³³.

Se Proença só foi visado nesta ocasião, já Sérgio, verdadeiro símbolo vivo e próximo da *revista de doutrina e crítica*, foi o autor mais frequentemente fustigado pela argumentação e pela mordacidade da redacção de *Sol Nascente*, muitas vezes em artigos que não se encontram assinados e que ocuparam páginas nobres, manifestando, assim, o relevo que se conferia à crítica dos seus pontos de vista doutrinários²³⁴.

²³³ Luís Vieira, “A propósito das ‘Páginas de Política’ (2.ª Série) de Raul Proença”, *Sol Nascente*, n.º 38, 15.8.1939, pp. 2 e 5.

²³⁴ Cf. “Rota do progresso”, *Sol Nascente*, n.º 35, 1.4.1939, p. 2; “Esclarecendo”, *Sol Nascente*, n.º 37, 1.6.1939, pp. 2 e 15; “É a técnica inimiga do homem?”, *Sol Nascente*, n.º 39, 15.10.1939, pp. 8 e 9; “Esclarecendo ainda”, *Sol Nascente*, n.º 40, 15.11.1939, p. 2; “O sr. António Sérgio falou...”, *Sol Nascente*, n.º 43-44, 3.1940, p. 2; Albertino Gouveia, “Introdução ao estudo da Filosofia”, de McTaggart”, *Sol Nascente*, n.º 43-44, 3.1940, pp. 7 e 22.

Os jovens adeptos do socialismo científico interpretaram o pensamento de Sérgio como expressão de “utopismo cooperativista-tecnocrático”²³⁵, inerente ao anúncio de uma ordem social que se distinguiria pela abundância, resultante do desenvolvimento técnico, e pela extinção da ideia do lucro, que acompanharia a generalização das cooperativas de produção e de consumo.

Esta expectativa estaria “destinada irremediavelmente ao fracasso”²³⁶, sendo própria de um iludido e de um ingénuo: “um iludido enquanto não vê que o idealismo é um processo de falsificação dos problemas humanos; um ingénuo enquanto acredita credulamente nas soluções puramente teóricas dos problemas concretos”²³⁷.

Ao supor que “a única realidade são as ideias”²³⁸ e ao não considerar que “a possibilidade técnica da realização da abundância está condicionada pela posse e utilização colectiva dos grandes meios de produção (terra, subsolo, indústria, transportes)”, bem como ao acreditar que aqueles “a quem a utilização privada desses meios de produção garante um lucro estivessem dispostos a privar-se dele”²³⁹, António Sérgio advogaria uma doutrina que se encontrava “em contradição com as condições históricas a que se destina”, na medida em que omitia quer “as condições concretas da vida económica”, quer o “quadro inevitável em que têm de desenrolar-se todas as transformações sociais”²⁴⁰.

À crítica dos argumentos, os jovens redactores de *Sol Nascente* acrescentaram o labéu de cunho caricatural. A eventualidade sugerida pelo divulgador do cooperativismo de se “ajoelhar diante de todos os homens para os convencer dos benefícios da técnica moderna” passou a ser apresentado como reconhecimento implícito da fragilidade intrínseca dos seus intentos e como estigma cáustico com que se pretendeu marcar a sua figura²⁴¹.

²³⁵ “Esclarecendo ainda”, *Sol Nascente*, n.º 40, 15.11.1939, p. 2.

²³⁶ “Rota do progresso”, *Sol Nascente*, n.º 35, 1.4.1939, p. 2.

²³⁷ “Esclarecendo”, *Sol Nascente*, n.º 37, 1.6.1939, p. 2.

²³⁸ *Ibidem*.

²³⁹ “Esclarecendo ainda”, *Sol Nascente*, n.º 40, 15.11.1939, p. 2.

²⁴⁰ “Esclarecendo”, *Sol Nascente*, n.º 37, 1.6.1939, p. 15.

²⁴¹ “É a técnica inimiga do homem?”, *Sol Nascente*, n.º 39, 15.10.1939, p. 9.

Se a refutação das concepções dos intelectuais que dirigiram a *Seara Nova* atingiu duas das principais autoridades do pensamento político e social da época, a desaprovação do escritor mais representativo e do crítico literário mais empenhado da *Presença* visou os fundamentos culturais da corrente literária e artística mais profícua e estimada nos anos posteriores à Ditadura Militar e à concomitante Revolução Nacional²⁴².

O nó das questões que, a seu respeito, se colocaram girou em torno da utilidade da literatura, das artes e da cultura.

Foi entretecido, desde logo, por Armando Martins Janeira: os poemas de Régio “são belos como esses objectos de luxo das salas de visitas ricas, muito belos mas inúteis para qualquer coisa”²⁴³. Como nesta comparação se deixou insinuado e no corpo do artigo se explicitou, esta inutilidade só na aparência era social e politicamente neutra, pois “toda a arte é propaganda de ideias”²⁴⁴, e, como tal, uma deformação cultural, porque mediada por representações intelectuais, retrógradas ou progressistas, da realidade²⁴⁵.

A perspectiva geral presente nestas apreciações – que refutava os argumentos da “arte pela arte” e sustentava o desígnio da “arte social” – ganhou, aos olhos dos que as subscreveram, tanto maior veemência quanto mais dramáticas se apresentavam as circunstâncias com que se viam confrontados. Os grandes conflitos e os momentos tidos como historicamente decisivos conferiram-lhe o realce próprio dos dilemas iniludíveis.

Foi esse, aliás, o tom que atravessou o artigo “Numa encruzilhada dos homens”, que Álvaro Cunhal dedicou à poesia de José Régio, inicialmente publicado

²⁴² Jorge de Sena registou, a este propósito, num dos seus diários de juventude: “minha definição da campanha do *Sol Nascente* contra ‘a presença’: foram os primeiros que gritaram – ‘O rei vai nu’” (Jorge de Sena, *Diários*, Porto, Edições Caixotim, 2004, p. 39).

²⁴³ Mando Martins, “José Régio – Casais Monteiro. Poetas”, *Sol Nascente*, n.º 20, 1.12.1937, p. 13.

²⁴⁴ *Idem, ibidem*.

²⁴⁵ As questões abordadas não foram, no seu sentido geral, originais. Já em Março de 1935, José Rodrigues Miguéis as havia colocado e o autor de *O Jogo da Cabra Cega* lhes havia respondido, facto a que, aliás, aludiu, ainda que implicitamente, na sua réplica a Mando Martins (cf. Fernando Guimarães, *A Poesia da Presença e o Aparecimento do Neo-Realismo*, Porto, Editorial Inova, 1969, p. 107).

na *Seara Nova*²⁴⁶ e reproduzido, de seguida, pela redacção de *Sol Nascente* nas páginas do quinzenário²⁴⁷.

Ano e meio após a publicação do artigo de Armando Martins, escreveu Álvaro Cunhal:

Tenho José Régio como um dos mais poderosos e capazes poetas portugueses contemporâneos (...) Mas tenho também José Régio, a sua poesia, o conteúdo da sua poesia, como uma expressão dolorosa da fuga, do cansaço, da renúncia, daqueles que não têm força e sensibilidade para permanecerem corajosamente onde se digladiam as multidões. A poesia de José Régio exalta uma posição (e até uma atitude) condenável, fracassada e decadente. Por isso deve ser combatida.²⁴⁸

Na obra de Régio, encontraram-se os traços da literatura e da arte, que se rejeitavam : esteticismo, próprio da consideração da obra artística como um fim em

²⁴⁶ Cf. Álvaro Cunhal, “Numa encruzilhada dos homens (A propósito das *Cartas Intemporais*, de José Régio publicadas na *Seara Nova* n.ºs 608 e 609)”, *Seara Nova*, n.º 615, 27.5.1939, pp. 285 a 287. O curto espaço de tempo que mediou entre a data de edição do artigo de Álvaro Cunhal na *Seara Nova* (27.5.1939) e a data da edição de *Sol Nascente* em que é reproduzido (1.6.1939) permitiria colocar a hipótese de a redacção conimbricense o conhecer antes de ser tornado público, já que o cumprimento das tarefas inerentes à feitura da revista (aprovação pelos Serviços de Censura em Lisboa, composição no Porto, revisão em Coimbra, impressão no Porto) não seria viável em tão curtos dias. Porém, a explicação para esta aparente proximidade temporal é muito provavelmente outra, resultante da discrepância entre a data de edição que consta no cabeçalho do quinzenário – muito irregular, no seu período conimbricense – e a sua efectiva publicação. A particularidade de a reedição do artigo, na revista impressa no Porto, conter um erro de composição, e de teor, igual ao que se encontra na sua versão original indicia-o claramente. Em artigo um pouco posterior, que *Sol Nascente* não reproduz, Álvaro Cunhal lamentou e corrigiu esse lapso, ao mesmo tempo que complementou com novas considerações a crítica à poesia de José Régio que havia desenvolvido (Álvaro Cunhal, “Ainda na encruzilhada”, *Seara Nova*, n.º 626, 12.8.1938, pp. 151 a 154).

²⁴⁷ A redacção justificou a transcrição exactamente pela natureza do momento que se vivia, ao afirmar que o artigo “define com uma grande clareza a posição de todos aqueles que, como nós, sentem a importância e a gravidade do momento que passa e por isso não podem senão rejeitar o ponto de vista puramente estético do autor das *Cartas Intemporais*” (*Sol Nascente*, n.º 37, 1.6.1939, p. 11).

²⁴⁸ Álvaro Cunhal, “Numa encruzilhada dos homens”, *Sol Nascente*, n.º 37, 1.6.1939, p. 7.

si; subjectivismo, inseparável das temáticas centradas na condição individual do autor; modernismo, inerente à procura incessante da novidade expressiva.

Num intento mais amplo, quanto à temática, mas similar, no que respeita ao seu sentido, a crítica a João Gaspar Simões girou, no artigo mais significativo e extenso que tomou os seus escritos por objecto, em torno do préstimo, social e político, da cultura²⁴⁹.

Ao invés do crítico literário do *Diário de Lisboa*, que distinguia entre os problemas da cultura e os problemas da vida, tomando os primeiros como sendo mais importantes e os segundos como sendo mais instantes, Fernando Pinto Loureiro advogou que a cultura era um aspecto da totalidade da vida, estabelecendo uma relação dialéctica entre ambas, de tal modo que a cultura “nasce na vida e exerce a sua acção sobre a vida”²⁵⁰, ao mesmo tempo que “nunca se poderá esperar o progresso da cultura sem uma transformação da vida”²⁵¹. Separar a cultura da vida seria, a seu ver, um acto de mistificação²⁵², próprio de quem estava “impregnado até à medula de ‘cultura’ burguesa e de pensamento idealista abstracto, possuído, mesmo, pela voragem subjectivista e pela fobia da realidade social”²⁵³.

A par da atenção crítica prestada às figuras proeminentes das duas principais revistas doutrinárias da época em que *Sol Nascente* fez o seu trajecto, encontramos, nas páginas do quinzenário marxista, muitas outras expressões de intransigência polémica, atingindo um leque variado de autores. Entre estes, e para além dos já referidos Rodrigues Júnior e Vasco da Gama Fernandes, encontraram-se o

²⁴⁹ Referimo-nos ao artigo “A cultura e a vida” de Fernando Pinto Loureiro (Rodrigo Soares), que se desdobra em três partes (*Sol Nascente*, n.º 36, 1.5.1939, p. 14; n.º 37, 1.6.1939, p. 14; n.º 38, 15.8.1939, p. 5). Acerca do teor desta crítica, *vide infra*, p. 318 e ss. Os escritos de João Gaspar Simões foram objecto de crítica na revista, noutras ocasiões, nomeadamente a propósito do seu ensaio sobre a poesia de António Nobre (António Ramos de Almeida, “António Nobre, precursor da poesia moderna, de João Gaspar Simões”, *Sol Nascente*, n.º 40, 15.11.1939, p. 15) e de “Diálogos inúteis”, artigo em que apresentou uma definição grosseira de materialismo, próxima da posse de bens materiais, ao mesmo tempo que associou a felicidade aos bens espirituais (Pedro Vilar, “Filósofos de meia tigela”, *Sol Nascente*, n.º 45, 15.4.1940, pp. 8, 9 e 14).

²⁵⁰ Rodrigo Soares, “A cultura e a vida II”, *Sol Nascente*, n.º 37, 1.6.1939, p. 14.

²⁵¹ Rodrigo Soares, “A cultura e a vida I”, *Sol Nascente*, n.º 36, 1.5.1939, p. 14.

²⁵² Cf. Rodrigo Soares, “A cultura e a vida III”, *Sol Nascente*, n.º 38, 15.8.1939, p. 5.

²⁵³ Rodrigo Soares, “A cultura e a vida I”, *Sol Nascente*, n.º 36, 1.5.1939, p. 14.

romancista de formação libertária Ferreira de Castro, acusado de “naturalismo”²⁵⁴, Irene Lisboa, que escrevera ser João Gaspar Simões “o pai da crítica portuguesa”²⁵⁵, o “mistificador” Sílvio Lima, visado em diversas oportunidades²⁵⁶, Vieira de Almeida, classificado como “símbolo do charlatanismo e da pseudo-profundidade impante”²⁵⁷, o “ingênuo”, “idealista” e “contraditório” eng. Cunha Leal²⁵⁸.

O realce conferido ao intenso antagonismo polémico, na tentativa diligente e persistente de afirmar um novo corpo ideológico, teve, entre os seus resultados mais relevantes, o efeito de conferir uma coloração próxima às concepções defendidas, que surgiram e se impuseram como relevando tanto, ou mais, da sua pertinência no meio cultural português, quanto da leitura de autores soviéticos e franceses a que, de facto, remontavam²⁵⁹.

Não tendo residido no âmbito doutrinário ou reflexivo, já que a nova visão dos dias e dos trabalhos foi acolhida como estando constituída, nem no domínio literário e artístico, ainda incipiente, a competência revelada pelos jovens universitários que elaboraram a revista no seu período conimbricense assentou na pertinência incisiva que os levou a afirmar com sentido da oportunidade, estatura própria e alcance estratégico as concepções que defendiam através da refutação do pensamento das figuras maiores da geração anterior.

A relevância do socialismo científico decorreu da denúncia da ingenuidade e da ilusão atribuídas ao cooperativismo, dito utópico, de António Sérgio. A legitimação da chamada arte social radicou na refutação da poesia recolhida e ensinada de José Régio.

²⁵⁴ Cf. Joaquim Namorado, “Do neo-romantismo: o sentido heróico da vida na obra de Jorge Amado”, *Sol Nascente*, n.º 43-44, 3.1940, p. 22.

²⁵⁵ Cf. “Exageros meridionais...”, *Sol Nascente*, n.º 37, 1.6.1939, p. 16.

²⁵⁶ Cf. “Antologia da asneira”, *Sol Nascente*, n.º 30, 1.7.1938, p. 15; “Esclarecendo”, *Sol Nascente*, n.º 37, 1.6.1939, p. 15; “Movimento literário”, *Sol Nascente*, n.º 43-44, 3.1940, p. 24; Fernando Seabra, “Duas concepções do desporto”, *Sol Nascente*, n.º 45, 15.4.1940, p. 6.

²⁵⁷ Rodrigo Soares, “O dr. Vieira d’ Almeida falou”, *Sol Nascente*, n.º 45, 15.4.1940, p. 7.

²⁵⁸ Pedro Vilar, “A filosofia do ponto de vista”, *Sol Nascente*, n.º 43-44, 3.1940, p. 18.

²⁵⁹ Com uma franqueza relativamente invulgar, Rui Feijó (Rui Monteiro) considerou, implicitamente, esta inserção nacional, ao escrever, a propósito da acção da sua geração, que “poder-se-ia dizer que é mais um movimento de inspiração estrangeira”, o que não corresponderia, só por si, à verdade, já que “a própria natureza da nova doutrina, embora tivesse sido importada, obriga-nos a estudar a nossa realidade”, além de, simultaneamente, não se poder negar que “um movimento com a importância e a extensão que este tem desde já deve corresponder a uma base nacional de factos concretos” (Rui Monteiro, “Razões que nos separam”, *Pensamento*, n.º 148, 15.8.1940, p. 370).

Assim, o “pensamento jovem”, que a revista reclamava para si, não irrompeu na vida nacional como resultado de uma simples adopção de um novo corpo ideológico, recebido de autores estrangeiros, mas surgiu, no mesmo gesto, inserido na própria realidade portuguesa, valendo pelo valor intrínseco dos argumentos na situação cultural e política em que o país vivia.

A convocação de autores estrangeiros, que poderia suscitar a reserva inerente à introdução de um corpo alheio de convicções dogmáticas, ganhou, pelo contrário, a premência inerente à elucidação dos termos e dos conflitos da realidade concreta e próxima através da racionalidade presente num novo discurso de fundo teórico e com valor universal.

Os redactores da revista acabaram por fruir, em consequência, de um duplo estatuto. Por um lado, foram introdutores, em Portugal, de uma visão doutrinária e literária nova, ao darem à exposição do marxismo e ao combate ideológico realizado em seu nome extensão e contornos idóneos e inéditos. Por outro lado, foram intérpretes, à luz do método materialista dialéctico, da realidade portuguesa, quer como críticos da cultura do seu tempo, quer como parte de uma nova corrente cultural. Esta dualidade permitiu-lhes passar a aludir a seu respeito a cada uma destas condições, conforme aquela que tivessem, a cada momento, por mais adequada. A reiteração dos princípios e a fidelidade ao movimento comunista internacional aconselhavam a evocar o primeiro destes estatutos, o que motivou que os redactores da revista viessem a surgir, explícita e posteriormente, definidos como defensores do realismo socialista²⁶⁰. Já a perspectiva política de congregação oposicionista aconselharia a destacar o valor intrínseco da leitura da realidade portuguesa e dos imperativos de intervenção política, social e cultural que dela decorreriam, segundo a perspectiva de um discurso autónomo, de contornos estabelecidos e delimitados pelos próprios autores, como ocorreu na generalidade dos casos em que o movimento cultural neo-realista se contemplou, ou foi olhado, nos seus limites nacionais.

O esforço de divulgação do marxismo e o ímpeto crítico e revolucionário que lhe conferiu sentido incisivo foram acompanhados pelo desígnio, bem-sucedido, de criar uma política cultural em que as convicções ideológicas da nova

²⁶⁰ Cf., v.g., Alexandre Pinheiro Torres, *O Neo-Realismo Literário Português*, Lisboa, Moraes Editora, 1977, p. 15.

geração se plasmassem em instrumentos adequados à sua propagação, de preferência junto da generalidade da população.

A concretização deste fito pressupôs, aos olhos da redacção da revista, a passagem do realce atribuído ao discurso conceptual para a tónica conferida à literatura e à arte, enquanto domínios de produção e de transmissão das diferentes visões do mundo e da vida.

Para o português com percurso escolar elementar, a imagem e a narrativa, com razões e emoções encenadas em registos concretos, revestir-se-ia de uma acessibilidade que o discurso abstracto lhe vedava. Simultaneamente, aqueles que acediam à argumentação teriam a possibilidade de encontrar na literatura e na arte, que se lhe subordinava, exemplificação próxima, viva, corroborante e imaginativa da sua pertinência. Uns e outros passariam a viver numa atmosfera envolvente em que as creanças se definiam, reviam e consolidavam na multiplicidade das principais manifestações culturais, não só na codificação doutrinária, prosaica e esquemática, mas também em personagens literárias, figurações simbólicas, ardor e ritmo de canções colectivas.

Tanto quanto à inscrição do marxismo na cultura portuguesa e à vigilância e crítica ideológicas, foi à edificação de uma nova literatura e arte que os jovens autores marxistas foram chamados.

O mérito reservado à criatividade, à capacidade de conceber e produzir com originalidade, riqueza e talento, residual no discurso conceptual, passou, assim, a ser conferido aos escritores e aos artistas.

Não se trataria de nada de novo. A literatura e a arte teriam ilustrado, sempre, visões do mundo e, por essa via, servido os intervenientes e os poderes que, a cada momento, se confrontaram. Entre os exemplos recentes, encontrar-se-iam quer a tradição revolucionária russa do século XIX²⁶¹, quer a evolução dos movi-

²⁶¹ Nicolas Tchernychevski, autor do célebre romance *Que Fazer?*, citado por Alves Redol ("O romance brasileiro e José Lins do Rego", *Sol Nascente*, n.º 34, 1.3.1939, p. 12), foi uma figura tutelar dos revolucionários russos, designadamente ao defender que a arte e a ciência não teriam valor próprio, devendo ser apreciadas em função da sua utilidade social imediata. Plekhanov recorreu à sua autoridade logo nas páginas iniciais de *A Arte e a Vida Social*, Lenine revelou a estima que o seu pensamento e a sua combatividade lhe mereciam, ao retomar, numa das suas obras mais significativas, o título da narrativa utópica que o celebrou.

mentos literários e artísticos soviéticos, incluindo a profunda revisão política que as suas trajectórias sofreram na primeira metade da década de trinta²⁶².

Assim, as letras e as artes não teriam em si próprias, na produção e fruição do belo e do sublime, a finalidade consubstancial à sua natureza, face à qual o merecimento próprio fosse, em essência, apreciado²⁶³. O seu valor estaria antes na

²⁶² Entre Abril de 1932, ocasião em que foram dissolvidas, por decreto, as organizações literárias e artísticas soviéticas existentes, e Agosto de 1934, quando teve lugar o I Congresso dos Escritores Soviéticos, a direcção do PCUS efectivou a revisão da política para a literatura e as artes comunistas, estabelecendo o realismo socialista como orientação oficial. A sua definição encontra-se nos Estatutos da União dos Escritores Soviéticos. Ainda que extensa, merece ser transcrita, por o tom apologetico que lhe preside e a relativa indeterminação estética que a caracteriza serem esclarecedores do seu sentido geral. "O realismo socialista, método de base da literatura soviética e da crítica literária, exige – lê-se nos Estatutos referidos – do escritor sincero uma apresentação historicamente concreta da realidade no seu desenvolvimento revolucionário. Assim, a veracidade e o aspecto historicamente concreto da representação artística da realidade devem aliar-se à tarefa de uma mudança ideológica e da educação dos trabalhadores no espírito do socialismo. O realismo socialista assegura ao artista criador uma possibilidade extraordinária de manifestar toda a iniciativa artística e uma escolha de formas, de estilos e de géneros variados. A vitória do socialismo, o incremento impetuoso das forças produtivas, nunca visto na história da humanidade, o processo crescente da liquidação de classes, a supressão de todas as possibilidades de exploração do homem pelo homem e a supressão dos contrastes entre a cidade e o campo, e, por fim, o progresso da ciência e da cultura criam possibilidades ilimitadas para um acréscimo qualitativo e quantitativo das forças criadoras e para o desabrochar de todos os géneros de arte e de literatura" (veja-se, por extenso e com pequenas variações, *La Littérature Internationale*, Organe Central de l'Union Internationale des Écrivains Révolutionnaires, 1934, n.º 3, p. 173). Com maior poder de síntese, Alexander Gerasimov, em 1939, enunciou uma definição que também fez história. O realismo socialista caracterizar-se-ia por ser "realista na forma e socialista no conteúdo" (citado por Matthew Cullerne Bown, *Socialist realist painting*, New Haven-Londres, Yale University Press, 1998, p. 139). É de notar que as obras de que se retiram as duas citações são estudos em que se encontram interessantes visões de conjunto sobre o debate político e ideológico que acompanhou a definição da orientação cultural do PCUS e da URSS, designadamente na década de trinta, com particular atenção ao âmbito da literatura, no caso da obra de Régine Robin, e com incidência nos domínios artísticos, com destaque para a pintura, no caso da obra de Matthew Cullerne Bown.

²⁶³ Numa das secções regulares, e não assinadas, da revista, pode ler-se: "o que aflige muitos dos nossos detractores do campo 'literário' é verem que lhes damos uma grande lição: longe de considerarmos a literatura como o fim da vida, entendemos que ela deve ficar no seu lugar, que não é o primeiro". Em síntese, "a uma posição puramente, exclusivamente estética, substituímos e opomos uma posição 'total'" ("Na linha quebrada da nossa época...", *Sol Nascente*, n.º 40, 15.11.1939, p. 12).

sua utilidade política e social, uma vez que eram entendidas como sendo parte fundamental da afirmação e do combate ideológicos.

Disse-o Armando Martins, ao escrever que “toda a arte é propaganda de ideias”²⁶⁴, como já se referiu, e repetiu-o Álvaro Cunhal, ao afirmar que “toda a obra literária – voluntária ou involuntariamente – exprime uma posição política e social”, fazendo “propaganda seja do que for”²⁶⁵.

Fernando Pinto Loureiro definiu com clareza a obrigação que assinalava ao escritor e ao artista: “a arte deve dar da realidade uma visão *social*, quer dizer, uma visão em que as pretensas características ‘naturais’ das coisas sejam explicadas pela história, pela vida social, pela prática, pelas lutas de interesses, etc.”²⁶⁶.

O tom geral, quer nestas considerações, quer na generalidade da argumentação dos articulistas da revista e nas obras que lhes serviram de referência, designadamente *Pour un réalisme socialiste*²⁶⁷, de Louis Aragon, e *La Querelle du réalisme*²⁶⁸, foi tal que à ideia de realismo se associou fundamentalmente o que se entendia ser a adequada interpretação conceptual da realidade e da sua transformação revolucionária, o que significava representações literárias e artísticas não só condizentes com a mundividência imputada à cientificidade marxista²⁶⁹, mas também intervenientes no que respeita à denúncia da vida dramática dos explorados e ao incentivo ao combate pela sua superação.

²⁶⁴ Mando Martins, “José Régio – Casais Monteiro. Poetas”, *Sol Nascente*, n.º 20, 1.12.1937, p. 13. Em sentido que se revela convergente e ainda que com contornos vagos, Armando Martins Janeiro escreveu, logo numa das primeiras edições da revista, que “toda a arte é uma deformação subjectiva da realidade” (Mando Martins, “Literatura humana”, *Sol Nascente*, n.º 4, 15.3.1937, p. 11).

²⁶⁵ Álvaro Cunhal, “Numa encruzilhada dos homens”, *Sol Nascente*, n.º 37, 1.6.1939, p. 7.

²⁶⁶ Rodrigo Soares, “Commune mesure, chroniques de Renaud Jouvenel”, *Sol Nascente*, n.º 37, 1.6.1939, p. 13. “A visão é realista – completou o articulista – o que quer dizer que contém uma crítica precisa e adequada (...) Jouvenel vê as coisas como um neo-realista, vê-as nas suas relações, dialecticamente, integradas num certo meio, acorrentadas a certos interesses” (*idem, ibidem*).

²⁶⁷ Aragon, *Pour un réalisme socialiste*, Paris, Les Éditions Denoël et Steele, 1935.

²⁶⁸ AAVV, *La querelle du réalisme*, Paris, Éditions Sociales, 1936.

²⁶⁹ Mário Sacramento reconheceu-o, anos mais tarde, com clareza: “direi que o realismo (tenha esse nome ou outro) ocorre na literatura, como impulso consciente, quando à expressão incumbe incluir na linguagem específica da arte os aspectos revolucionários que a ciência haja descorinado no real” (Mário Sacramento, *Há Uma Estética Neo-Realista?*, Lisboa, D. Quixote, 1968, p. 9).

Excepuada a rejeição do lirismo, inerente à reserva face ao que haveria de individualismo na descrição introspectiva de sentimentos singulares e íntimos, frequentemente num registo herdado da tradição romântica, e marca vincada dos dramas dos poetas *presencistas*, os critérios do programa literário e artístico que se pretendia erguer resultaram, em primeiro lugar, de desígnios de fidelidade e eficácia ideológica e, só em segundo plano, de orientações especificamente estéticas²⁷⁰.

A opção literária e artística pelo realismo afigurava proporcionar, de forma quase intrínseca, os atributos de verosimilhança e de acessibilidade, que permitiriam ao autor de obras conformes ao programa defendido ter a expectativa de “ser entendido pelo maior número”²⁷¹.

Para além dos traços muito gerais que estiveram presentes na afirmação do propósito de conferir sequência, ainda que num novo contexto ideológico, à escola realista, a reflexão teórica, em termos especificamente estéticos e literários, foi muito limitada, aflorando, quase só, de forma incipiente e fragmentada, nos critérios que subjazeram à crítica literária.

O realismo, como opção literária, impôs-se pelos exemplos. Primeiro, o dos romancistas oitocentistas, sua grande referência e padrão. Depois, o dos prosadores

²⁷⁰ A defesa do realismo caminhava, mesmo, a par da defesa do romantismo. De acordo com Joaquim Namorado, “as duas grandes tendências do romance moderno são o neo-realismo e o neo-romantismo”, ambos com “uma base materialista”, distinguindo-se o segundo por ser “expressão de um imenso heroísmo”, dando a conhecer a “perspectiva que se ‘sonha’, se constrói sobre os alicerces do real e se talha na conquista do futuro” (Joaquim Namorado, “Do neo-romantismo: o sentido heroico da vida na obra de Jorge Amado”, *Sol Nascente*, n.º 43-44, 3.1940, pp. 22 e 23). Manuel Campos Lima explicitou, alguns anos mais tarde, uma perspectiva ainda mais ampla: “o realismo existe sempre que uma dada obra tenha como escopo transmitir a verdade da vida, e a transmita realmente (...) este conceito permite ver o realismo em artistas convencionalmente considerados como clássicos, românticos, ou simbolistas, não apenas na análise da sociedade contemporânea, mas em todas as épocas históricas, e nas obras consideradas até hoje como da maior fantasia” (Manuel Campos Lima, “Nua realidade e fantasia”, *Vértice*, n.º 159, 12.1956, p. 601).

²⁷¹ Citamos Armando Martins Janeira: “um escritor deve escrever claro para ser entendido pelo maior número, para que a propaganda das suas ideias (...) não seja prejudicada pelo inacessível da forma” (Mando Martins, “José Régio – Casais Monteiro. Poetas”, *Sol Nascente*, n.º 20, 1.12.1937, p. 13).

soviéticos, americanos e, muito especialmente, brasileiros, contemporâneos da publicação do quizenário.

O próprio termo “neo-realismo”, da lavra de Joaquim Namorado, surgiu a propósito da obra de Amando Fontes, um dos primeiros romancistas da literatura social brasileira, cuja descoberta, no conjunto dos seus autores representativos, teria sido “o acontecimento mais saliente da última temporada literária”²⁷². É ainda de referir que a polémica entre Cunhal e Régio, que se converteu em momento simbólico da afirmação da literatura empenhada, teve igualmente a literatura social do Brasil como referência, pois o seu ponto de partida encontra-se na “Carta a um moço camarada sobre qualquer possível influência do romance brasileiro na literatura portuguesa” que o segundo havia publicado na *Seara Nova*²⁷³.

À noção de realismo adicionou-se, ainda, a possibilidade de encerrar em si virtualidade plástica assinalável, ao permitir a recriação formal, pela assimilação de algumas novidades da linguagem modernista, a encenação de personagens colectivos, como nos romances do celebrado John Dos Passos, ou o recurso à reportagem, como nas crónicas de Renaud Jouvenel²⁷⁴.

Segundo Manuel Campos Lima, último director de *O Diabo*, em texto mais tardio em que advoga “a imaginação racionalizada”, o próprio *D. Quixote*, de Miguel de Cervantes, seria, pela crítica que encerra ao mundo medieval, “a obra realista mais profunda e de mais alto nível” e “ao mesmo tempo a de mais larga e mirabolante imaginação”²⁷⁵.

A partir destas considerações e destes exemplos, é ainda razoável entrever a insinuação de um novo ciclo estético na história do realismo, a desenhar-se, num futuro próximo, pelo próprio evoluir da produção literária e artística.

Ficaria, deste modo, esconjurado o fantasma de a nova literatura permanecer acorrentada às velhas formas do romance burguês, pois antevia-se que o recurso à

²⁷² Joaquim Namorado, “Do neo-realismo. Amando Fontes”, *O Diabo*, n.º 223, 31.12.1938, p. 3.

²⁷³ José Régio, “Cartas intemporais do nosso tempo”, *Seara Nova*, n.º 608, 8.4.1939, p. 151.

²⁷⁴ Cf. Rodrigo Soares, “Commune mesure, chroniques de Renaud Jouvenel”, *Sol Nascente*, n.º 37, 1.6.1939, p. 13.

²⁷⁵ Manuel Campos Lima, “Nua verdade e fantasia”, *Vértice*, n.º 159, 12.1956, pp. 602 e 603. No mesmo sentido, *vide infra*, p. 323.

sua evocação se limitaria a um período transitório, a que se seguiria uma escrita com novos contornos²⁷⁶.

Porém, na maioria, mesmo na quase totalidade, das ocasiões, em que se afirmou a originalidade do novo realismo face ao anterior, em que se incluía genericamente o naturalismo, a distinção assentou, no imediato, em considerações de natureza ideológica, sem que se verificassem ressalvas estéticas.

As considerações críticas e programáticas no domínio especificamente literário e artístico foram, por regra, de alcance muito elementar. Recordou-se que não “basta uma intenção moralizadora, didáctica mesmo, para salvar um poema”²⁷⁷; teceram-se considerações sobre a técnica de composição literária, no desenho das personagens, na estrutura da narrativa e na dinâmica da acção; valorizou-se o inquérito e a verosimilhança²⁷⁸.

Em diferentes ocasiões, a situação paradoxal de um programa literário e artístico remeter para a penumbra o que é específico do seu próprio foro foi reconhecida pelos próprios articulistas do quinzenário, tendo levado Mário Sacramento a escrever, mais tarde, que “o neo-realismo não é uma escola literária e artística, pelo menos no sentido vulgar que se dá a esta palavra”²⁷⁹, caracterizando-o, como sendo, antes de mais, a “expressão artístico-literária” do “novo humanismo”, que “pretende uma libertação e igualdade concretas do homem”²⁸⁰.

²⁷⁶ Cf. Mário Dionísio, “Apontamento para a necessidade de ver claro”, *Sol Nascente*, n.º 26, 1.5.1937, p. 11; Louis Aragon, *Pour un réalisme socialiste*, Paris, Les Éditions Denoël et Steele, 1935, p. 57.

²⁷⁷ J. T., “Açucenas Bravas, versos por A. Vicente Campinas”, *Sol Nascente*, n.º 33, 1.1.1939, p. 13. *Vide infra*, p. 199 e ss.

²⁷⁸ Cf. Joaquim Namorado, “*Gaibéus*. Romance de Alves Redol”, *Sol Nascente*, n.º 42, 15.1.1940, p. 12.

²⁷⁹ Citado por Eduardo Prado Coelho, *O Reino Flutuante. Exercícios sobre a razão e o discurso*, Lisboa, Edições 70, s.d., p. 141. De acordo com Eduardo Prado Coelho, Mário Sacramento informou-o ser o autor do texto citado, que estaria para ser publicado anonimamente no *Sol Nascente*, como “resposta a um leitor que vinha saber ao certo o que é o neo-realismo” (*ibid.*). Esta descrição permite supor que o artigo se destinava à secção “ABC”, em que a revista respondia a perguntas genéricas atribuídas aos seus leitores. Por motivo que ignoramos, mas de que excluímos qualquer reserva da redacção face ao teor conhecido do artigo, este acabou por não ser publicado no quinzenário elaborado em Coimbra.

²⁸⁰ *Idem, ibidem*, pp. 164-165.

A propósito do *Novo Cancioneiro*, iniciativa editorial que sucedeu a *Sol Nascente*, como já se assinalou, José Gomes Ferreira foi ainda mais longe:

O *social* não era a característica principal do *Novo Cancioneiro*. (Basta relê-lo). (...) As acusações com que ambos os partidos se golpearam com ferocidade (“arte pela arte”, “arte política”, etc.) não passavam de fórmulas de agravo momentâneo provocadas pela paixão polémica (...). Qual pois o fundamento do escândalo? Este, em meu entender, é tremendo: a tentativa de substituição das bases filosóficas tradicionais da poesia portuguesa (dualista, platónica, cristã, etc.) pelo materialismo dialéctico de que alguns artistas jovens de extracção pequena-burguesa se julgavam imbuídos. O mais – lirismo, ódio, amor, cólera, ironia, populismo, boas intenções, desesperança, esperança, etc. – dependia da índole de cada um.²⁸¹

Deste modo, a associação entre aspectos de natureza distinta na fundamentação de um movimento que se queria simultaneamente doutrinário, político e artístico acabou inevitavelmente por fazer com que este ficasse atravessado por “equívocos persistentes”, como Eduardo Prado Coelho, em balanço retrospectivo, no início da década de 1970, sublinhou²⁸².

Porém, é de salientar que a ambiguidade em que a fundamentação do neo-realismo assentou não foi específica do discurso dos redactores de *Sol Nascente*, nem se ficou a dever às condições adversas, designadamente no acesso às fontes e de censura, em que a sua teorização teve lugar.

Também, a este propósito, o recurso a estudos críticos sobre as referências teóricas e práticas da literatura de inspiração marxista se revela esclarecedor, já que todo o trajecto internacional da nova literatura realista esteve eivado de situações semelhantes.

Encontra-se, desde logo, algum paradoxismo na própria expressão “realismo socialista”. Como notou Matthew Cullerne Bown, “o termo ‘realismo socialista’ é uma expressão dialéctica: isto é, uma encenação de duas partes que se posicionam em algum contraste uma com a outra”²⁸³. Este desajuste nos termos foi acompanhado pelo desencontro nas representações. Régine Robin, em estudo sobre os documentos preparatórios e as actas do I Congresso dos Escritores Soviéticos,

²⁸¹ José Gomes Ferreira, *A Memória das Palavras ou o Gosto de Falar de Mim*, 3.ª ed., Lisboa, Portugalia Editora, 1972, pp. 164 e 165.

²⁸² Eduardo Prado Coelho, *A Palavra sobre a Palavra*, Porto, Portucalense Editora, 1972, p. 39.

²⁸³ Matthew Cullerne Bown, *op. cit.*, p. 139.

considerados em toda a sua extensão, foi clara: “até ao fim, não se saberá se o realismo socialista é um estilo, um método, um dos métodos (...) uma corrente, uma forma, uma temática, e qual a relação que estabelece com o antigo realismo, o naturalismo, o modernismo, (...) e como integra, na sua estética, um certo romantismo, o regresso do épico e do monumental”²⁸⁴. Também no debate entre os artistas franceses, pareceu não vingar a clareza do programa estético, pois, como Antoine Perrot assinalou, “os pintores definiam o realismo, de que se reclamavam, pela enumeração daquilo que ele não era”²⁸⁵. Como também não vingou entre os escritores da mesma nacionalidade, pois mesmo no já citado *Pour un réalisme socialiste*, de Aragon, a noção de realismo confundia-se com a expressão das ideias e dos sentimentos atribuídos às classes sociais ascendentes, presente tanto na obra do romântico Victor Hugo, quanto do futurista Maiakovski²⁸⁶. A literatura social brasileira, referência fundamental dos neo-realistas portugueses, pujante desde 1933, ano da publicação de *Cacau*, de Jorge Amado, e de *Os Corumbas*, de Amando Fontes, surgiu igualmente definida em termos muito vagos, como Carlos Bueno, em estudo inovador e muito informado, sublinhou, quer porque “os escritores de 30 não produziram um único manifesto estético”, quer por se apresentar “muito difícil tirar (...) uma definição minimamente uniforme do que os romancistas e críticos entenderiam por romance proletário”²⁸⁷.

²⁸⁴ *Idem, ibidem*, p. 72.

²⁸⁵ Antoine Perrot, *loc. cit.*, p. 135.

²⁸⁶ Atendendo a que as ideias e os interesses, no devir humano, se entrelaçam, Aragon interrogou: “com quem está, de facto, todo o realismo?” E respondeu: “com a classe ascendente, com a classe que faz da realidade o seu grande assunto, a que encarna no período considerado o futuro histórico da humanidade” (Louis Aragon, *Pour un réalisme socialiste*, Paris, Les Éditions Denoël et Steele, 1935, p. 74).

²⁸⁷ Carlos Bueno, *Uma História do Romance de 30*, São Paulo-Campinas, Editora da Universidade de São Paulo-Editora da Unicamp, 2006, pp. 66 e 161. O tom vago desta discussão foi acompanhado pela definição de algumas características que se distinguiam tanto pela sua generalidade política e social, quanto pela ausência de indicações de natureza literária ou estética: “como apesar de todas as discussões, o romance proletário tinha se definido de forma pouco precisa, sobre (...) três pilares – espírito documental (especialmente voltado para a vida das camadas mais pobres), movimento de massa e sentimento de luta e revolta –, não foi difícil que se encarassem como formas afins a ele outras modalidades de regionalismo, que procuravam registrar a vida do homem brasileiro em seus aspectos mais difíceis nas várias regiões do país” (*idem*, p. 207).

Nesta exposição difusa do realismo, assim como na relativa desvalorização da problemática especificamente literária e artística, foi a perspectiva funcional da actividade dos escritores e dos outros criadores que acabou por sobressair. As questões colocadas circulavam sempre em torno do significado dito objectivo e histórico de cada manifestação artística. Ora, esta significação justapunha a componente ideológica e a eficácia social. Em consequência, o debate sobre o realismo não foi uma controvérsia sobre questões estéticas, mas sobre os caminhos, vagos e de fundo contrário ao modernismo, que confeririam eficácia ideológica e política às obras daqueles que Estaline chamou, em expressão que Aragon classificou como “genial”²⁸⁸, os “engenheiros das almas”²⁸⁹.

A escassez de reflexão específica sobre os domínios próprios da literatura e da arte acabou por ser uma confirmação suplementar do primado, quase absoluto, que era atribuído ao posicionamento político e social e, neste, conferido à batalha entre representações do mundo e da vida, em cada uma das expressões em que o seu afloramento se revelava reconhecível.

É à luz deste horizonte de identificação entre ideologia e cultura que se pode entender o vínculo profundo que uniu a orientação política que animava os defensores do novo humanismo às práticas culturais que nos seus termos pretenderam incentivar²⁹⁰.

Como o próprio trajecto de *Sol Nascente* deixou bem exemplificado, os jovens marxistas rejeitaram o que se podia designar por ideologia da cultura, própria do ciclo portuense da revista, em nome de uma cultura informada pela ideologia que propalavam.

Rejeitaram, em primeiro lugar, a concepção que apresentava a cultura como sendo, por natureza própria e por mérito dos seus criadores, um território complexo e diversificado, criativo e reflexivo, crítico e individual, com orientações conceptuais programáticas variadas e contraditórias, como o eclectismo do quinquenário na sua fase portuense defendera e praticara. Em consequência, refutaram a perspectiva de aperfeiçoamento individual e colectivo como resultado da simples difusão cultural, à margem da apreciação do seu significado ideológico e social.

²⁸⁸ Louis Aragon, *ibidem.*, p. 11.

²⁸⁹ A expressão surgiu, em diversas ocasiões, nas páginas da revista (v.g., Rui Monteiro, “A canção do bêco”, *Sol Nascente*, n.º 45, 15.4.1940, p. 14).

²⁹⁰ Aragon foi, também a este respeito, claro: “sobre a literatura viva, ergue-se a bandeira vermelha do materialismo novo, da literatura soviética do mundo inteiro” (*op. cit.*, p. 56).

Entrelaçaram, em segundo lugar, a certeza acerada que depositavam no novo humanismo marxista com a defesa da literatura e da arte realistas e empenhadas que lhe dessem expressão simbólica.

Procederam, por fim, ao início da transferência da polarização da actividade cultural própria do âmbito estritamente doutrinário para o foro da produção literária e artística, num movimento que fez a “geração de 39”²⁹¹ distinguir-se tanto pela redução da análise cultural ao seu significado ideológico, quanto pelo papel central conferido ao surgimento de uma corrente de letras e de artes de inspiração materialista e dialéctica.

A cultura considerada em abstracto foi substituída por uma “nova cultura”, expressão, aliás, corrente na época, tendo mesmo dado nome à colecção *Por um Novo Humanismo*, que Fernando Pinto Loureiro iniciou.

Arredados da cultura viva e pertinente, a única que merecia essa designação, uma vez que defenderiam concepções caducas, ensimesmadas ou ilusórias, e, como tal, condenáveis, estavam naturalmente José Régio, Gaspar Simões, António Sérgio, Raul Proença, bem como a generalidade dos poetas modernistas.

Igualmente postergados, em movimento convergente que se estendeu um pouco por todo o mundo, mas invariavelmente em nome da justa mediação cultural do homem contemporâneo com o seu tempo e com as tarefas que lhe seriam próprias, passaram a estar os poetas espanhóis da chamada geração de 1927, os brasileiros de 1922, Marcel Proust, James Joyce, D. H. Lawrence, entre muitos outros autores reputados.

As teses foram invariavelmente semelhantes, e os argumentos que opuseram os defensores da poesia *impura* aos arautos da poesia *pura*²⁹² foram simétricos aos que levaram Armando Martins e Álvaro Cunhal a criticar José Régio, ou mesmo Pinto Loureiro a insurgir-se contra o desfasamento entre cultura e vida exposto por Gaspar Simões.

²⁹¹ A expressão foi usada por Fernando Pinto Loureiro no célebre volume em que reuniu a sua colaboração, incluindo artigos publicados em *Sol Nascente*, “na campanha de esclarecimento (...) que teve o seu auge nos anos de 39 e 40” (Rodrigo Soares, *Por um Novo Humanismo*, Porto, Livraria Portuguesa, 1947, p. XIII).

²⁹² Os termos desta versão da oposição entre poesia comprometida e poesia não-comprometida devem-se a Pablo Neruda, que abriu o número inaugural da sua revista *Caballo Verde para la Poesía* – que Rafael Alberti reclamava vermelho (cf. Pablo Neruda, *Confieso que he vivido. Memórias*, Barcelona, Planeta Internacional, 1989, p. 169) – com editorial, destinado a provocar polémica, intitulado “Sobre una poesía sin pureza” (Pablo Neruda, *Caballo Verde para la Poesía*, n.º 1, Madrid, Outubro de 1935, p. 3). Sobre a polémica entre revistas “puristas” e “impuras”, vide César Antonio Molina, *Medio Siglo de Prensa Literaria Española (1900-1950)*, Madrid, Ediciones Endymion, 1990, p. 155 e ss.

Como se pressupunha que a abertura do ciclo histórico consumada pela Revolução de Outubro trazia consigo uma nova condição cultural, réplica contemporânea, proletária e suprema da afirmação do racionalismo burguês e da vitória dos modernos sobre antigos e medievais, houve mesmo tendência a subsumir a vida, no conjunto das suas manifestações, ao discurso ideológico que se lhe referia, numa insinuação deslumbrada e mítica, pelo sincretismo revelado, de plena adesão entre o dito e o vivido. Esta presunção conduzia, igualmente, à identificação entre o discurso, na sua articulação conceptual ou no seu rosto literário, e o seu préstimo, entendido como dimensão que proporcionaria, ou favoreceria, a boa resolução dos conflitos.

É esta pressuposição que permite esclarecer o uso insistente dos adjectivos “humano”²⁹³, “vivo”²⁹⁴, “social”²⁹⁵, e “útil”²⁹⁶ como qualificativos, sinónimos e indistintos, das produções estéticas conformes ao entendimento marxista, ou em que se

²⁹³ Esta expressão surgiu em artigo intitulado “Literatura humana”, de Armando Martins Janeira (Mando Martins, “Literatura humana”, *Sol Nascente*, n.º 4, 15.3.1937, p. 11), ainda que, nessa ocasião, com um sentido amplo e relativamente vago.

²⁹⁴ A título de ilustração da defesa da transparência entre a vida e a sua representação, citemos um artigo de Jorge Domingues, publicado em *O Diabo*, e um texto de Joaquim Namorado, publicado, alguns anos depois, na *Vértice*. “Nesse processo de reprodução [do mundo, pela escrita], uma só coisa – afirmou o redactor do semanário lisboeta – se exige do escritor: que seja verdadeiro, que nos diga da vida o que a vida unicamente contém. Quanto às soluções, elas estão na mecânica das coisas, resultam dos próprios vícios e das próprias forças da Humanidade. Não é necessário gritá-las, que elas estão em nós, e em nós, e em todos, e em tudo. Elas são também da própria vida” (Jorge Domingues, “O real e o irreal em literatura”, *O Diabo*, n.º 169, 19.12.1937, p. 5). Em linguagem que conserva o tom de *Sol Nascente*, Joaquim Namorado, muitos anos volvidos, esclareceu o que caracterizaria, a seu ver, um autor com obra viva. Merecer esta qualificação obrigaria a demonstrar: “1.º – que a sua obra envolve problemática verdadeiramente de hoje; 2.º – que os temas literários em que se explicita a representam significativamente; 3.º – que aquela problemática é encarada sob um ângulo ideológico justo; 4.º – que a sua realização formal se ajusta de modo perfeito ao conteúdo” (Joaquim Namorado, “Fernando Namora Escritor-Ainda-Vivo”, *Vértice*, n.º 309, 6.1969, p. 410). Como facilmente se depreende, estamos face a critérios puramente ideológicos: o da “verdade” acerca das problemáticas hodiernas; o das “temáticas” que a representam; o da “justeza” posta na sua interpretação; o das implicações formais decorrentes dos conteúdos assim definidos.

²⁹⁵ Cf., *v.g.*, Rodrigo Soares, “Commune mesure, chroniques de Renaud Jouvenel”, *Sol Nascente*, n.º 37, 1.6.1939, p. 13.

²⁹⁶ Por exemplo, Manuel de Azevedo escreveu, a propósito de *Sinal de Alarme*, de António Ramos de Almeida, colaborador regular da revista, que os seus poemas reflectem “sentimentos de humanidade, preocupações e problemas universais que, por serem generalizáveis, tornam a sua poesia útil” (M. A., “*Sinal de Alarme*, poemas de António Ramos de Almeida”, *Sol Nascente*, n.º 27, 1.4.1938, p. 4).

manifestavam perspectivas que lhe seriam, no plano geral ou no domínio circunstancial, convergentes.

À luz desta perspectiva, o trânsito da revista não se deu, aos olhos dos próprios, como simples passagem da ideologia da cultura para a cultura segundo a ideologia, pois a matriz marxista da segunda não representaria uma simples perspectiva ou visão circunscrita dos fenómenos culturais, mas antes a cultura contemporânea, crítica, plena e incisiva, cabalmente esclarecida e definitivamente libertadora.

Obviamente, esta “cultura viva”, própria de quem pensava não existir cultura em abstracto, mas saber concreto e actuante, teria a sua genealogia, a qual não se afastava de uma perspectiva decalcada da cisão introduzida no presente. Idealistas, metafísicos, intimistas e subjectivistas estariam de um lado, o do ludfbrico e da decadência; materialistas, dialécticos, e homens justos no outro, o do legado cultural construído e acumulado pelas classes sociais no período progressista do seu ciclo histórico.

Eram estas considerações de teor fundo e geral, retomadas no âmbito nacional e correntes no plano internacional, que elevavam o proletariado e os partidários da sua causa à condição de legatários da cultura universal²⁹⁷, ao mesmo tempo que permitiam discernir no passado a herança progressista do lastro retrógrado e, como tal, contraproducente, fosse no pensamento²⁹⁸, fosse nas letras²⁹⁹.

²⁹⁷ Em 1933, escrevia Rafael Alberti – referido, em diferentes ocasiões, em *Sol Nascente* com a estima que a dedicação que devotou à causa das letras e artes revolucionárias espanholas justificava – em palavras de apresentação da revista *Octubre*, que dirigia conjuntamente com María Teresa León: “os únicos herdeiros legítimos de toda a ciência, a literatura e a arte que os séculos foram acumulando são os operários e os camponeses, a classe trabalhadora, que, como disse Marx, é a que tem em si o futuro” (*Octubre*, n.º 1, Madrid, 6-7.1933, p. 5).

²⁹⁸ As Éditions Sociales Internationales criaram a colecção “Socialismo e cultura”, dirigida por Georges Friedmann, com o fundamento de as grandes figuras do “socialismo terem insistido frequentemente na riqueza de uma doutrina que soube retomar e prolongar os melhores elementos da herança cultural”, como consta no texto inserido na contracapa dos volumes editados. A colecção reuniu monografias sobre autores considerados progressistas (Descartes, Cervantes, Espinosa, Diderot, Victor Hugo, Feuerbach, Darwin, entre outros) ou mesmo socialistas (Fourier, Proudhon, Jules Vallés), bem como sobre os humanistas renascentistas e os materialistas antigos. Em *Sol Nascente*, encontram-se referências elogiosas à colecção (cf. *Sol Nascente*, n.º 29, 15.5.1938, p. 12) e a algumas das obras nela incluídas, como *Darwin*, de Marcel Prenant, que mereceu uma extensa recensão (cf. Fernando Seabra, “*Darwin*, de Marcel Prenant”, *Sol Nascente*, n.º 31, 15.8.1938, p. 3), e *Le matérialisme antique*, de Paul Nizan, em nota não assinada (cf. *Sol Nascente*, n.º 35, 1.4.1939, p. 13).

²⁹⁹ Jorge Amado, que foi o escritor social e politicamente empenhado de língua portuguesa que conheceu maior projecção, galardoado com o Prémio Estaline, em 1951, reafirmou, por ocasião

da posse na Academia Brasileira de Letras, em Junho de 1961, não só a análise da história da literatura brasileira à luz das categorias que contribuíra muito activamente para impor nos anos trinta, mas também a reserva que o “intimismo”, expressão utilizada para classificar as letras preteridas, do inigualável Machado de Assis mereceu por parte da sua geração. “São dois – esclareceu o novo académico – os caminhos do nosso romance, nascendo um de Alencar, nascendo outro de Machado, indo um na direcção do romance popular e social, com uma problemática ligada ao país, aos seus problemas, às causas do povo, marchando o outro para o romance dito psicológico, com uma problemática ligada à vida interior, aos sentimentos e problemas individuais, à angústia e à solidão do homem, sem, no entanto, perder o carácter brasileiro” (Jorge Amado *et alii*, *Jorge Amado: Povo e Terra. 40 anos de literatura*, São Paulo, Martins, 1972, p. 11).

O INTELLECTUAL COMUNISTA

Na passagem da carta de Jorge Domingues que citámos no início da leitura de *Sol Nascente*, surgem algumas indicações relevantes acerca do estatuto dos intelectuais que dariam expressão ao plano que nela ficou delineado.

Sobressai, como já sublinhámos, o que na sua letra se encontra de forma latente, de tal modo é clara a existência de um projecto que excedia o âmbito próprio do papel corrente das revistas e lógica a conclusão que associe a viabilidade da concretização dos desígnios assinalados a meios estratégicos e orgânicos vultuosos.

Relevam, de seguida, já no seu teor manifesto, as dimensões das iniciativas a que se pretendia dar forma.

Por um lado, definiu-se a vertente directamente política do projecto: a *O Diabo* competia estruturar uma corrente de opinião qualificada como progressista, adicionando os pontos de vista de personalidades prestigiadas aos dos redactores da publicação, enquanto para *Sol Nascente* seriam remetidas as tarefas próprias de um órgão doutrinário, mormente a de expor o corpo teórico que serviria de guia à acção revolucionária.

Por outro lado, a carta tornou patente a atenção que se prestava à cultura e, nesta, à literatura e às artes, concebidas como estando ligadas, indelevelmente, aos conflitos sociais e políticos da época.

Embora a efémera *Altitude* e a inédita *Litoral* não tenham sido os órgãos autónomos da componente literária e de alta cultura do projecto editorial arquitectado, os papéis que se lhes distribuíram não deixaram de ser desempenhados, uma vez transferidos para o interior das duas publicações a que se haviam atribuído outros matizes, como se verificou em *Sol Nascente*, com a publicação de textos literários e de artigos de temática teórica e científica.

As linhas pelas quais o projecto esboçado definiu os contornos que instauraram e delimitaram os campos que o compunham gizaram, só por si, os domínios principais em que a concepção marxista que lhe presidia dividia a actividade intelectual – política, teórica e cultural – e insinuaram, no mesmo rasgo, a missão em que os homens de letras comunistas se viam investidos, bem como a responsabilidade específica que imputavam aos seus contemporâneos cultos.

O contorno geral que estes dois diferentes estatutos cívicos e estes três domínios de intervenção editorial distintos tomaram aproxima-nos, só por si, da ordem que estruturava as representações e as práticas dos jovens comunistas.

Há, pois, que dilucidar os traços gerais do estatuto que o intelectual comunista a si próprio atribuiu – apreciado de seguida – e caracterizar o papel específico que este assinalou aos restantes homens de cultura – analisado em capítulo seguinte –, cruzando este estatuto e este papel com o desempenho das tarefas políticas e ideológicas que constituíram o desiderato da sua acção.

O intelectual comunista distinguiu-se, antes de mais, por entender que a direcção da transformação política competia ao partido comunista, concebido como a vanguarda revolucionária do proletariado.

Seria através da organização partidária autónoma que a classe destinada a abolir definitivamente a exploração ficaria em condições de superar o plano da resistência social e do combate económico, de ganhar consciência da tarefa histórica que lhe estaria reservada, de consumir com sucesso a união entre a teoria e a prática revolucionárias.

A adesão ao partido implicava para o intelectual, como para qualquer outro seu militante, a subordinação da actividade individual não só às finalidades programáticas, como também à orientação estratégica e à disciplina que lhe eram próprias, visando a conquista do poder político e o seu subsequente exercício.

O essencial da representação deste partido teve na fracção majoritária (bolchevique) do Partido Operário Social-Democrata da Rússia (POSDR), mais tarde designado por Partido Comunista da União Soviética (PCUS), o seu modelo.

O mérito da organização dos marxistas russos tinha-se revelado, antes de mais, no âmbito da eficácia política.

Pusera fim aos sucessivos falhanços revolucionários do século XIX, repelira a ambiguidade reformista social-democrata, instalara, com saber e determinação consequentes, *la foule esclave*, cantada na *Internacional*, hino da URSS e de partidos comunistas, incluindo o português, nos palácios de césares e de príncipes.

Por seu intermédio, Natacha e Vânia, como os restantes humilhados e ofendidos, teriam conquistado o poder e edificado, pela primeira vez de forma duradoura, um Estado sem o peso aviltante dos legatários dos *vendedores de almas*, com pão e equidade, conforme, mesmo, às divagações auspiciosas com que os espíritos cismavam, o que na sua crueza factual demonstraria, como se de uma

prova real e proletária se tratasse, o caminho consequente e eficaz a seguir pelos revolucionários em geral.

A concepção, a fundamentação teórica e os princípios organizadores do partido dito de tipo novo haviam sido fixados, no que tinham de original e de substancial, por Vladimir Ilitch Ulianov, vulgo Lenine, um dos fundadores do POSDR (b) e o seu dirigente mais proeminente.

Foi o próprio Lenine que definiu o partido comunista como sendo a “forma suprema de união da classe proletária”³⁰⁰, não deixando de realçar repetidamente, ao longo da sua extensa obra, o papel decisivo e insubstituível que desempenharia na emancipação dos trabalhadores.

O afã que o criador do bolchevismo votou à organização política do proletariado levou Monty Johnstone a afirmar que “nenhum marxista, antes ou depois de Lenine, dedicou como ele uma parte tão grande da própria atenção teórica e prática ao problema do partido”³⁰¹. No domínio teórico, porque Lenine dirigiu “a máxima atenção aos problemas organizativos, afirmando que ‘o proletariado não tem outra arma para além da organização na luta pelo poder’ e ‘pode-se tornar (...) uma força invencível somente se a sua unidade ideológica, fundada sobre os princípios do marxismo, for consolidada pela unidade material de uma organização que reúna solidamente milhões e milhões de trabalhadores no exército da classe operária”³⁰². No plano prático, porque, “diferentemente de Marx e de Engels, Lenine foi, durante grande parte da sua vida, o líder e o organizador de um partido revolucionário, que teve, entre outros, um papel sem igual na plasmação da história nacional e internacional, tanto através da acção directa, como, indirectamente, enquanto modelo para outros partidos irmãos”³⁰³.

A adesão dos intelectuais revolucionários, por regra quase absoluta, de origem burguesa, à causa dos proletários, privados tanto dos meios de produção quanto do acesso ao saber sistemático, foi, na sua representação e no seu

³⁰⁰ Lenine, *Oeuvres*, Paris-Moscovo, Éditions Sociales-Éditions du Progrès, 1973, t. XXXI, p. 45.

³⁰¹ Monty Johnstone, “Uno strumento politico di tipo nuovo: il partito leninista d'avanguardia”, in Eric J. Hobsbawm *et alii* (org.), *Storia del marxismo*, Turim, Giulio Einaudi Editore, 1980, v. 3, t. I, p. 302.

³⁰² *Idem, ibidem*, p. 303.

³⁰³ *Idem, ibidem*, pp. 302 e 303.

percurso, por natureza, complexa, tensa e marcada por atitudes de ambivalência recíprocas.

Na perspectiva de Lenine, dirigente culto, versado em Direito e estudioso dedicado do pensamento contemporâneo, a condição de esclarecimento teórico, própria dos intelectuais, conservou, num primeiro momento, todo o seu prestígio tradicional.

Como pode ler-se em passagens frequentemente citadas de *Que Fazer?*, por mais que o proletariado aprendesse com a experiência de luta e se visse confrontado com crises sociais e políticas agudas, não superaria, espontaneamente, o nível do combate econômico e da reivindicação próxima, não se elevando, por si só, nem à compreensão do papel que a história lhe teria reservado, nem ao programa político que lhe permitiria superar a exploração e a opressão próprias da sociedade capitalista.

O esclarecimento teórico e político, indispensável à condução eficaz da sua libertação da peia capitalista, vir-lhe-ia do exterior, dos intelectuais, que, participando nas suas lutas, se revelariam capazes quer de as compreender à luz de uma interpretação da lógica da história que se dizia científica, quer de definir os requisitos políticos necessários ao seu sucesso. Por seu meio, o proletariado ganharia consciência de classe, passaria de uma classe “em si” a uma classe “para si”, reconhecer-se-ia na sua identidade e na sua missão³⁰⁴.

Seria, pois, a intervenção dos intelectuais que facultaria o discernimento necessário à conversão da resistência insumissa em combate programático, metódico e consequente.

A valia atribuída aos principais autores deste contributo decisivo foi suficiente para que fossem elevados à condição de mestres do pensamento revolucionário, com destaque, em primeira linha, para Marx e Engels, e, entre os autores russos, para Plekhanov, nos seus escritos mais representativos, e para Lenine.

³⁰⁴ Numa célebre passagem de *Que Fazer?*, Lenine foi, a este respeito, particularmente claro: “a história de todos os países mostra que, pelas suas próprias forças, a classe operária só pode chegar à consciência ‘tradeunista’, isto é, à convicção que é necessário unir-se em sindicatos, conduzir a luta contra o patronato, reclamar do governo estas ou aquelas leis necessárias aos operários (...) quanto à doutrina socialista, nasceu das teorias filosóficas, históricas, económicas elaboradas pelos representantes instruídos das classes possessoras, pelos intelectuais” (Lenine, *Oeuvres*, Paris-Moscovo, Éditions Sociales-Éditions du Progrès, 1973, t. V, p. 382).

Na literatura comunista, a autoridade da palavra destes pensadores passou a ser regularmente evocada, convertendo-se em fonte insuperável de legitimação política e teórica.

Porém, nem a relevância atribuída à actividade doutrinária, nem o prestígio conferido aos autores celebrados se mostraram extensíveis, mesmo que sob forma atenuada, à generalidade dos intelectuais revolucionários.

Pelo contrário, estes foram encarados como sendo companheiros particularmente vulneráveis³⁰⁵, em consequência da distância que afastava a sua condição social e de vida da que caracterizaria a classe revolucionária.

Por um lado, a origem e o estatuto sociais dos intelectuais, maioritariamente pequeno-burgueses, torná-los-iam instáveis, ao provirem de um sector da sociedade que viveria o dilema insolúvel de sentir-se ameaçado de espoliação dos meios de produção de que era detentor por via da inexorável concentração do capital e, simultaneamente, receoso do comunismo, que, tendo como programa abolir a propriedade privada, atingiria, igualmente, a sua condição e o seu património.

Por outro lado, a circunstância de a actividade criativa própria dos intelectuais se desenvolver através do exercício da autonomia pessoal e de o mérito que se lhe associa depender, em consequência, do reconhecimento de um talento singular tenderia a favorecer o desenvolvimento de perspectivas individualistas do mundo e a incentivar estilos de vida marcados pela liberalidade.

Os intelectuais estariam, em consequência, privados da determinação que se imputava aos proletários, a qual radicaria, em primeiro lugar, no quotidiano de miséria e de opressão a que se encontravam condenados.

Vergílio Ferreira, ao tempo neo-realista, salientou-o: “no fundo, a audácia, a renúncia deve ser despertada pelo rancor acordado no animal ao contacto de

³⁰⁵ Em estudo extenso e documentado de Leszek Kolakowski sobre a história do marxismo, pode ler-se que Lenine não só nunca teve em vista constituir uma organização de intelectuais revolucionários, como, “pelo contrário, frequentemente insistiu que o partido comporte uma proporção tão elevada quanto possível de operários, dirigindo-se sempre com desdém à ‘intelligentsia’”, como facilmente se verifica, ao observar-se que “o termo ‘intelectual’ foi utilizado em sentido pejorativo no seu vocabulário, significando frequentemente uma atitude ‘indecisa, incerta, individualista, indisciplinada, inconstante, irrealista’, etc.” (Leszek Kolakowski, *Main Currents of Marxism: the founders, the golden age, the breakdown*, Nova Iorque-Londres, W. W. Norton, 2008, p. 668).

qualquer ofensa próxima e directa”, pelo que “o ideal, despido dos choques sofridos pela pessoa que o professa, não leva, por si só, pelo que ele tem de belo, a um sacrifício extremo”³⁰⁶. Pelo mesmo motivo, Jean-Paul Sartre foi levado a concluir que “não é militante quem quer”³⁰⁷.

A determinação inabalável residiria naqueles que nada teriam a perder e que tudo passariam a ter ao seu alcance, como consequência do sentido colectivo de quem se reconhece como classe unida, pela partilha do sofrimento comum, disciplinada, pela organização e cadência do trabalho industrial, e firme, pela coragem patenteada em numerosos combates reivindicativos e políticos de grande dureza.

Ao longo da história da literatura marxista, o pensador revolucionário pequeno-burguês surgiu, pelos seus interesses específicos e pela sua índole instável, associado ao significado social atribuído às diferentes ilusões utópicas³⁰⁸ e aos desvios doutrinários, ditos oportunistas ou revisionistas, uns classificados como sendo de direita e outros como esquerdistas³⁰⁹.

³⁰⁶ Vergílio Ferreira, *Diário Inédito*, Lisboa, Bertrand Editora, 2008, p. 43. A passagem transcrita está datada de 19 de Julho de 1944.

³⁰⁷ “Não é militante quem quer”, escreveu Jean-Paul Sartre, que justificou: “o militante inspira tanto mais confiança quanto a sua entrada no Partido parece mais necessária (...) deseja-se vivamente que a sua adesão seja ditada por razões impessoais, como a fome, por exemplo, que existe em todo o mundo, ou o medo e a cólera, que assolam a massa anónima”. Inversamente, a adesão resultante de decisão intelectual justificaria reserva: “não se fala dessa necessidade interior, sempre suspeita, que nasce de conflitos internos, de complexos, de aspirações morais e, mais geralmente, daquilo a que chama ‘razões pessoais’, já que, ‘se o Eu está primeiro que tudo, fica-se separado para sempre’, sendo certo que, em sua opinião, ‘na classe burguesa o Eu nasce bem cedo” (Jean-Paul Sartre, *Situations, VI. Problèmes du marxisme 1*, Paris, Éditions Gallimard, 1964, pp. 8 e 9).

³⁰⁸ Cf. Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto do Partido Comunista*, in *Obras Escolhidas*, Lisboa-Moscovo, Edições “Avante!”-Edições Progresso, 1982, vol. I, pp. 127 a 131.

³⁰⁹ No célebre *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*, Lenine assinalou-o: “para os marxistas está plenamente claro do ponto de vista teórico (...) que o pequeno proprietário, o pequeno patrão (...) que sofre sob o capitalismo uma pressão contínua e com frequência uma degradação incrivelmente forte e rápida das suas condições de existência e a ruína cai com facilidade num revolucionarismo exacerbado, sendo incapaz de se mostrar consequente, organizado, disciplinado e firme” (Lenine, *Oeuvres*, Paris-Moscovo, Éditions Sociales-Éditions du Progrès, 1973, t. XXXI, p. 26).

Em princípio, os intelectuais que pertenciam ao partido, bem como aqueles que, não se integrando nas suas fileiras, subordinavam o seu pensamento e o seu agir à orientação que este definia, viam esta reserva geral que impedia sobre os homens de cultura animados por ideias revolucionárias suspensa, dela ficando excluídos, na justa medida em que anuísem ao seu rumo político.

É de assinalar, a este propósito, que o próprio modelo da organização comunista, nas disposições gerais e imperativas pelas quais deu forma à sua existência, se protegia de uma eventual preponderância dos intelectuais no seu seio.

Estipulava, por um lado, a superação da divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, ao irmanar todos os que constituem o partido numa mesma condição de revolucionários, igualmente sujeitos ao desempenho das diferentes tarefas políticas.

Instituía, por outro lado, a supremacia quantitativa dos proletários no partido, fosse na composição dos órgãos superiores que o dirigem, fosse no seu todo³¹⁰.

Garantir-se-ia, deste modo, não só a identificação entre a doutrina partidária e a classe, efectivando-se a síntese entre o papel histórico e o actor colectivo, como também se salvaguardaria, supostamente, a autenticidade proletária do desempenho partidário, na medida em que se vinculava a realidade social dos que tinham a força de trabalho como único bem à índole da natureza e da autonomia da organização que lhes daria voz e realidade políticas.

No seio de partidos edificados e consolidados de acordo com estes critérios, o papel dos intelectuais, na conquista revolucionária do poder político e na construção, subsequente, do estado socialista, esbateu-se seriamente, passando o mérito da sua actividade específica a depender de uma fonte de legitimação que lhes era alheia.

O processo pelo qual o proletariado ganharia autonomia política era também entendido como aquele que lhe conferia autonomia teórica, pois, uma vez

³¹⁰ Dando expressão a desígnio que Lenine manifestou, por exemplo, em nota do artigo "Acerca da reorganização do partido", publicado em Novembro de 1905: "exprimi ao III Congresso do Partido o desejo de ver os comités do Partido integrarem oito operários por cada dois intelectuais", proporção que, entretanto, se revela insuficiente, levando-o a reclamar como sendo "necessário, hoje, desejar que as novas organizações do Partido integrem, por cada intelectual, várias centenas de operários sociais-democratas" (Lénine, *Oeuvres*, Paris-Moscovo, Éditions Sociales-Éditions du Progrès, 1977, t. X, p. 28).

constituído o partido, o centro da elaboração da teoria revolucionária transitária do exterior da classe operária para o interior da organização política através da qual esta se dispunha a cumprir a sua missão histórica.

À luz do pressuposto dialéctico de que a prática e a teoria se determinam reciprocamente, a organização revolucionária era encarada como sendo a expressão viva e actuante da teoria revolucionária, ao mesmo tempo que, no caso da URSS, os combates pela consumação da revolução e pela edificação do Estado proletário apareciam como novas realidades, criadas pela própria luta, que passariam a ser objecto de novos desenvolvimentos doutrinários.

O partido, como destacamento consciente, esclarecido por uma visão da transformação social que se dizia científica, e como catalisador histórico, na efectivação do papel imputado ao proletariado, passou a ser sede quer do discernimento teórico, quer do agir político.

Esta identificação entre o sujeito teórico e o sujeito político teve profundas consequências doutrinárias e práticas, particularmente ostensivas, nas suas expressões mais extremas, durante o início do decénio de trinta e nos lustros que se lhe seguiram.

Manifestou-se, antes de mais, na literatura marxista soviética, na qual a figura de Lenine se sobrepôs às de Marx e de Engels³¹¹ e em que os escritos de Estaline passaram a ser apresentados como a expressão actualizada e pertinente do pensamento revolucionário.

A relevância do marxismo soviético e o ascendente internacional que, então, alcançou junto do movimento comunista resultaram de dois processos de unificação, simultâneos e convergentes.

Assistiu-se, nas repúblicas da antiga Rússia, durante a década de 1930, a um claro reforço da centralização política, acompanhado de poderosa uniformização ideológica, expressa quer no facto de o Partido, através do aparelho de Estado ou pelos seus próprios meios, estender a sua acção a diferentes domínios onde a vida económica, social e cultural se exercia ainda com alguma autonomia, quer na circunstância do poder que, desde o início, se deslocara dos soviets para o Partido, e, neste, para o Comité Central, onde, na realidade política efectiva, nunca tinha

³¹¹ Como Herbert Marcuse, entre outros, anotou, “a formação da teoria marxista soviética apoia-se na interpretação leninista do marxismo, sem qualquer retorno à teoria marxista original” (Herbert Marcuse, *Le marxisme soviétique*, Paris, Éditions Gallimard, 1963, p. 46).

deixado de estar sediado, ter passado a ser exercido sem controvérsia interna, de forma ainda mais restrita e pessoal³¹².

Simultaneamente, no plano externo, o PCUS reforçou o papel de direcção do movimento comunista internacional, seja no quadro da III Internacional, onde os diferentes partidos, sujeitos em grande parte a um processo de “bolchevização”³¹³, tinham o estatuto de secções nacionais³¹⁴, seja através de iniciativas destinadas a criar movimentos de opinião e de apoio nos países ocidentais, designadamente no quadro da frente antifascista que, então, promoveu.

Nestas circunstâncias, não só o papel de autor colectivo da teoria revolucionária passou a ser desempenhado pelos partidos comunistas, como o partido comunista soviético, que consumara a revolução e dirigia a construção do socialismo, num processo pioneiro e, ainda, ímpar, passou a ocupar, de facto, o papel de referência e de fonte teórica fundamental.

Em nenhuma outra ocasião contemporânea próxima, a administração política do campo conceptual atingiu uma expressão tão completa como a que se

³¹² Este percurso foi pródigo, ao longo dos primeiros anos da segunda metade da década de trinta, quer na eliminação de qualquer eventual divergência partidária, desde logo através da condenação e execução de dirigentes históricos do PCUS, nos três célebres Processos de Moscovo; quer na consolidação política do regime, designadamente com a aprovação de uma nova Constituição, em Dezembro de 1936; quer, ainda, na actividade de propaganda com que se consagrou, levada ao ponto de proclamar a vitória definitiva e irreversível do socialismo na URSS, já que “os elementos capitalistas foram inteiramente liquidados” e “o sistema socialista triunfa em todos os domínios da economia nacional” (*Histoire du Parti Communiste (bolchévik) de l’U.R.S.S.*, Moscovo, Éditions de Langues Étrangères, 1949, p. 379).

³¹³ A “bolchevização” dos partidos comunistas decorreu entre meados da década de vinte e o início da de trinta, sob a direcção da Internacional Comunista, visando transformar os diferentes partidos comunistas nacionais de acordo com o modelo do PC (b) da URSS (*vide* Milos Hájek, “La bolscevizzazione dei partiti comunisti”, in Eric J. Hobsbawm *et alii* (org.), *Storia del marxismo*, Turim, Giulio Einaudi Editore, 1980, v. 3, t. I, pp. 467 a 486).

³¹⁴ O intento de criar um partido mundial da revolução, com poderes supranacionais, está inscrito na própria carta de convocação do I Congresso da Internacional Comunista: “o Congresso deve fazer nascer, tendo em vista uma ligação permanente e uma direcção metódica do movimento, um órgão de luta comum, centro da Internacional Comunista que subordine os interesses de cada país aos interesses comuns da revolução na sua escala internacional” (citado por Aldo Agosti, “Il mondo della III Internazionale: gli ‘stati maggiori’”, in Eric J. Hobsbawm *et alii* (org.), *Storia del marxismo*, Turim, Giulio Einaudi Editore, 1980, v. 3, t. I, p. 383).